



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CLÍNICA E CULTURA – PCL**

**CARTOGRAFIA DA DOR NA ESCARIFICAÇÃO DO CORPO
ADOLESCENTE: SOBRE IDENTIFICAÇÃO E FANTASIA**

LAÍS MACÊDO VILAS BOAS

Brasília – DF
2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CLÍNICA E CULTURA – PCL**

**CARTOGRAFIA DA DOR NA ESCARIFICAÇÃO DO CORPO
ADOLESCENTE: SOBRE IDENTIFICAÇÃO E FANTASIA**

LAÍS MACÊDO VILAS BOAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Deise Matos do Amparo

Brasília – DF
2017

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Deise Matos do Amparo.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Deise Matos do Amparo (Universidade de Brasília - UnB)
Presidente

Prof. Dr. Charles Elias Lang (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Daniela Scheinkman Chatelard (Universidade de Brasília - UnB)
Membro Interno

Prof^a. Dr^a. Sandra Francesca Conte de Almeida (Universidade Católica de Brasília – UCB)
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Márcia Cristina Maesso (Universidade de Brasília - UnB)
Membro Suplente

Agradecimentos

Ao longo dos anos de pesquisa e trabalho que resultaram nesta tese, pessoas e instituições me ajudaram, ensinando e apoiando.

Agradeço em primeiro lugar a minha família. Aos meus pais que se esforçaram para que eu tivesse uma boa formação profissional. Despertaram minha curiosidade e meu gosto por pensar e escrever. À minha irmã que trilhou os caminhos da vida antes de mim e estava de braços abertos me esperando. Sem ela minha vida não teria brilho. Às minhas avós que sempre viram o melhor de mim. Especialmente à minha avó Obdúlia por abrir os caminhos da docência e me ensinar sobre aproveitar todas as oportunidades. Agradeço ao meu marido, Rafael, por tanto amor, cuidado e paciência. Poder voltar para casa e encontra-lo é a certeza de ter amparo. À minha prima-irmã, Ana Maria, por ter me ensinado que palavras são lindas e pelo suporte técnico de correção. Agradeço a todos os meus familiares, tias, tios, primos e primas, que sempre apostaram em mim e trouxeram alegria para minha vida.

Agradeço a minha orientadora, Deise Matos do Amparo, que me acompanha desde os estágios com presença, orientação e atenção e se tornou uma grande referência na minha formação clínica e acadêmica. Reconheço e agradeço o trabalho metódico da banca: as professoras Daniela Chatelard, Sandra Francesca, Márcia Maesso e o professor Charles Lang. Aos colegas de pesquisas: obrigada! Agradeço especialmente à Universidade de Brasília por toda a formação acadêmica proporcionada. Agradeço à CAPES pelo suporte financeiro.

Sou extremamente grata ao André Teixeira pelo suporte teórico e clínico na condução da escrita da tese. Sempre me forçou a buscar minha autonomia, mas sem me deixar sem suporte.

Agradeço enormemente à vida por ter feito com que eu encontrasse quatro amigas-irmãs: Jaqueline, Juliana, Maria Carolina e Larrisa. Foram responsáveis por boa parte dos meus sorrisos e da coragem para terminar essa pesquisa. Agradeço aos meus afilhados, Alice e Bernardo, que enchem meu coração de alegria e amor. Agradeço às amigas e aos amigos que conquistei nessa cidade e fizeram dela um lugar lindo de se morar: Herivelto, Isadora, Mayarê, Samuel e Sheila.

Agradeço à Brasília por tudo que me proporcionou: estudo, amigos e amor!

Sumário

Agradecimentos	4
RESUMO	7
ABSTRACT	8
Apresentação	9
Capítulo I: O tempo da adolescência	14
1.1 Adolescência, puberdade e traumatismo	15
1.2 O Corpo adolescente	19
1.3 O adolescente e a operação de separação	27
1.4 Os novos investimentos objetais	32
1.5 A clínica dos extremos	37
Capítulo II: A adolescência e o escarificar-se	41
2.1 A escarificação em diferentes grupos	45
2.2 Escarificar-se: marcar o corpo e refazer a pele	52
Capítulo III: Corpo e dor no remanejamento pulsional da adolescência.....	56
3.1 A dor e seus rompimentos	57
3.2 Eu, corpo e narcisismo.....	64
3.3 A dor como afeto e o trabalho do luto	68
3.4 Remanejamento pulsional adolescente.....	71
3.5 Dor e gozo	76
3.6 Cartografia da dor.....	81
Capítulo IV: Os trilhos das identificações.....	83
4.1 As identificações em Freud	83
4.2 O Eu: instância de identificação	92
4.3 O Supereu: interdição, idealização e pulsão.....	96
Capítulo V: Como ser Um?	107
5.1 Identificação simbólica: Traço unário	108
5.1.1 A diferença no real	111
5.2 Identificação imaginária: Estádio do Espelho	115
5.3 Eu-Ideal-Eu.....	120
5.4 O traço unário e a retranscrição do ideal	123
5.5 Falo imaginário e constituição do objeto a.....	126
5.6 Do espelho à fantasia.....	129
Capítulo VI: Fantasia: uma tela para o real	133
6.1 O esboço de uma realidade psíquica pelos circuitos do Projeto.....	133
6.2 Fantasia: uma estrutura de ficção que faz realidade	140
6.3 Fantasia: uma articulação do desejo	147

6.4 Édipo e suas saídas	149
6.5 Gozo e fantasia	157
Capítulo VII: A construção do caso clínico.....	161
7.1 Por que construir?.....	162
7.2 A Construção de Caso	168
7.3 Caso Débora	169
7.4 As hipóteses.....	172
Capítulo VIII: Por um ponto cego na devastação.....	175
8.1 Eu e minha mãe queremos me matar.....	178
8.2 A construção do ponto cego	184
Capítulo IX: Dor e fantasia: da ineficácia da imagem à função suplementar	189
9.1 A ineficácia da imagem e a cartografia da dor	191
9.2 Uma função suplementar é necessária: da identificação imaginária à simbólica.....	197
9.3 A força de construção da fantasia.....	203
Conclusões.....	206
Referências	212

RESUMO

Vilas Boas, L. M. (2017). *Cartografia da dor na escarificação do corpo adolescente: sobre identificação e fantasia*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Este estudo teve por objetivo fazer uma análise da escarificação, ou seja, da incisão de cortes na pele permeados pelo afeto da dor, em adolescentes. A adolescência é compreendida como um tempo de reedição do Estádio do Espelho, marcado pela operação de separação e pela exigência do sujeito se posicionar como desejante. A escarificação pode ser compreendida como ato de passagem, baliza identitária ou como ressalta a psicanálise, um ato de pertencimento e de reconhecimento do próprio eu. A escarificação como um ato adolescente convoca o olhar do Outro. O olhar é colocado em causa devido à necessidade do sujeito de construir uma borda, ou seja, expressa claramente o imperativo de produzir um limite e a dificuldade de separação do Outro. A escarificação denuncia um sujeito suspenso em um tempo de busca de sensações corporais como forma de confirmar a própria existência. A hipótese nodal é a de que a escarificação possui, no tempo da adolescência, uma função suplementar, dada a precariedade da função de corte que deixa o sujeito imerso em uma devastação com o Outro maternal. Supomos, que a escarificação possui uma função cartográfica, ou seja, de construção de fronteiras corporais por meio da dor e do corte. Assim, o ato de se cortar pode ser um organizador da dispersão corporal adolescente. A necessidade de riscar litorais na pele nos indica uma precariedade em enfrentar a operação de separação. Para o estudo da separação foram estudadas as identificações, especialmente o Eu ideal e Ideal do eu, e a fantasia. As identificações, imaginária e simbólica, retratam uma dupla dimensão de o sujeito ser Um: sobre ser único e ter unidade corporal. A fantasia é um caminho privilegiado para que o sujeito se separe do Outro e construa sua posição no mundo como desejante, mesmo que portando as saídas do gozo fálico. O método utilizado foi o da construção de caso por meio de um caso clínico de uma adolescente que se escarificava de forma repetitiva. Na adolescência atual percebe-se o uso dos cortes como uma forma de retomada do corpo próprio e do controle de uma dor psíquica. Percebeu-se que a escarificação vem a construir um ponto cego como uma forma de proteção à devastação materna. Nesses casos a dor possui uma função cartográfica de colocar limites e instituir um sentimento de posse do corpo. Os cortes na pele constituem um caminho para a e produção de bordas, indicando a precariedade da separação. A adolescente parecia não saber a quem seu corpo pertencia e como estar no mundo sem ser subjugada. Por isso, percebeu-se a ineficácia da imagem e a dificuldade em utilizar o Ideal do eu como um recurso para construir uma posição desejante no mundo. A escarificação serve como uma função suplementar ao corte, pois a jovem refaz as bordas na pele como um caminho para estabelecer uma fronteira e se proteger do gozo do Outro. Esse ato é sustentado por uma série de fantasias em suas versões imaginárias que revelam a força de construção do significante “cortar-se”. Portanto, o ato de se cortar possui uma função suplementar e as fantasias que o sustentam, circunscrita na frase “mira-se uma criança”, possuem uma força de construção que fornece uma ajuda para a passagem adolescente.

Palavras-chave: Adolescência, escarificação, ponto cego, função suplementar, Ideal do eu.

ABSTRACT

Vilas Boas, L. M. (2017). *Cartography of pain in the self-cutting of the adolescent body: about identification and fantasy*. Thesis of Doctorate, Institute of Psychology, University of Brasilia, Brasília.

This thesis aimed an analysis about self-injury, in other words, cuttings in the skin transposed by affection to the pain in adolescents. The adolescence is understood as a logical time marked by the re-edition of the Mirror Stage, by the process of separation and by the counter-attraction to the subject of desire. Self-injury can be understood as an act of passage, limit of identity, or as psychoanalysis emphasizes, an act of belonging and self-recognition. Self-injury as a teenage act summons the Other's look. The look is put in question due to the subject's need to build a border, that is, clearly expresses the imperative to produce a limit and the difficulty of separation from the Other. Self-injury denounces a subject suspended in a time of searching for bodily sensations as a way of confirming his own existence. The main hypothesis is that self-injury has a supplementary function during adolescence, given the precariousness of the cut function that leaves the subject immersed in a devastation with the maternal Other. We assume that self-injury has a cartographic function, that is, of building bodily boundaries through pain and cut. Thus, the act of cutting can be an organizer of adolescent body scattering. The need to scratch coastlines on the skin indicates a precariousness in facing the separation operation. For the study of separation were studied the identifications, especially the ego ideal and Ideal ego, and the fantasy were. The identifications, imaginary and symbolic, portray a double dimension of the subject being One: about being unique and having bodily unity. Fantasy is a privileged way for the subject to separate from the Other and to construct his position in the world as desiring, even bearing the outlets of phallic jouissance. The method used was the construction of case studies on a clinical case of a youth that used to cut herself in a repetitive way.

In the current adolescence the use of the cuts is perceived as a form of resumption of the own body and of the control of a psychic pain. It was noticed that the self-cutting comes to build a blind spot as way of protection against the maternal devastation. In these cases, pain has a cartographic function of setting limits and institute a sense of limits of ownership of the body. The cuts on the skin constitute a way to produce borders, indicating the precariousness of the separation. The teenager did not seem to know whom her body belonged to and how to be in the world without being overwhelmed. Therefore, the ineffectiveness of the image and the difficulty in using the Ideal Ego as a resource to build a desiring position in the world were perceived. Self-cutting serves as a supplementary function to the cut, Because the young woman remakes the edges on her skin as a way to establish a border and protect herself from the jouissance of the Other. This act is sustained by a series of fantasies in their imaginary versions that reveal the building power of the signifier "cut off." Therefore, the act of self-injury has an additional function and the fantasies that support it, circumscribed in the phrase "look at a child", have a construction force that helps young women to go through adolescence.

Keywords: Adolescence; self-cutting, Blind spot, Supplementary function, Ideal Ego

Apresentação

Minha prática clínica sempre se voltou para os adolescentes, sujeitos em uma época fervorosa da vida, que faz da clínica um campo de erupções e atos dos mais variados. O mestrado foi um período em que pude me debruçar sobre uma questão que hoje até me parece ingênua: porque o narcisismo porta o gérmen da agressividade? Para isso, fui em busca de uma população que poderia me ajudar a responder, os adolescentes em conflito com a lei. Naquele momento, realizei considerações sobre a relação entre angústia e agressividade, bem como algumas ponderações sobre o tratamento com adolescentes.

Os incômodos que me levaram ao doutorado tiveram seu início de outra forma. Já em minha clínica particular, recebia diversos adolescentes, quando um caso me provocou muitas questões. Tratava-se de uma adolescente que se escarificava de forma repetitiva e regular, ao mesmo tempo em que trazia dúvidas sobre a sua existência, um tensionamento radical da relação com o Outro e a dor como um forte alívio da sua angústia. Não podia deixar de pensar que ter incerteza sobre o próprio ser e provocar o próprio sofrimento são características de todo sujeito, pelo menos os neuróticos. Porém, havia algo de diferente, algo de escancarado que me fazia querer ir adiante e compreender a função da escarificação no funcionamento psíquico dessa jovem. Buscamos com a escrita da tese analisar de forma sistemática o que o caso clínico aqui abordado pôde me ensinar, o que trouxe como questão e como elaboração.

Nesse sentido, gostaria de ressaltar dois pontos. O primeiro é que, ao tratarmos sobre as escarificações, ato cada vez mais comum na clínica e nas queixas escolares, não há qualquer pretensão de fazer uma generalização. A sistematização do que acontece em um caso único, sem dúvida, pode auxiliar em outros atendimentos. Porém,

não serve de base para universalizações sobre a clínica com adolescentes que se escarificam, seja pelo funcionamento psíquico, seja pelas construções teóricas e implicações técnicas. Isso ocorre porque todo caso é único – e não porque aqui se trabalha um caso único – e é impossível encontrar uma explicação que se estenda ao mesmo tipo de comportamento ou ato. O segundo ponto é que a organização da tese não reflete a ordem dos acontecimentos, ou seja, primeiro houve o desenrolar do caso clínico, imerso nas supervisões e nas leituras. Em seguida, escolhemos um aspecto do caso para abordar, fizemos o apanhado teórico para sustentar as acusações clínicas e produzimos uma tese. Com o intuito de produzir uma escrita coerente para o pesquisador ou leitor que se interessar, a estrutura da tese começa com um apanhado teórico que irá se articular com o caso clínico.

No trabalho clínico com o adolescente que se escarifica percebemos que esse ato tem uma função privilegiada em seu funcionamento psíquico e na passagem adolescente. O tempo da adolescência possui pressões típicas, constituídas pelo empuxo para se posicionar como sujeito de desejo em meio a uma operação de separação e reorganização do corpo próprio. A hipótese que vamos abordar nessa tese parte ideia de que o sujeito que se escarifica se sente incompetente para solucionar essas pressões. Assim, usa o ato de se cortar como um organizador da dispersão corporal. Supomos, então, que a escarificação possui uma função cartográfica, ou seja, de construção de fronteiras corporais por meio da dor e do corte.

A angústia dos jovens que se escarificam gira em torno das dúvidas da própria existência e da dificuldade em tomar posse do corpo próprio. É como se ficassem suspensos em um tempo de busca de sensações corporais como forma de confirmar a própria existência. A hipótese nodal é a de que a escarificação possui, no tempo da adolescência, uma função suplementar, dada a precariedade da função de corte que

deixa o sujeito imerso em uma devastação com o Outro maternal. A necessidade de riscar litorais na pele nos indica uma precariedade em enfrentar a operação de separação. A escarificação não é um ato isolado. Parece sim estar imersa em uma produção fantasmática que possui potência de construção e que auxilia na passagem adolescente.

Os dois primeiros capítulos propõem os dois eixos centrais da tese: a adolescência e a escarificação. Para a escrita dos capítulos posteriores selecionamos três frases que representam as questões que sustentavam o ato de se cortar para a jovem: “eu me corto para aliviar uma dor interna”, “como ser genuína nesse mundo?” e “como saber que esse corpo é meu?”.

No Capítulo I, *O tempo da adolescência*, realizamos o percurso nas obras de Freud e Lacan, com o apoio de alguns comentadores, sobre o estatuto da adolescência. Situamo-la como um tempo que faz empuxo ao sujeito de desejo, força a operação de separação e leva à confrontação com o real do corpo. Assim, podemos ofertar as bases para compreender porque este é um tempo privilegiado para as escarificações.

O Capítulo II, intitulado *A adolescência e o escarificar-se*, acompanha a produção substancial do antropólogo Le Breton sobre a escarificação como uma prática cultural que nos acompanha há séculos e em diversas comunidades. O autor também faz pesquisas com adolescentes que se cortam na atualidade, propondo uma aproximação com as questões ligadas ao afeto, e eleva a escarificação à uma marca identitária que funciona como uma forma de tomar posse do corpo próprio. Este capítulo aborda também as contribuições dos psicanalistas ao tema. A escarificação aparece como um recurso para lidar com a angústia, mas que possui uma função de criar bordas, uma função cartográfica.

O Capítulo III, *Corpo e dor no remanejamento pulsional da adolescência*, foi escrito tendo por base a frase: “eu me corto para aliviar uma dor interna”. Para a análise dessa frase percorremos os caminhos da dor na obra de Freud, da dor física, por meio do *Projeto para uma Psicologia Científica*, e da dor psíquica, com os textos *Luto e Melancolia* (1915) e *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926). A dor na carne funcionaria como algo que informa ao Eu a sua vivacidade ao mesmo tempo em que cria uma cartografia, ou seja, insere limites e bordas corporais. Supomos, então, que provocar a dor uma dor física faz com que a dor psíquica seja arrefecida, as adolescentes podem dizer de onde vem o sofrimento e sabem, agora, que seus corpos existem.

O Capítulo IV, *Os trilhos das identificações*, lança as disposições teóricas de Freud sobre as identificações, que aparecem essencialmente em três tipos: primordial, regressiva e histórica. Propusemos o Eu como uma instância de identificações para posicioná-lo como um eixo privilegiado na teoria que sustenta a operação de separação na adolescência. Colocamos também um acento no funcionamento do Supereu e dos ideais, por compreendermos que o funcionamento supereuico perpassa a fantasia do sujeito em questão.

O Capítulo V centra-se na articulação teórica que sustenta as duas questões: “como ser genuíno nesse mundo?” e “como saber que esse corpo é meu?”, por isso foi intitulado: Como ser *Um*? No intuito de indicar que serão tratados nesse capítulo o *Um* da unicidade por meio da identificação simbólica (que aparece na questão de ser genuíno), que terá incidência na posse da própria imagem e na função do Ideal do eu; e do *Um* da unidade pela identificação imaginária (que aparece na posse do corpo próprio), em que é fundamental a mediação do Outro, da experiência de sensação corporal e do furo na imagem.

A fantasia como um recurso fundamental à separação e à construção de uma autenticidade será trabalhada no Capítulo VI. O objetivo é apontar sua função estruturante como uma articuladora do desejo, ao passo que também oferta as saídas de gozo fálico. Dentre as saídas com estrutura fantasmática, vamos ressaltar a da fobia, por possuir uma função suplementar que nos será cara à análise do caso clínico.

Chegamos, então, ao Capítulo VII, que retrata a *Construção do Caso Clínico* como um modelo de método que foi seguido para a elaboração dessa pesquisa. Já ressaltamos que foi um atendimento clínico que acendeu a possibilidade da escrita de uma tese. Essa pesquisa é sustentada pela alteridade da supervisão clínica e da teoria psicanalítica, que devem ser articuladas a partir do que foi escrito em um diário clínico.

Os Capítulos VIII – *Por um ponto cego na devastação* – e IX – *Dor e fantasia: da ineficácia da imagem à função suplementar*– mesclam os acometimentos clínicos com as articulações teóricas na busca de destrinchar as nossas hipóteses. Partimos da busca da adolescente por encontrar refúgios que escapem da experiência de ser objeto de gozo do Outro e cumpram a função de corte. São expostas cenas, enquadradas como devaneios ou fantasias imaginárias, que revelam o trabalho de construção que a escarificação propõe.

Capítulo I: O tempo da adolescência

A adolescência na obra de Freud e Lacan não ganhou um destaque específico, mas vários apontamentos foram realizados e serão destacados nesse capítulo, acompanhados das construções de alguns autores que se debruçaram sobre o tema. Esse objeto pode ser estudado a partir de diversas vertentes, no entanto, iremos enfocar o estatuto do corpo, a operação de separação e os investimentos objetais. De forma transversal, e abarcando todos esses aspectos, o tema da identificação perpassa esses grandes eixos e exige um capítulo específico que permita articular com a problemática da escarificação na adolescência.

A escarificação, como um recurso frente à angústia, possui uma predominância na adolescência, inclusive havendo um encerramento dessa prática na passagem para a vida adulta. Nesse ponto, é fundamental ressaltar que quando tratamos de adolescência estamos abordando um tempo em que não basta mudar de idade para que a transição de um para o outro esteja garantida. Compreendemos que a passagem para o tempo adulto é caracterizada pela instauração de uma diminuição da dependência de objeto e do Outro, pela estruturação da fantasia e por uma organização da identificação. Sem dúvida, todos esses elementos podem bascular ao longo da vida, mas o tempo da adolescência é o que fornece as bases para que essas características ocorram.

Por isso, é necessário detalharmos o estudo sobre a adolescência, tendo em vista que apostamos que os elementos dessa fase contribuem para a construção da escarificação como um recurso. Assim, temos por objetivo pinçar os elementos que fazem o corpo ser um recurso nesse tempo da constituição subjetiva, bem como o que é colocado em jogo na operação de separação e no imperativo de buscar novos

investimentos objetais. O primeiro despertar sexual, a infância, é o de se deixar cair no campo do Outro, na alienação que o funda. Tempo de uma relação primordial que, como veremos, implica no segundo despertar, a adolescência, marcado por um retorno à volta edípica que exige uma nova capa imaginária na assunção de um corpo para operar no real. Instante de abandonar as fixações em objetos edípicos e passar para os exogâmicos. Estes são elementos da adolescência, mas que parecem extremamente angustiantes para os sujeitos que se escarificam, por isso, o acento dado a eles nesse capítulo. A hipótese estudada nessa pesquisa parte da suposição de que a escarificação entra como um recurso fundamental na adolescência, pois, no sentido da constituição subjetiva, ela surge em um momento de separação que obriga o indivíduo a se apartar do objeto e se reconstruir.

1.1 Adolescência, puberdade e traumatismo

Em alguns textos pré-psicanalíticos de Freud (1895; 1896), quando ele ainda não havia postulado sobre a sexualidade infantil, o termo puberdade aparece relacionado a uma maturação orgânica que apresenta a sexualidade ao sujeito. O estudo sobre a etiologia da histeria é o que deixa as pistas para essa concepção inicial freudiana: a infância seria um período pré-sexual e a puberdade seria o primeiro encontro com a sexualidade, já nos moldes genitais, para um sujeito. Ao escutar as histéricas, Freud (1896), percebia que a doença atual era consequência de uma experiência sexual infantil com um adulto que, devido à impossibilidade de compreensão e excesso sexual, ainda não porta seu efeito de trauma. Quando adolescente, já capaz de ofertar a conotação sexual ao ocorrido, em um *só depois*, a experiência infantil se torna traumática e oferta a base para o sintoma.

O trauma se refere a uma dupla referência temporal: (1) a sedução provoca uma irritação genital precoce, ou seja, necessariamente na infância e (2) um acontecimento durante ou após a puberdade, que possua uma ligação associativa com a primeira sedução. O Caso Emma (Freud, 1895) é central para a compreensão da formação do trauma em dois tempos, estando entre eles a condição da puberdade. Emma é uma jovem que procura Freud em busca de um tratamento devido à sua impossibilidade fóbica de conseguir entrar em lojas quando estava sozinha. Inicialmente, ela relata a primeira Cena (I) que ocorrera quando ela contava doze anos – já havia atravessado a puberdade – e entrou em uma loja para comprar algo e dois vendedores riram dela, especificamente de suas roupas. Dentre eles, ela recorda que um a havia agradado sexualmente. No deslizamento de sua fala, aparece uma outra Cena (II) ocorrida durante a infância, quando ela estava com oito anos. Emma entra em uma confeitaria e sofre um abuso por parte do proprietário que a agarrou, por cima da roupa, em suas partes genitais e ria durante o ato. Mesmo assim, ela retornou à confeitaria e se criticou bastante por isso.

A hipótese freudiana é de que a Cena II (pois é a segunda na ordem do relato) ocorrera em um tempo infantil marcado pela impossibilidade de compreensão sexual da vivência. Assim, despertou uma sexualidade que só pôde ser liberada após a entrada na puberdade, quando ocorrera a Cena I, que por associação (risos, loja, vendedores) retoma a experiência anterior e transforma em sintoma a angústia de Emma. O que permanece inconsciente em Emma é o despertar de uma sexualidade que conseguiu ser liberada *só depois*, momento em que a paciente estava passando pela puberdade.

São necessárias duas cenas: a primeira, em que se estabelece a condição traumática, ao conservar essa experiência como traço mnêmico, que será retomada em uma vivência posterior, quando a sexualidade já é conhecida pelo sujeito. A segunda cena elementos da primeira e constitui um conflito psíquico que alerta o Eu convocando

o recalque. Há um duplo movimento de temporalização: o de retroação, em que um momento posterior determina um anterior; e o da presença adiada do passado (Celes, 1999). A cadeia associativa explorada por meio da recordação mostra que há uma relação entre a sexualidade pubertária e a infância. Uma lembrança é recalcada e, com o efeito do *a posteriori* da puberdade, ela se torna um trauma.

Podemos encontrar na explicação da defesa histérica a mudança lógica – e não cronológica – que a puberdade comporta: recalca-se uma lembrança que só ganha seu valor traumático através de uma *ação retardada*, devido ao impacto da sexualidade pubertária: “Temos aqui um caso em que uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu como experiência, porque, nesse entretempo, as mudanças [trazidas] pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado” (Freud, 1895, p.410).

A puberdade está na etiologia das neuroses, na medida em que a alteração ocorrida no segundo momento pubertário faz com que as experiências vividas remontem às marcas infantis, de modo que seja reprimida uma lembrança que só com efeito retardado tornou-se trauma. Freud sustenta que “cada indivíduo adolescente porta traços de memória que só podem ser compreendidos com a manifestação de suas próprias sensações sexuais, todo adolescente, portanto, traz dentro de si o germe da histeria” (1895, p.411).

Nos *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (Freud, 1905b), a sexualidade infantil ganha um novo estatuto para a teoria psicanalítica. A infância não é mais um período pré-sexual e porta uma sexualidade característica, diferente da pubertária, marcada pelo autoerotismo que toma o corpo do bebê – portanto, mais plástica que apenas a sexualidade genital – como fonte e objeto de satisfação. Assim, é necessário rever a tese do lugar da puberdade na constituição psíquica e Freud o faz a partir da

concepção de genitalização. A puberdade leva a vida sexual infantil à sua conformação definitiva a partir do primado das zonas genitais e da escolha objetal, ambas prefiguradas na vida infantil. Ela reordena todas as zonas e permite que o sujeito realize escolhas objetais fora de seu próprio corpo, saindo do autoerotismo. É o incremento da pulsão sexual com a primazia da zona genital.

Todas as pulsões parciais se prendem ao mesmo jugo, ao primado das zonas genitais. A tensão sexual faz a exigência de um aumento de prazer, e só a puberdade faz emergir o aparato para um prazer final – diferente do pré-prazer infantil – e novo. Em outras palavras, a genitália, mediante uma excitação externa ou interna, está preparada para o ato sexual. Na exigência de um prazer maior, a libido do Eu começa a ser investida psiquicamente em objetos sexuais e converte-se em *libido do objeto*. Na busca por um objeto, para levar a cabo sua capacidade fisiológica de reprodução, o indivíduo depara-se com a diferença sexual, além de as transformações fisiológicas pubertárias propiciarem o momento em que as características masculinas e femininas demarcam uma nítida separação. O momento da adolescência orienta o movimento da pulsão em direção à genitalidade. Essa genitalização do corpo representa um ponto de atração que, a partir da história de cada sujeito, irá reorientar a sexualidade (Savietto & Cardoso, 2006).

A primeira abordagem freudiana da puberdade, analisada nos anos de 1895 e 1896, está imersa no período compreendido como teoria da sedução, que abarca a não existência da sexualidade infantil e posiciona a puberdade como a entrada do sujeito na ordem sexual. Assim, oferta para as experiências sexuais relatadas da infância um estatuto de realidade factual e possibilita que a puberdade sele a experiência traumática. A relação entre a realidade e o aparelho psíquico será tratada detalhadamente no capítulo V. Apesar das grandes mudanças nos anos posteriores sobre a complexidade da

infância e do valor da puberdade, um elemento se mantém nas proposições psicanalíticas: a ação retardada da adolescência. A puberdade não irá mais portar o início do sexual, mas, como veremos, portará uma novidade sexual que manterá sua capacidade de incidir sobre a organização infantil de forma retroativa.

A partir de 1905b, todos os textos de Freud são marcados pelo postulado da sexualidade infantil e pelo seu caráter parcial e fragmentado. O infantil e sua sexualidade se tornam a base para a vida erótica de todos os sujeitos e esta irá sofrer um reordenamento muito importante na puberdade, saindo do autoerotismo e investimento na busca objetual. Tal reorganização possui diversas nuances que serão trabalhadas pelo eixo das transformações corporais que ofertam a consistência para a operação de separação.

1.2 O Corpo adolescente

As modificações corporais da puberdade constituem, na atualidade, a maior evidência objetiva de que a adolescência se iniciou. As formas infantis ganham contornos sensuais e o sujeito está apto para o encontro sexual. O estatuto do corpo na Psicanálise é um terreno complexo, por isso será tratado mais profundamente no capítulo III. Nesse momento, é importante ressaltar que a Psicanálise se aproxima do corpo na adolescência por meio de suas nuances subjetivas.

No célebre texto de Freud (1930), *O Mal-estar na civilização*, são apontadas as principais fontes do sofrimento humano: o próprio corpo, as relações com os outros seres humanos e o mundo externo. Os dois primeiros serão de grande importância para o estudo de adolescentes que se escarificam. Pelo evidente ataque realizado contra o

corpo próprio como recurso à angústia que, dentre outros elementos, é decorrente do tensionamento da relação com os outros.

A fragilidade corporal, já é apontada por Freud como tema de sofrimento, e adoecimento, na impossibilidade de “dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência.” (1930, p.31). O desgaste corporal ao longo da vida é inevitável, porém, não é somente a decadência corporal que causa sofrimento, as transformações corporais típicas da adolescência, mesmo que em nossa cultura indiquem uma espécie de ascensão no desenvolvimento, provocam angústia. Em consonância com a nova finalidade sexual e os novos investimentos objetais (que na verdade, constituem um reencontro), há o surgimento de uma nova excitação sexual que é endógena e inescapável (Freud, 1905b), provocando o mal-estar em relação ao corpo.

O luto do corpo e conseqüentemente da posição infantil aliado ao imperativo de se posicionar como sujeito desejante constituem as bases para a experiência da adolescência. Não há como dispensar o corpo próprio, não há como escapar dele, ou seja, podemos pensar que o adolescente não consegue se esconder de suas modificações corporais, de modo que impõe ao psiquismo um trabalho.

Para Freud (1923), em um trabalho chamado *A Organização Genital Infantil*, a sexualização do corpo na adolescência porta uma novidade que não é somente a da libido objetal e do encontro sexual, mas do encontro com o feminino. Freud faz uma análise sobre a genitalidade na infância e na puberdade e conclui que a organização genital infantil considera somente o órgão genital masculino. Na infância a antítese é: “entre possuir um órgão genital masculino e ser castrado” (p.161), ou seja, ter ou não ter o falo. A oposição entre masculino e feminino só é posta no momento em que o indivíduo vai escolher um objeto, ou seja, na puberdade. “A masculinidade combina [os

fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis; a feminilidade encampa [os de] objeto e passividade” (p.161).

Quando Freud propõe que a puberdade é o momento de posicionamento sexual, seja masculino ou feminino, não devemos abafar a multiplicidade de concepções que isso possui. O processo de se tornar mulher na adolescência exige uma reconstrução do lugar de desejo e de resposta frente ao Outro.

Freud (1931), em a *Sexualidade Feminina*, ao tratar do enigma do feminino, propõe que existe um período pré edipiano intenso na relação mãe-filha. Porém, a menina precisa trocar de objeto de amor – para o pai – e isso dá lugar a uma atitude hostil. A relação primordial já possui algo de devastador, na medida em que é imerso no narcisismo que o *infans* irá perceber sua posição de mero objeto no capricho materno. Freud parece apontar que para a menina haveria um elemento a mais nesse processo pela necessidade de fazer essa passagem ao pai como objeto de amor.

Podemos fazer uma leitura da *Sexualidade Feminina* (1931), em que a feminilidade decorre do reconhecimento da castração, não como um infortúnio da própria menina, mas enquanto uma característica do humano, o que permite um deslizamento de objetos. O feminino está em ambos os sexos enquanto uma operação que está para além da lógica da castração/fálica. O encontro sexual proposto na adolescência é na verdade um desencontro, pois se revela a impossibilidade de harmonia sexual. Esse desencontro é o encontro com o Outro sexo, o feminino.

Nesse contexto, outro tema se decanta: a tomada de uma posição sexual exogâmica, como aponta Lacadée (2011) ao afirmar que a adolescência é “um momento de transição em que se opera uma desconexão no sujeito entre seu ser de criança e seu ser de homem ou de mulher” (p.19). Momento de abandonar as identificações, mas

também de colocar no bolso, para sacar a qualquer instante, aquelas passíveis de serem utilizadas.

Os trabalhos com adolescentes do sexo feminino revelam a tensão do relacionamento mãe-filha nesse momento de virada identificatória. Ouvimos as mães falarem que a adolescência deixou suas filhas rebeldes, esquisitas, inacessíveis e que não conseguem cuidar delas. Escutamos também as filhas que disserem que suas mães são falsas, impositivas, invasivas e que não querem cuidar genuinamente delas. Acusações opostas que nem parecem fazer sentido, mas que possuem um ponto de contato: ambas estão desapontadas.

Parte da proposta freudiana sobre a relação da mãe com a filha é, em um primeiro plano, da ordem de onipotência dos cuidados iniciais e, em um segundo plano, perpassado pelo falo no complexo de castração, em todo o jogo de presença e ausência que isso comporta. A dimensão simbólica é altamente acentuada - pelo significado dos gritos nos cuidados e pelo simbolismo fálico - mas nesse ponto vamos nos esburacar pela camada mais obscura dessa relação. Freud (1931) afirma que a relação precoce mãe-filha carece de uma atenção, pois há o risco de ser subestimada dada a forte ação do recalque que impede o seu aparecimento em análise.

Nesse mesmo texto, Freud (1931), percebe que a relação entre mãe e filha é marcada por uma grande hostilidade e afirma que a intensidade do ódio é sustentada por um vivo amor. Os cuidados maternos são mesclados de momentos de amor tão intenso que fazem com que a decepção seja grande. A menina precisa se afastar da mãe e endereçar seu amor ao pai, mas ela o faz por uma estrada de hostilidade e ódio dirigidos à mãe. Assim, ela recebe as denúncias de não ter ofertado o falo, ter amamentado pouco ou demais, obrigar o compartilhamento do amor e de não ter escolhido um bom pai. A

mãe erogeiniza o corpo e erotiza a relação, para em seguida dizer que é preciso buscar outros objetos.

A ambivalência faz essência dessa relação primitiva de tal modo que Freud afirma que a intervenção paterna permite que a filha escape à catástrofe. O termo catástrofe é muito curioso por remeter a um acontecimento desastroso e de grandes proporções, o que faz parecer que sem a intervenção paterna a filha estaria jogada em um furacão destruidor. O sujeito fica envolvido em um jogo de sedução/aproximação e de afastamento em que ele não possui um eixo para se segurar que não seja dirigido pelos ventos maternos. Brousse (2002) ressalta que, para Freud, a falta do pênis é o limite da análise da mulher, sendo a devastação um de seus representantes. De modo que, a inveja do pênis é um dos disparadores do Édipo para a menina na fase fálica. Ela percebe seu pequeno e discreto órgão e nota também que ele falta em sua mãe, abrindo uma cicatriz no narcisismo feminino. A autora adverte que é possível ver aqui a marca da relação que uma mulher tem com o corpo feminino, colocando a ferida, o corte, no núcleo da imagem.

Por isso, Lacan (1972) utiliza o termo *devastação* para caracterizar a relação entre uma mulher e sua mãe. A passagem pelo complexo edípico exige que o sujeito se oriente perante o desejo materno e encontre seu lugar de desejante. O intercâmbio entre desejo e demanda produzido nesse tempo não recobre toda a experiência e algo fica de fora, como o gozo materno. Um gozo não redutível ao desejo e refratário ao simbólico.

Na relação primordial com o Outro materno, de acordo com Lacan (1956-57), a criança está no “paraíso do engodo” (p.232), pois está entregue aos olhos do Outro levado pela correnteza do puro capricho materno. O que está em vigor é a operação de alienação, em que o bebê corre o risco de se tornar uma peça apassivada, por estar preso às significações advindas do Outro. O cuidador onipotente da pré-história do sujeito é o

que dá o contorno de devastação para Lacan (1972), pois a relação mãe-filha abre uma fenda privilegiada de uma relação com o real. A mãe é o primeiro solo da filha, território íntimo e estrangeiro fundamental à alienação primordial.

O desafio edípico está em se tornar um ser desejado ou não, para isso é preciso reconhecer o desejo materno. Para Brousse (2002) a devastação abarca algo da impossibilidade da troca fálica, pois algo na mãe driblou a lei simbólica que deveria fazer dela um objeto na estrutura de troca. Uma faceta da mãe, portanto, tende a permanecer como real e é interpretado como Outro do gozo. Assim, ela chama pela impossível fusão ou perseguição, comportando uma “zona obscura, não saturada pelo Nome-do-Pai, e como tal sem limite” (p. 98).

Lacan (1972) sustenta que “a realidade de devastação que constitui, na mulher, em sua maioria, a relação com a mãe, de quem, como mulher ela realmente parece esperar mais substância que o pai – o que não combina com ele ser segundo, nessa devastação.” (p.465). Assim, podemos perceber que a menina espera da mãe uma substância fálica que leva à decepção, ao mesmo tempo em que a função paterna não pode estar ausente, mesmo que não recubra completamente a experiência do desejo materno.

Brousse (2002) afirma que para Lacan a relação mãe-filha não pode ser reduzida a uma dualidade ou localizada de início no campo simbólico, pois a devastação se encontra no primordial e na origem da inscrição simbólica. Esta pode aparecer de diversos modos no discurso do adolescente, como ofensas ou experiências de rejeição, mas trata-se essencialmente de uma "crença inabalável na onipotência de um Outro não castrado, de uma mãe que escapa à falta da castração e que apresenta ao sujeito uma alternativa mortal: ou a rejeição, ou a reintegração do seu produto pela genitora" (Brousse, 2002: 99). De acordo com Pollo e Silva (2015): “No inconsciente, as palavras

da mãe são restos memorizados da onipotência materna, rastros de um gozo que faz enigma para o sujeito, e isto pode se estender da primeira infância à velhice mais tardia” (p.105). Esse campo da devastação materna é a descoberta de uma experiência de gozo. O que está em jogo é um rapto do corpo próprio e uma ausência de limite no encontro entre o corpo da menina e da mãe.

A castração primária na menina, como se refere Freud, deixa uma cicatriz narcísica como solução para a inscrição da falta. Porém, algo não se enquadra na borda da castração e fica encrustado em uma experiência corporal. Brousse (2002) afirma que toda relação de devastação encontra no corpo seu lugar, pois a devastação é uma forma de perda corporal que não pode ser simbolizada pelo significante fálico, uma não-redução de imagens cativantes à imagem principal do corpo, uma não-inscrição do corpo no desejo do Outro.

A mãe enquanto representante do Outro primordial mantém uma relação com a filha que é da ordem da devastação (Lacan 1972), por estar sujeita ao seu desejo caprichoso e por ela imprimir as marcas do gozo no corpo. Em breve, nesse mesmo capítulo, trataremos da alienação e da separação na adolescência; e na discussão no caso clínico adiante, falaremos da relação mãe-filha. Por ora, vamos retomar o corpo na adolescência.

De acordo com Rassial (1999), a mudança do estatuto do corpo ocorre porque a genitalidade passa a ocupar uma posição dominante no sujeito. A puberdade muda o valor do corpo, agora genitalmente maduro, e coloca o olhar do semelhante – não dos pais – em jogo no desejo. Nesse sentido, Rassial sustenta que há uma centralidade das questões da identidade na adolescência, utilizando a perspectiva lacaniana do Estádio do Espelho para trabalhar esse tema.

O Estádio do Espelho, elaborado por Lacan (1949), trata da identificação narcísica na constituição do eu. Demonstra a formação do primeiro delineamento do Eu por meio de uma imagem virtual. O bebê ainda imaturo no campo motor e imerso no autoerotismo é pego de surpresa pelo júbilo de uma imagem refletida no espelho. A vivência de um corpo unificado e da imagem como totalidade é confirmada pelo olhar do Outro. Trata-se de uma “identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (p.97). O Estádio do Espelho é responsável pela constituição do Eu ao mesmo tempo em que é alienante. O bebê parte de uma imagem despedaçada do corpo para uma identidade alienante de uma totalidade corporal que não condiz com a realidade. Nesse momento, as vertentes da imagem especular e do Outro se unem na estruturação do sujeito enquanto clivado pelo significante. O Outro dirá, marcando a identificação imaginária: “este é você”. Tal imagem é o reduto do ideal narcísico e, sem dúvida, representa o sujeito de modo falacioso, afinal existe algo de não especularizável, pois nem toda libido passa pela imagem especular.

É sob esse olhar do Outro que o sujeito adolescente, em um *só depois* do Estádio do Espelho, vai realizar o trabalho de se reapropriar de uma imagem do corpo transformada. Há uma repetição das primeiras identificações em um segundo tempo, mas não é somente uma realização (identificar-se com o genitor do mesmo sexo), é também uma confrontação com as fixações (buscar novas identificações). A autonomia alcançada pela criança só ocorre à custa de um Outro, a mãe primordial que agora se tornara imaginária e deixa atrás de si alguns restos. Ora, o corpo acabado, produto do Estádio do Espelho, não passa de uma arrumação imaginária. A puberdade faz a imagem do corpo infantil bascular, exigindo uma reconstrução genitalizada (Rassial, 1997a). A imagem infantil não funciona mais como revestimento corporal para o sujeito

adolescente. Assim, se faz necessária uma reapropriação da imagem do corpo, nos moldes do Estádio do Espelho, na medida em que o corpo pubertário antecipa a posição sexual, pois suas transformações vêm a cavalo e são reveladas pela imagem do corpo. O psiquismo precisa trabalhar para dar conta de elaborar o que foi antecipado. A incidência do real pulsional pubertário acarreta uma crise narcisista centrada em uma questão: como sustentar um desejo? (Tubert, 1999).

O corpo, o olhar do Outro e o investimento pulsional que se transforma faz um abalo narcísico e exige uma redefinição nas identificações. Tudo isso parece ser sustentado pelo enigma de seu próprio desejo que aparece na clínica com adolescentes de forma recorrente com questões sobre que tipo de pessoas eles desejam e por que; ou sobre como vão gastar seus dias, onde vão investir sua energia; ou “por que esse tédio me abala todos os dias? Nada parece interessante”, como se quisessem se convencer que seu desejo está adormecido ou se recusassem a aceitar a impossibilidade de perfeição e harmonia nos encontros.

1.3 O adolescente e a operação de separação

A segunda fonte de sofrimento, o relacionamento com os outros, como tratado por Freud em 1930, articula-se com a temática da adolescência em Freud (1905b), quando o autor aborda o desligamento da autoridade dos pais, entendido como o evento mais significativo e doloroso da puberdade. Este vem a demarcar a diferença de gerações. Sem dúvida, há uma forte ligação entre a desistência de realização das fantasias incestuosas e o desligamento da autoridade parental. No texto *Romances Familiares*, Freud (1908a) afirma que a atividade de fantasiar na puberdade, ambiciosamente, busca certa autonomia frente aos progenitores, tomando-os como

modelo parental inscrito na primeira infância, ao mesmo tempo em que busca por outros exemplos a ser equacionado na constituição dos ideais.

Em *Algumas Reflexões Sobre a Psicologia do Escolar*, Freud (1914) trabalha o desligamento dos pais na juventude e as outras relações no mesmo período da vida, atravessados pelas marcas do Complexo de Édipo. É nessa fase que o jovem entra em contato com outras figuras de autoridade, porém em seus relacionamentos o menino não é uma folha em branco, ele traz seus traços infantis e edipianos e investe nos substitutos parentais com sentimentos ambivalentes experimentados em relação aos seus pais.

Os pais enquanto referentes vão perdendo seus postos e se mostrando falhos, não ideais. Por isso, Alberti (2004) afirma que a adolescência é “um longo trabalho de elaboração de escolhas e um longo trabalho de elaboração da falta no Outro” (p. 10). A castração das autoridades, especialmente parentais, exige uma elaboração, um trabalho psíquico. Ao mesmo tempo em que o próprio adolescente começa a ter ares de adultos, com suas escolhas para a vida e nos relacionamentos amorosos. Por isso, a adolescência é uma operação psíquica de reinscrição do sujeito no campo do Outro (Rassial, 1997).

Podemos fazer uso das operações propostas por Lacan (1964), no *Seminário 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*, de alienação e separação para compreender que se trata de uma redefinição de uma posição frente à demanda gerida pelo Outro, ou seja, é um momento de se reinscrever como um sujeito de desejo.

A alienação retrata a posição de objeto exercida pelo bebê diante do que é da ordem do materno. O Outro maternal se faz para o bebê a partir da primeira experiência de satisfação, quando ele acolhe o grito do pequeno e o lê como um apelo ou uma mensagem. Frente ao choro o cuidador escuta “Ah, você quer mamar!”, assim, o pequeno se assujeita e surge como marcado por essa leitura. Lacan (1964) coloca esse momento como um apagamento do sujeito advir, no sentido de que ele depende desse

cuidado e dessa leitura. Porém, sua única chance de não se apagar completamente, de não morrer, é se alienar ao sentido que o cuidador proporciona.

Seu ser por inteiro não pode encontrar sentido na fala do Outro, algo fica de fora, ou seja, nem todas as necessidades e demandas são cobertas por essa relação. Aliás, espera-se que ocorram falhas nessa interação para que a constituição aconteça. Uma escolha entre o ser e o sentido ofertado é realizada pelo bebê. Soler (2002) afirma que para o bebê não há a dimensão do que não existe, ele está completamente no real e ainda não sofreu o corte de nenhum significante. A linguagem violenta o real, atribui um sentido ao sujeito:

Portanto, toda atribuição reduz um ser ao que o Outro lhe significa ser. Ao mesmo tempo, alfinetando-o a este termo, a atribuição recusa o sujeito todos os outros significantes, o que faz com que, a partir do momento em que o sujeito recebe uma palavra atributiva, se veja dividido entre a palavra recebida e todas as que ficaram em suspenso (Soler, 2002, p.9).

A escolha entre o ser e o sentido é forçada, exemplifica com a expressão dita por um ladrão: o que você quer, a bolsa ou a vida? A bolsa é comparada com a liberdade: “se ele escolhe a liberdade, pronto, ele perde as duas imediatamente – se ele escolhe a vida, tem a vida amputada da liberdade” (Lacan, 1964, p. 201). A alienação é uma escolha forçada, já que o sentido sempre surge no campo do Outro e o sujeito é capturado pelo significante.

Na alienação existe o que Lacan chamou de *fator letal*, ou seja, para não ficar jogado no desamparo e sem capacidade de viver sozinho, o bebê é obrigado a se lançar no mundo do cuidador, mesmo que para isso tenha que se submeter, o que cristaliza o sujeito no significante ofertado:

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito (p.203).

Em seguida, ocorre a operação da separação. A falta vai ficando, a cada momento, mais evidente para o bebê, porque a leitura ofertada não recobre toda a experiência do sujeito, por causa do deslizamento de objetos de desejo do Outro e a consequente impossibilidade de obturar completamente o desejo do cuidador. A própria estrutura da cadeia significante é faltosa, e nos intervalos do discurso materno o sujeito se pergunta “o que ele quer?”. A incidência da falta é condição para o encontro com a causa de desejo, que autoriza o processo de separação e consequentemente está imbricada com a possibilidade de um sujeito desejante. A alienação é usada no contexto do efeito da antecipação da palavra e da imagem, enquanto que a separação opera para a posição do sujeito advir, ou seja, a demanda do Outro retorna como enigma, sem se reduzir a satisfações circunstanciais.

Os elementos de alienação são fundamentais para a sustentação do sujeito, mas é preciso que ele dê um passo adiante. Como vimos, a falta do Outro é uma mola propulsora da separação, na medida em que força o sujeito a não se prender unicamente aos significantes, imagens e sentidos vindos de fora e o impele a se posicionar como sujeito desejante. A queda da onipotência parental, a instalação de um corpo compreendido socialmente como sexual e a busca por um objeto externo que não sejam os cuidadores constituem a operação de separação na adolescência. Na adolescência há um deslocamento radical da posição de objeto que o sujeito fora situado ao longo da infância, forçando um movimento de separação (Kosovski, 2014).

Os cuidadores, que se apresentavam como alteridade, parecem perder a natureza de distinto, pois o adolescente se aproxima corporalmente – o corpo do adolescente começa a se assemelhar com o do adulto – e nas decisões – escolher uma profissão e parceiros. Ao olharmos para nossos adolescentes e as queixas de seus pais, veremos que essa separação não acontece com o mero abandono das identificações e referências parentais; em verdade, é marcada por um drama em que ser o que os pais querem ou ser exatamente o que eles não querem aparecem como as duas únicas saídas. Torna-se um período de grandes confrontos em que essa volta identificatória a salva e a joga, paradoxalmente, na solidão do próprio desejo.

O jovem será obrigado também a abandonar o Eu ideal nos moldes primários, devido à mudança corporal e ao olhar do Outro que se transforma. O luto da imagem ideal se faz necessário para que se busque independência, mesmo que nesse caminho o adolescente não deixe de se questionar novamente: Esse Outro, o que quer de mim? Nos moldes da operação da separação (Ruffino, 1993) e no momento de investimento das identificações exogâmicas ou horizontais (Kehl, 2000), o sujeito adolescente amplia a rede identificatória não só com novas figuras de autoridade, mas também com os pares.

O afastamento das figuras parentais e a busca por novos modelos de autoridade, baseada na concepção de que há gozo fora do laço familiar, auxiliam na inserção em grupos não balizados por uma dialética das relações primárias. O tempo adolescente desvela a divisão de um sujeito, por um lado, alienado, por outro lado, busca a autonomia na própria voz (Poli & Becker, 2010).

O tempo da adolescência possui uma lógica peculiar na constituição subjetiva. Demarcada pela queda do ideal parental, imposição de separação e impossibilidade de satisfação por meio do objetivo sexual. É um instante de tensão entre o sujeito e o Outro, entre uma posição de autor e de assujeitado. É no retorno da sexualidade infantil

marcado pelo mal-estar do registro da falta, que é preciso se situar diante da interdição do incesto, como sujeito desejante, e efetuar suas escolhas.

1.4 Os novos investimentos objetais

A escolha dos objetos amorosos na puberdade é marcada pela união de duas correntes, que até então não estavam juntas: a afetiva e a sensual (Freud, 1912). Essa aderência sexualiza as representações parentais, fazendo com que o adolescente retire a libido das figuras incestuosas e procure novos investimentos possíveis. Porém, não se pode esquecer que a busca do objeto é, na verdade, um reencontro. Apesar de não tratar, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, explicitamente do Complexo de Édipo, Freud (1905b) aproxima-se desse tema ao trabalhar a dimensão incestuosa do reencontro com a imagem mnêmica da mãe no rapaz, na relação entre os vínculos infantis e na eleição de objetos. É no campo das fantasias e das escolhas objetais que o sujeito põe em ato seu desejo de reencontro. A eleição de novos objetos é realizada a partir das marcas infantis. Matheus (2007) comenta que esse cotejo denota que a interdição infantil se sustenta numa incapacidade física concreta, mais do que simbólica ou subjetiva. Se a interdição se baseia na desproporção maturacional, a puberdade representa uma forte ameaça pela possibilidade de concretização das fantasias incestuosas.

A escolha objetal na adolescência possui um enlaçamento com o Complexo de Édipo, como propõe Freud (1920a) no texto *A Psicogênese de um Caso de Homossexualismo Numa Mulher*. Ao relatar um caso clínico, as tendências homossexuais de uma jovem despertaram fúria em seu pai. Certo dia ele a encontrou caminhando com uma dama e as direcionou um olhar cheio de ira, e imediatamente a

paciente se atirou em direção à linha do trem. Freud interpreta a tentativa de suicídio da jovem da seguinte forma: foi na puberdade, época em que o desejo de ter um filho de seu pai encontrava espaço no inconsciente da paciente e quando sua mãe – maior rival – engravida e tem o filho do marido; que a jovem fica ressentida e com desejo de vingança, afastando-se totalmente dos homens, rechaçando sua feminilidade e procurando novos caminhos para escoar sua libido. Ao perceber que a atitude homossexual deixava o pai furioso, a jovem encontrou um modo de vingança. Enfim, parte da discussão freudiana está em compreender o *hermafroditismo mental* (atitude masculina e feminina), desvelando os entremeios da revivescência do Complexo de Édipo, no período da puberdade, enquanto fundamental para a escolha de objeto.

Gutton (2002) afirma que não existe coisa alguma na infância que a prepare para a sexualidade pubertária. O autor endossa a posição freudiana de que a genitalidade infantil que perpassa o Complexo de Édipo é fálica. Acrescenta ainda que a novidade bissexual psíquica entre masculino e feminino na adolescência impõe uma novidade: o encontro com a (não) complementaridade dos sexos. Inclusive nomeia de *prova originária pubertária* a ilusão de que a complementaridade entre os sexos se dá no encontro com o objeto. A busca por esse objeto de satisfação está baseada em um funcionamento de complementaridade ideal do bebê em sua unidade narcísica originária, construída também pela trama edípica.

Gutton (1990) utiliza o termo pubertário para se referir à vida psíquica complexificada pelo destino do Édipo, enquanto puberdade trata de um processo biológico. O púbere ainda acredita poder desmistificar os símbolos enigmáticos da sexualidade adulta, pré-formados em sua infância. No entanto, os laços identitários do Édipo não anunciam um destino e o inconsciente continua a não responder às questões sobre a identidade sexual, além de lançar novos enigmas. O corpo púbere é

definitivamente vinculado ao destino do Édipo, por instalar um organismo genitalizado, ou seja, capaz de colocar em prática a relação sexual que fora barrada na infância e enviada para um *só depois*. Afinal, a interdição na infância também se apoia em uma desproporção maturacional, de modo que o corpo da puberdade possibilita a efetivação das fantasias incestuosas. Nesse sentido, a puberdade é o inverso do movimento de separação, enquanto o trabalho do pubertário é o de encontrar novos enlaces objetivos, promovendo a separação. Impõe-se ao sujeito uma reativação do conflito que coloca em crise as organizações metapsicológicas edípicas (como o Supereu). É um destino que dramatiza as leis do Complexo de Édipo, como se o pubertário reencenasse o Édipo com novos personagens.

O pubertário submete o sujeito a um trabalho de familiarização com a posição edípica para elaborar uma abertura na busca de um objeto. A cena infantil seria reconstruída e genitalizada pelo pubertário. Tudo se encaixa de modo a constituir uma cena pubertária quase conforme aos modos infantis, porém a sua recomposição e potencialidade do ato incestuoso conferem ao adolescente o papel principal na cena. Coutinho (2009) aponta que a partir do redescobrimento do objeto na adolescência é necessário um rearranjo pulsional e afirma que: “[...] o reencontro com o objeto, típico da puberdade, implica uma retomada das fantasias edípicas após a latência, de modo que se recoloca o problema da interdição e da reelaboração narcísica necessária a torná-la operante no plano psíquico” (p.98).

Ao tratar da genitalidade, Lacan (1956-57) também coloca um acento sobre o desencontro que a relação sexual provoca, especialmente devido ao encontro com o feminino. Em um primeiro momento, relembra a posição de Freud com relação ao objeto, em que o objeto que liga as primeiras satisfações da criança não poderá ser reencontrado, será sempre um objeto perdido. Há um desencontro entre o objeto

buscado e o reencontrado, o que “marca a redescoberta do signo de uma repetição impossível, já que, precisamente, este não é o mesmo objeto, não poderia sê-lo” (p.13). A partir da demarcação realizada por Freud, de que a genitalidade da adolescência fala do feminino e da certeza do desencontro com o objeto, Lacan postula que a experiência entre um homem e uma mulher, que é uma das questões da puberdade, contradiz a possibilidade de encontro com um objeto harmônico.

Na fase fálica, que não deixa de ter a marca da genitalidade, o que está em jogo é o falo, e o sujeito fica como um pêndulo entre a “imagem viril ou a castração” (Lacan, 1956-57, p.49). A genitalidade na adolescência introduz algo de outra ordem, que escapa à ordem simbólica. A fantasia do falo não possui sua correspondência na relação sexual. A maturação genital comportaria a ilusão de uma harmonia entre homens e mulheres, no entanto essa complexa relação “não passa de um perpétuo fracasso” (p.384). A puberdade é marcada pelo encontro com a feminilidade, que, diferente do par de opostos do falo, não encontra na linguagem um lugar.

Lacan propõe uma vasta abertura para se pensar a mulher, mas, em termos de feminino, o que nos interessa para esse trabalho é que, na lógica fálica, no que tange à diferença sexual, homens e mulheres se relacionam com o falo. O feminino encontrado na adolescência escancara a diferença entre os sexos que escapa à dialética masculina e impõe a exigência de abertura à diferença do Outro.

Lacan, no Prefácio de *O Despertar da Primavera* (1974), aborda a dificuldade encontrada pelos jovens com o desejo e o ato de fazer amor com as moças, demarcando a impossibilidade da relação amorosa e a insuficiência do gozo¹ fálico. Lacan diz que: “Justamente, de que o púbis só faça passar ao público, onde se exhibe como objeto de uma levantada de véu. Que o véu levantado não mostre nada, eis o princípio da

¹ Inicialmente a concepção de gozo está ligada à busca da coisa perdida que falta no lugar do Outro. O gozo fálico é o gozo possível, limitado, ou seja, submetido à castração.

iniciação (nas boas maneiras da sociedade, pelo menos).” (p.558). O sujeito descobre que o gozo genital é também parcial, e não garante nenhuma relação sexual possível, com o outro, nos moldes que poderia ter sido a relação com a mãe. Todo gozo possível é parcial.

A pulsão na adolescência pode ser vista por dois ângulos. O primeiro é a novidade da genitalidade na puberdade, que produz o encontro sexual e a incidência da diferença sexual. O segundo é a própria inaptidão para relação sexual. No ato sexual aparece a incompetência do significante fálico e, portanto, da pulsão genital para fundar uma relação sexual. Mais especificamente a impossibilidade de uma relação sexual harmônica e que gere completude.

Alberti (2009) comenta o prefácio de Lacan, afirmando que o despertar da primavera na puberdade é o despertar das fantasias, que ficam adormecidas durante a latência. É somente a partir desse despertar que o ato sexual pode ocorrer, e o consequente choque com o real da não existência da relação sexual. Levantou-se o véu do gozo prometido e nada foi encontrado. O conceito de adolescência proposto por Melman (1999) assenta sobre essa vacilação do gozo. Seria uma crise psíquica, entendida como um não lugar, no momento em que o sujeito não sabe como se posicionar com relação ao seu gozo. Como um mal-estar devido à constatação de que o gozo é sempre insatisfatório. Este lugar estremece por conta de o adolescente estar olhando a partir de um lugar ideal, ainda não castrado – mas sim privado, em que a promessa edipiana ainda não se constituiu como um logro.

Para Lesourd (2004), a sexualidade genital púbere se lança em um modelo sexual constituído a partir dos moldes do infantil fálico. Para tratar desse tema, o autor traz a concepção freudiana de *das Ding*, que remete a um tempo da carne, que, em função da linguagem, foi irremediavelmente perdido pelo sujeito. *Das Ding* ou *a Coisa*,

é o objeto-carne fonte do gozo originário, da excitação da satisfação primária. O pubertário faz retorno a esse gozo para sempre perdido e afastado pelo significante. O gozo genital prometido e enquadrado na infância pela promessa edipiana perde sua garantia. Para a criança, a completude possível está no mundo adulto. O adolescente se depara com o mal-estar da castração simbólica especialmente no encontro da inadequação da carne com o corpo no ato sexual.

1.5 A clínica dos extremos

A prática clínica e a leitura das produções psicanalíticas mostram que as questões ligadas ao corpo, as dificuldades de separação pacífica nas relações sociais e as configurações pautadas no narcisismo são pontos centrais do sofrimento humano na atualidade. A configuração narcísica da sociedade contemporânea é percebida pelos comportamentos individualistas e pautados unicamente pela busca de satisfação pessoal, em que a dimensão do ser visto e do parecer ter se tornam um modelo ideal da vida (Fuks, 2011).

A relação entre cultura e homem foi discutida por Freud especialmente nos textos *Totem e Tabu* (1913) e *Mal-estar na civilização* (1930). Ambos mostram que as exigências do coletivo impõem uma domesticação dos impulsos primitivos. Porém, o que a cultura oferece não é suficiente para calar as pulsões, e o sujeito vive uma eterna posição de conflito, representado pelas instâncias do Isso e do Supereu, mediado pelo Eu. As configurações psíquicas respondem as exigências culturais que são apresentadas (Birman, 2005), de modo que a substância do conflito psíquico depende do contexto cultural em que o sujeito está inserido. Por isso, para compreender por que o narcisismo contorna os modelos de manifestação psíquica na atualidade, é preciso abordar de que presente se trata.

Silva e Viana (2015) apostam que a contemporaneidade é uma reação ao período moderno. A modernidade foi marcada pela mercantilização, pela demarcação da vida privada, pela valorização da família nuclear, pela supremacia da razão e por uma crença na capacidade da ciência. As exigências culturais sobre o Eu foram alimentadas e provocaram um efeito nos indivíduos de rompimento desses rígidos padrões.

O período pós-moderno vai se firmar no polo oposto ao anterior, caracterizando-se por uma extrema flexibilidade nos padrões e pelo esfacelamento do poder que estava concentrado em instituições sociais rígidas e sólidas (Silva e Viana, 2015). Essa instabilidade é o caldo que engrossa as configurações narcísicas, tendo em vista o tensionamento nas operações de separação ou individuação do sujeito inserido em uma sociedade tão fluida.

Freud (1914a) lança sua proposta sobre o narcisismo e afirma que é uma etapa normal da constituição humana, posicionada entre o auto erotismo e o amor dirigido ao objeto. O Eu é fundamental, dada a sua capacidade de unir as pulsões em um único objeto, contribuindo para o processo de separação e individuação - este é o narcisismo primário. Freud ainda tipifica um outro narcisismo, o secundário, caracterizado pelo retorno da pulsão, que já estava dirigida ao objeto, ao Eu. Esta pode se tornar patológica, na medida em que embaraça o investimento do sujeito nas relações do mundo externo e na capacidade de diferenciação eu/outro.

A dificuldade em sustentar um investimento libidinal em um objeto externo pode ocorrer devido à incapacidade do objeto em satisfazer o sujeito, ou seja, o objeto está esvaziado de afeto, sendo impossível a ele suavizar as tensões do bebê (Silva & Viana, 2015). A libido retirada do objeto que retorna ao Eu, ao invés de fortalecê-lo, atrapalha o estabelecimento da relação com a realidade. Assim, o enfraquecimento das

instituições sociais acarreta um retorno da libido e estabelece a prevalência de uma configuração narcísica no funcionamento humano.

O narcisismo coloca as cartas do jogo das modalidades de subjetivação na atualidade. Tempos de autocentramento e valorização da exterioridade, no sentido de que a subjetividade assume uma “configuração decididamente estetizante” (Birman, 2005, p.23), pois o olhar externo ganha uma posição fundamental e estratégica na economia psíquica. O desejo assume uma direção exibicionista e autocentrada e há um desinvestimento das trocas humanas. Relacionar-se com o outro só ganha sentido quando ele serve como um espelho de valorização. Nessa sociedade do espetáculo o outro perde seu valor de alteridade, de ser reconhecido como diferente e singular, em verdade, torna-se o objeto de usufruto que deve ser manipulado como gozo (Birman, 2005).

O sujeito se constitui e responde a partir do registro especular, ou seja, está somente preocupado com o enriquecimento da própria imagem. Quando o outro não serve a essa função, pode ser facilmente descartado. O especular traz uma configuração específica, emergindo dois pontos: faz surgir a agressividade como ponto central e eleva o corpo como caminho para a elaboração de conflitos.

O narcisismo ao mesmo tempo em que é unificador, também é algo sombrio para o sujeito, pois ele está na mão do Outro. Assim, o olhar que permite ao sujeito se integrar a uma totalidade narcísica – Eu – também é ameaçador pela sua alteridade. A rivalidade e as ações agressivas estão na base da concepção de narcisismo (Lacan, 1949). Vemos, na contemporaneidade, a agressividade ou a violência ser um grande objeto de estudo da Psicanálise, dado que esta disposição aparece de forma corriqueira como um recurso frente à angústia. Afinal, essa é a resposta que um sujeito, imerso em uma modalidade de subjetivação narcísica, encontra para fazer sumir o outro.

Percebemos também que há uma disseminação das marcas corporais que revelam uma tentativa contemporânea de posse do corpo próprio por meio do ato. A convocação ao ato como forma de metabolizar a angústia coloca em cena um corpo que busca por uma fronteira, tendo em vista que no narcisismo os limites entre o Eu e outro estão em construção. Ao passo que retira o véu da fragilização da capacidade simbólica e representativa do sujeito.

Nesse sentido, Estellon (2012), propõe o termo *clínica dos extremos* para caracterizar os tipos clínicos que buscam na sensação corporal uma confrontação dos limites psíquicos, identitários, sociais e culturais. Assim, sobrecarrega em seu ato a questão da fronteira e da necessidade de se sentir uno e vivo. Roussillon (2012) segue essa concepção de *extremo* e afirma que o que rege esses sujeitos é a lógica da sobrevivência. O autor afirma que o sofrimento faz parte da condição humana, mas o que escuta em sua clínica é que o paciente vive uma dor extrema e aguda, melhor dizendo, parece se tratar de uma dor desumana. É uma dor que parece não encontrar representação e nada faz limite a ela, nem mesmo o tempo, nem mesmo o espaço. Remete-os diretamente à questão da morte, assim os atos dos pacientes buscam comprovar a posse do corpo e afastá-los da morte. Por isso, Roussillon diz que estão perpassados por uma lógica da sobrevivência: por mais que encontremos atos agressivos (como as escarificações) na clínica dos extremos, o que existe no horizonte é uma estratégia para sobreviver psiquicamente. Afinal, isso permite uma sensação, mesmo que momentânea, de integração psíquica.

Percebemos a busca por uma sensação corporal pelo registro do corpo e do ato que garanta algo que o simbólico não foi capaz: a sobrevivência. Para nossa pesquisa elegemos uma forma de *extremo*, a escarificação, que parece estar imersa nessa lógica

da sobrevivência, por eleger a dor, uma sensação corporal, como forma primordial de dar notícia da existência do sujeito.

Capítulo II: A adolescência e o escarificar-se

A concepção de adolescência envolve o trabalho psíquico, em um segundo tempo, que deve ser realizado frente à invasão pubertária, ou seja, à descoberta da ilusão do véu fálico e da impotência do Outro. Esse trabalho envolve a reconstrução a partir dos elementos preestabelecidos na experiência subjetiva infantil. O sujeito adolescente parece estar lançado em um paradoxal jogo de junção aos moldes infantis, ao mesmo tempo em que existe uma exigência de separação. O encontro com o Outro sexo leva o corpo púbere à busca de novos objetos e ao desligamento da autoridade parental, revela o fracasso da promessa edipiana e faz com que o olhar do Outro sobre esse corpo mude.

Rassial (1997a) propõe conceituar a adolescência através do conceito de *breakdown*, de pane. Uma “pane na consistência imaginária do Outro”, que faz com que os pais do adolescente despenquem de uma posição ideal. É um momento definitivo, em que se renovam, no *a posteriori*, as marcas da experiência infantil em função de objetos que vão ter um estatuto diferente na economia do sujeito (Melman, 1999). O trabalho adolescente se centra na produção de novos significantes, reconhecendo a filiação, mas desenlaçada da continuidade imaginária. Um momento de construção da identidade que se dá pela crise.

Algumas palavras que as discussões sobre a adolescência fazem aflorar, também são encontradas quando se trata das escarificações: corpo, separação do Outro e identidade/identificações. O adolescente é tomado por uma modificação corporal que o

prepara para ser capaz de pôr em ato a sexualidade, transformações que não são passíveis de controle e que exigem um reposicionamento frente ao Outro.

Assim como nas escarificações, que colocam o corpo e o olhar do Outro em jogo, a cicatriz resultante do ato já demonstra isso ao fazer marcar irrevogáveis no corpo e colocar em questão o olhar da sociedade. Os adolescentes que se escarificam colocam uma dúvida sobre a própria existência, muitos deles dizem: “eu me corto para ter certeza de que existo”. A incerteza do que se é ou até mesmo de que existe aparece nos discursos dos adolescentes como o afeto propício para o uso dos cortes como recurso. Por não ter certeza de sua própria identidade, de quem se é, ele exige um reposicionamento não unicamente em um sentido direto, mas num âmbito subjetivo de se ver apartado do outro, encontrando um limite sensoperceptivo de identidade. No caso do adolescente, sua posição enquanto sujeito desejante, no âmbito da fantasia, entra em jogo e coloca o sujeito em uma posição paradoxal: ao mesmo tempo em que vai seguir os moldes infantis, terá também de encontrar um novo objeto.

A escarificação é uma incisão voluntária realizada pelo sujeito em sua própria pele, ou seja, é a formação de escaras com a intenção, geralmente clara, de sentir dor. O atendimento dos sujeitos que fazem dela um recurso para lidar com a angústia coloca o psicanalista frente a alguns questionamentos sobre o estatuto da escarificação no funcionamento psíquico. Ato que provoca choque e propõe uma questão: como gerar sofrimento no corpo de forma tão evidente pode ser vivenciado como um alívio, como uma saída em momentos de angústia ou de confusão?

Não podemos ser ingênuos ao tratarmos da capacidade do sujeito de provocar sofrimento a si mesmo. A virada de 1920 na obra de Freud, no texto *Além do Princípio do Prazer* - que consiste na saída da dualidade pulsional entre sexual e de auto conservação para a dualidade entre pulsão de vida e de morte - analisa o movimento

inconsciente mortífero da compulsão a repetição em que o sujeito traça o caminho que o leva a padecer. Podemos dizer que a escarificação, em certa medida, causa-nos choque porque o movimento neurótico de cavar seu próprio padecimento aparece escamoteado pelos destinos da vida. Porém, os sujeitos que se escarificam fazem isso sem rodeios, cortam-se e se machucam aos olhos de todos, às claras. Esse capítulo visa a colocar luz sobre esse ato, por meio da análise do estatuto da dor na organização corporal e da função da dor nas escarificações. O que o sujeito *diz* com a marca corporal? A escolha do verbo *dizer* é feita para apontar a função (ou efeito?) de relação com o Outro no ato. Apesar de parecer um ato encapsulado nele mesmo - na medida em que é realizado de forma privada e o sujeito (que se corta) e o objeto (a pele que é cortada) se fundem - existe a dimensão da relação com o Outro que parece essencial.

Algumas áreas do conhecimento exploraram esse tema, como a antropologia e a psiquiatria, por isso ambas serão abordadas. Os fatores sociais e culturais têm muito a revelar sobre as escarificações, inclusive podem favorecer e ofertar pontos de discussão para a clínica psicanalítica.

O termo escarificação, com o delineamento abordado neste trabalho, não faz parte dos textos ou elaborações psicanalíticas em Freud e nem mesmo em Lacan. Não faz parte também do objetivo dessa pesquisa e escrita abordar o ato da escarificação como algo unívoco, seja clinicamente ou em termos metapsicológicos. Estamos buscando os caminhos da economia pulsional do sujeito do inconsciente que faz recurso à dor e à marcação corporal. Ressaltamos que existem diversas formas de escarificação, nesse trabalho iremos tratar sobre incisões realizadas na pele sem objetivos estéticos ou de desenhar formas, que aparecem como um recurso em momento de elevação de angústia, como uma forma de aplacar o sofrimento, podendo ou não ser realizada em

pequenos grupos, mas que invariavelmente não são incorporadas como práticas sociais (como vemos nas tatuagens ou *piercings*).

Poderíamos, então, propor que a escarificação é um recurso utilizado pelo adolescente para tomar posse desse novo estatuto, tal qual apontado no Capítulo I, que é marcado pelo abalo nas identificações que devem endossar a assunção de um sujeito desejante. Ressaltamos que o próprio processo adolescente contribui para esse embaço na percepção do eu, tendo em vista as transformações corporais e os remanejamentos identitários. Nesse sentido, Le Breton (2004) afirma: “Ao *marcar* o seu corpo, o adolescente agarra as suas *marcas* com o mundo, tenta apropriar-se de um corpo que muda e lhe faz medo” (p.178). A incisão na pele é um modo de acelerar a passagem, de fazer um apelo ao tempo para se tornar finalmente ele próprio.

A escarificação pode funcionar de forma a afastar a angústia ou a dor de viver que apanha o jovem. Le Breton (2004) lança mão de uma ideia interessante: a escarificação na adolescência funciona como um rito pessoal de passagem: “As modificações corporais são uma maneira simbólica de pôr termo a uma situação de incerteza, de transição difícil entre um momento e outro. [...] Maneira de marcar a mudança de estatuto através de um sinal de autonomia.” (p. 196)². Não é um rito de passagem, mas um episódio de existência. Como se uma atuação no corpo garantisse uma existência. Bom, e garante, traz paz, mas momentaneamente. Em que lugar é possível encontrar a garantia da própria existência? Partiremos, então, para o segundo capítulo, em que trataremos do sentido da escarificação pelo viés antropológico como abordado por Le Breton para, em seguida, abordar a posição de alguns psicanalistas contemporâneos sobre o tema.

² A concepção do termo *simbólico* como tratado por Le Breton não possui o mesmo significado do Simbólico enquanto um registro para a teoria lacaniana. Para o antropólogo, *simbólico* possui a denotação de um elemento representativo que funciona como símbolo, ou seja, a escarificação representa, enquanto marca no corpo, o fim das incertezas adolescentes.

2.1 A escarificação em diferentes grupos

A história da humanidade em diferentes culturas, tanto no sentido diacrônico como sincrônico, mostra várias formas de aparição de marcas corporais. Algumas sociedades africanas marcam o corpo com anéis, pinturas e escarificações para fornecer um reconhecimento de identidade aos sujeitos da mesma cultura (Bruna, 2001). Na Polinésia as tatuagens são utilizadas como signo de identificação entre as tribos e também marcam a pele como demonstração de coragem (Pierrat e Guillon, 2000). De modo que algumas culturas associam ritos de passagem, como da infância para a vida adulta ou do casamento, com marcações no corpo.

Le Breton (2003), um antropólogo contemporâneo, seleciona momentos na História para mostrar que as marcas cutâneas podem também ser sinal de exclusão ou de infâmia: na Grécia, marcavam-se os escravos; em Roma, os prisioneiros e escravos; na França do século XIV, os que deviam ser rejeitados publicamente. Há uma variabilidade de possibilidades no uso da marca como sinal de identidade. Já nos Estados Unidos, por exemplo, os hippies ornamentavam o corpo com flores e elementos sensuais, como uma forma de manifestar a mensagem do movimento: paz, amor e liberdade. O autor continua fazendo uma retrospectiva histórica: nos anos 60, os *skinheads*, que inquietavam o olhar com a aparência e as tatuagens que revelavam a postura racista, chauvinista, machista e agressiva; nos anos 70, os *punks*, que queriam abalar as convenções sociais, queimavam-se, escarificavam e tatuavam o corpo. A marcação corporal nesse contexto surgiu como uma forma de protesto às rígidas regras sociais vigentes. Os indivíduos não aparentavam ter exatamente um desejo estético, mas uma vontade de ultrajar.

A partir dos anos 80 algumas modalidades de marcas corporais são atravessadas pela cultura e pela moda e a tornam um traço, por vezes até estético, da singularidade pessoal. Na civilização ocidental as tatuagens e os *piercings* contêm o sentido de uma expressão artística, fazem parte do percurso de socialização dos sujeitos em busca de referências próprias e da experimentação de si. Mesmo que as tatuagens, os *piercings* e as escarificações estéticas ainda mantenham em algum nível a marca do desprezo e da rejeição, já estão integrados à sociedade. De acordo com Moreira, Teixeira e Nicolau (2010) as práticas contemporâneas de tatuagens, escarificações e de *body-art* registram-se como uma busca da constituição da identidade de um corpo singular. O sujeito faz uso de métodos socialmente aceitos e instituídos para desenhar um Eu único e peculiar.

Na cultura moderna existe o suporte social e artístico para a realização das modificações corporais. Por modificações corporais compreendemos a ação realizada por um indivíduo que intenciona transformar alguma parte de seu próprio corpo e que, de forma geral, são visíveis e definitivas, abarcando tatuagens, *piercings*, escarificações, cirurgias plásticas e uso de esteroides (Cunha, 2004). O corpo, na perspectiva antropológica, é percebido como uma construção pessoal, manipulável e uma fronteira entre o sujeito e o mundo. Manejá-lo através das marcas é um caminho para alcançar uma posse de si mesmo, alcançar uma autonomia e visa a uma individuação (Le Breton, 2004).

Percebemos em diferentes culturas e por motivos variados a necessidade de remarcar a borda ou redesenhar a fronteira corporal por meio dos cortes, até mesmo como uma forma de expressão artística que proporciona identidade de pertencimento, reconhecimento social e religioso (Jatobá, 2010). Porém, trataremos de uma modalidade ainda mais específica da escarificação, aquela que não possui, pelo menos de forma clara e consciente, um sentido de ornamentação ou estético, ou seja, são incisões

intencionais e superficiais na pele através de um instrumento cortante, deixando uma cicatriz sem a busca da inscrição de uma imagem como essencial. Este comportamento ou ato aparece na clínica, especialmente com adolescentes, de forma recorrente na atualidade. Trata-se de jovens que se cortam principalmente no antebraço, na barriga e na parte superior das pernas, e insistem em dizer que, além de ser um ato inevitável, provoca um grande alívio (Yip, 2005; Luca, 2006). Percebe-se que é uma prática em que o sujeito é ativo no ato, por isso podemos usar o verbo reflexivo, escarificar-se. Outra característica é não possuir qualquer relação com padrões de beleza.

Na literatura psiquiátrica, a escarificação é considerada enquanto uma subcategoria da automutilação (Fortune, 2006), tendo como característica ser mais superficial ou moderada. Le Breton (2003) afirma que até a década de 80 a automutilação era uma prática marginalizada, que sempre ganhava a conotação de uma tentativa de suicídio. Porém, Favazza (2011) desenvolve um sistema de classificação que propõe que a automutilação seja um comportamento estudado e cuidado pelos profissionais da saúde. É compreendida como um comportamento autodestrutivo consciente e intencional, que produz danos ao tecido corporal, sem a finalidade suicida consciente e que satisfaz a motivos não aprovados socialmente. A escarificação se diferencia da automutilação grave, como a autocastração, geralmente próximo à psicose, e de comportamentos estereotipados associados ao atraso mental e ao autismo (Favazza & Rosenthal, 1990).

A intenção descrita pelos sujeitos que se escarificam parece, muitas vezes, o contrário de um suicídio, envolve um alívio psicológico, como se ao provocar a dor no próprio corpo o sujeito percebesse o lenitivo de uma dor emocional (Le Breton, 2007; Yip, 2005). A psicopatologia psiquiátrica foi fundamental para a formalização desse conceito e por descolar da ideação suicida.

O ato da escarificação, a depender da aceitação e até mesmo da exigência cultural, bem como do funcionamento psíquico, pode conter uma rede complexa de significações. O uso das marcas corporais abarca sentidos tão amplos que, inclusive, podem ser opostos: associadas a ritos de passagem, de inclusão ou exclusão social e como um comportamento solitário para aliviar um sofrimento psíquico ou simbolizar uma dor inimaginável e irrepresentável psiquicamente.

Apesar de diferenças tão radicais, Le Breton encontrou, em uma perspectiva antropológica, um ponto de comparação entre essas significações, a saber, o valor de identidade que se produz, seja nos ritos de passagem, seja na escarificação como aqui abordamos. De acordo com Le Breton (2004), o primeiro possui valor de identificação por demarcar a pertença a um grupo, a um sistema social, inscrição em uma linhagem ou em um clã, por exemplo. Em outras palavras, faz ascender o homem à cultura. Em 2003, Le Breton, propõe que a coragem em fazer parte dos ritos de passagem indica uma virtude para sobreviver, faz laço com a comunidade.

Ao contrário, nas sociedades ocidentais em que predomina o individualismo democrático, o homem, separado dos outros, é livre para escolher seus valores e fazer o que quiser com seu corpo. Le Breton (2003) ressalta que, no contexto da modernidade o corpo, um representante concreto da existência do eu, é inacabado e mutável. Em outras palavras, o corpo é uma matéria de identidade, e agir sobre ele vem a modificar o ângulo da relação com o mundo.

No caso dos sujeitos que se escarificam na sociedade ocidental contemporânea, não é possível apontar uma relação com um rito de passagem sancionado culturalmente por uma boa parcela da sociedade, como podemos perceber nas tribos da Polinésia, nem mesmo de grupos socialmente reconhecidos como os excluídos, como os *punks*. Porém, isso não significa que não existe um fenômeno de grupo, pois, no âmbito da clínica,

recebemos a demanda de escolas que descobriram um grupo de meninas que se cortam em uma prática coletiva; ou as próprias jovens afirmam que iniciaram as escarificações copiando outras amigas que mantinham essa prática. Essa espécie de apropriação do ato de uma outra jovem é abordada por Costa (2015) pelas trilhas freudianas da identificação histérica – o tema das identificações será abordado no Capítulo IV. Entre o sujeito que se identifica e o outro que oferta uma imagem que servirá de base para a identificação há um ponto de coincidência. A autora aponta que o que produz o “contágio” não é uma simples simpatia pela outra, mas um aprisionamento na “imagem fixada” (p.117) dos furos corporais (no caso da escarificação). O adolescente que está ascedendo a um corpo sexualizado também por meio de uma imagem unificada, tal qual aparece na metáfora do espelho, encontra nos furos produzidos por outrem o avesso da unificação corporal. É exatamente por desvelar esse outro lado do suporte corporal que esse corte na imagem exerce uma atração. Então, algo faz liga precisamente por abrir uma brecha na experiência do real do corpo.

No ciberespaço encontramos um alargamento das postagens sobre sujeitos que buscam informações, bem como aqueles que compartilham suas experiências de escarificação (Ferreira, 2014). Ao mesmo tempo em que a escarificação não é sancionada culturalmente – como é a tatuagem atualmente –, ela possui uma intersecção com práticas de grupos, mesmo que seja intervalando entre grupos secretos e uma prática privada.

Nesse sentido, percebemos que também é num ato particular que se busca o alívio do sofrimento psíquico. É relatado pelos adolescentes o afeto de uma forte angústia, um afeto intolerável e que nem é passível de explicação e nomeação. Le Breton (2010) fala de um sentimento de perda de si, um vazio ou um afeto que asfixia e que encontra na sensação de dor a contenção que restabelece o limite e a certeza de que

existe. O autor propõe que o ato de se escarificar é um caminho para se ter certeza da própria existência. Assim como as marcas corporais aparecem em diferentes culturas como um signo de identidade, as escarificações também parecem portar uma questão sobre o eu. Nesse sentido, Le Breton propõe que as escarificações sejam balizas identitárias que funcionam como uma garantia da existência do sujeito. Para não se perder em um afeto intolerável o jovem materializa o sofrimento na sensação corporal de dor e redefine sua existência.

No ato de escarificar-se o sujeito coloca em jogo a sua existência (Cunha, 2004), usando a pele para realizar um novo desenho corporal. A pele não é um órgão qualquer, ela encerra o corpo, propõe os limites físicos do Eu e estabelece os limites entre o dentro e o fora de forma viva, porosa. Um envelope narcísico que o protege do caos do mundo. As marcas corporais formam paradas identitárias, de modo a inscrever os limites na própria pele (Le Breton, 2003).

Há a prática de um rito íntimo de passagem, que difere dos ritos de passagem por não possuir a ascensão na cultura e ter um valor de manejo do sofrimento, mas, por outro lado, também comporta uma repetição que funciona como uma baliza identitária, como se a incisão, para alguns, funcionasse como uma cerimônia secreta, em que cada angústia acarreta um evento doloroso. Um tempo circular domina a existência do indivíduo e o reconduz aos mesmos tormentos e às mesmas formas de resolver a tensão. A incisão regular é uma maneira de dominar o fluxo a partir de um limite tangível – a pele – e fazer a dor atestar e provar a sensação de estar vivo. Como quem localiza a dor, domina e a controla, só que momentaneamente.

O ato de se escarificar parece ser emblemático para mostrar que a dor funciona como um recurso na pele para encontrar alívio e a garantia da própria existência. Le Breton (2010) usa a nomenclatura “atos de passagem” para designar o comportamento

da escarificação e revelar sua face consciente e pensada que visa à superação do afeto. Assim, conceitua escarificação como uma “ação sobre si mesmo que funciona como um suporte para desvincular-se de antigos fardos, é um caminho traçado no corpo, cujo preço é pago para reencontrar e reestabelecer o laço social” (p.33). O autor propõe que este ato porta uma tentativa de confirmação da própria existência, na forma de um sacrifício (Le Breton, 2007), em que o sujeito corta, penaliza um pedaço de sua própria carne para salvar o que considera essencial, ou seja, seu ser:

As escarificações são uma tentativa de se desfazer de si, uma vontade de arrancar uma camada que cola na pele e aprisiona o ser em um sentimento intolerável de identidade. Trata-se de fazer uma nova pele, se desgrudando do sofrimento em um gesto doloroso que é, justamente, o preço a pagar pela sobrevivência. (Le Breton, 2012, p.41).

De modo que o sujeito recorre ao retalhe do próprio corpo com a sensação da dor, numa espécie de sacrifício para recobrar o sentido do próprio ser. A provocação da dor por meio da escarificação como um reassseguramento de si é corroborada pela experiência clínica com adolescentes ao escutarmos que: “eu me corto para me sentir viva, para saber que eu estou aqui”, “é um jeito de saber que eu sinto e que eu existo”, “ontem eu me cortei porque fiquei pensando que quando minha neta morresse eu não existiria mais no mundo, e agora, será que alguém sabe agora a minha importância, que eu estou aqui?”, etc.

Para Le Breton (2010) a dor da lesão e a cicatriz na pele materializam o sofrimento, formando um invólucro de dor. A materialização da dor redefine o contorno da pele, controla e retém o sofrimento. Porém, provocar a dor faz com que o afeto seja abrandado, os sujeitos podem dizer de onde vem o sofrimento e sabem, agora, que seus corpos existem, existência que parece não garantida e encontra na escarificação sua

silhueta redesenhada por um objeto cortante. Nesse sentido, a escarificação aparece como o sacrifício de cortar uma parte de si para se salvar. Costa (2003) compactua com esse pensando ao propor que as marcas corporais funcionam como atualização do sagrado, colocando como uma questão de reatualização dos mecanismos sacrificiais primitivos que visam a dar conta do excesso.

A adolescência é um tempo de processos identitários inacabados que mobilizam no sujeito recursos para lidar com isso. Por isso, as condutas ou atos de riscos deliberados são característicos dessa fase como uma tentativa de ritualizar a passagem para a vida adulta (Le Breton, 2012). A pesquisa antropológica realça alguns pontos nodais no trabalho sobre as marcas corporais que serão caros a essa pesquisa: corpo, relação sujeito-mundo e questão de identidade por meio da posse de si.

2.2 Escarificar-se: marcar o corpo e refazer a pele

O ato de se cortar parece estar, em termos culturais, imerso em um paradoxo: ao mesmo tempo em que coletiviza, também singulariza. Percebemos que sua produção envolve uma forma de produzir traços no real, como no real pubertário na passagem adolescente de algumas tribos. Quando se trata de um ato particular ainda há um paradoxo evidente no campo do olhar, pois a escarificação é sustentada pelo que esconde: no velamento do olhar pelas roupas que escondem as cicatrizes.

A convocação ao olhar é dada pela necessidade das jovens de esconder as cicatrizes com blusas de manga ou pulseiras ao mesmo tempo em que a produz em lugares facilmente dados ao olhar, como se exigisse mostrar que está coberto. A própria cicatriz que não é dada à interpretação imagética (como a tatuagem) produz um enigma naquele que olha.

O olhar é colocado em causa devido à necessidade do sujeito de construir uma borda, ou seja, expressa claramente o imperativo de produzir um limite (Costa, 2013). A borda é o que coloca um limite na realidade, da separação do corpo com o ambiente, na percepção das imagens, de modo que o nosso olhar é constituído de bordas e permite que vejamos. A escarificação é uma questão de limite, pois por ser realizada na pele denuncia que a borda entre o corpo e o mundo não está posta ao sujeito. É preciso que, com o seu ato, a pele seja reconstruída, o que faz parecer que há um embaço na separação Eu – Outro, pois:

O tema das bordas corporais diz respeito a toda tentativa do sujeito de constituir uma separação na relação ao Outro, ou mesmo uma inscrição no discurso, traçando os limites no próprio corpo (Costa, 2015, p.87).

Marcar o corpo é um ato de pertencimento e de reconhecimento do próprio eu. Essa dimensão aparece na fala de adolescentes que dizem: “eu me corto para saber que existo”. Ao produzir os contornos por meio do corte, o olhar se acalma devido à construção das bordas. No capítulo I trabalhamos a relação entre o corpo adolescente que invade como um real pubertário e endossa a confusão das fronteiras.

Quando o afeto da angústia invade, algumas adolescentes não encontram outra saída que não seja o ato de se cortar para conseguir se acalmar. Algo da ordem da necessidade se impõe, escutamos na clínica: “fiquei muito confusa, não havia nada que eu pudesse fazer para encontrar a paz em minha alma, eu precisava ver o meu sangue e precisava sentir dor para recobrar a consciência”. O verbo *precisar* demonstra que a jovem se percebia sem escolha, era indispensável que se escarificasse para fazer corpo de algo inapreensível que desorganiza os limites corporais. A pele, que é um importante órgão que está no limite entre o Eu e o mundo, revela-se como um lugar privilegiado de

expressão. Costa (2015), a partir de sua experiência, escuta das jovens que os cortes as acalmam e que elas o fazem por falta de amor. Porém, seus atos revelam o contrário, que se cortam pelo excesso. Aí está o paradoxo da relação entre imagem e corte: uma falta (de borda) que se apresenta como excesso. A importância das bordas na imagem será trabalhada no Capítulo IV e na discussão do caso clínico.

O jogo de esconde e mostra da escarificação faz com que Ferreira (2014) faça um cotejo com o jogo do *fort-da*, tratado por Freud: no jogo do *fort-da* está em foco a posição ativa da criança no processo de simbolização após a saída da mãe. Para além de alguém que sofre a ação de ser deixado, ela brinca e é autora do ir e voltar. Assim, ela se torna sujeito da ação e não somente objeto a ser largado e pego pelo Outro. Essa passagem de quem sofre a ação para quem realiza é importante na escarificação. A sensação de controle e domínio da angústia por meio dos cortes é constantemente relatada pelos pacientes.

A busca por uma borda que auxilie a fazer frente ao real não é suficiente para simbolizar. Em verdade, é insuficiente e produz compulsão. Inicialmente há uma relação entre angústia e corte, mas depois o corte ganha uma potência própria de prazer compulsivo. A falta de limites corporais que faz carecer a produção de bordas é correlata ao olhar do Outro, que é excessivo, logo sem falta, sem buracos. A compulsão ganha espaço, buscando uma queda do olhar, “enquanto objeto-excesso” (Costa, 2013, p.99).

Durante a infância o corpo vai se distanciando do campo materno e angariando recursos para se sustentar, mas é na adolescência que ele se descentra mais radicalmente. Como ressalta Freud (1923), o período do encontro com o feminino, não no sentido da diferença de sexos, trata-se, em verdade, da queda dos véus da castração. O olhar materno, que dizia do corpo do sujeito e auxiliava o enfrentamento da castração,

perde sua condição. Costa (2015a) aponta que a marcação corporal da escarificação realiza um furo no saber, mais especificamente, “um furo de uma atribuição do saber à mãe.” (p.88). Como se caísse a ficha de que “essa mãe não sabe do meu corpo”, mostrando a potência do corpo real.

Vemos isso em nossos consultórios: com a queda irrevogável do saber materno, no discurso das adolescentes, as mães caem do seu palco de sabedoria e se tornam completamente ignorantes, nada sabem sobre política, moda, arte e especialmente sobre como cuidar de suas filhas e o que se passa dentro delas. A decepção é evidente e as adolescentes preferem dizer: nunca houve saber nelas!

Trata-se, então, de um ato que deseja produzir um ponto cego, ou seja, furo no lugar do objeto olhar e “a inscrição de um significante: um traço que responda pelo que não se escreve ” (Costa, 2013, p.121). Uma parte do corpo passa a valer como algo que não se inscreve pela via fálica. O objeto em causa é o olhar e sua produção se dá na medida em que se constitui como perda. Nesse sentido, o ato de se cortar é correlato à extração do objeto no excesso que tem no horizonte uma relação com o Outro sem faltas. Essa proposta coaduna com a de Pollo e Silva (2015), de que a escarificação é uma tentativa de fazer valer uma lei que não seja a do capricho materno.

Costa (2015) resgata o termo *litoral*, tal qual apresentado por Lacan (1971) em *Lituraterra*, para circunscrever que tipo de borda é produzida quando o corpo é marcado na pele. O litoral circunscreve o real e é responsável pela criação de bordas, pois quando um limite se cruza com o outro é imposta uma descontinuidade. Assim, ele presentifica uma ausência ao propor uma ruptura. Ao desenhar um litoral na pele o adolescente produz um furo no olhar que é também um furo no saber no Outro. A escarificação é uma tentativa de separação por meio da criação de bordas corporais.

Capítulo III: Corpo e dor no remanejamento pulsional da adolescência

*“Não sinto dor nenhuma, porque a dor ‘de dentro’ é muito maior. Sinto alívio e um tipo de alegria por saber que tenho algum poder sobre mim mesma”
(Trecho retirado da internet)*

A experiência clínica com adolescentes que se escarificam levou-nos a interrogações sobre o sentido de uma construção ouvida repetidamente na voz de vários sujeitos, algo que gira em torno da seguinte construção: “eu me corto para aliviar uma dor interna”. Isso remete à dimensão sensorial do afeto experienciado na pele. É a busca por uma sensação corporal muito específica: a dor que tem a potência de apaziguar uma sensação inominável. Circunscreve-se, então, no amplo campo das representações, aquela que é da ordem do afeto e atravessa a sensação corporal dolorosa.

A contradição entre as possibilidades de produzir e sentir a dor física e ter alívio psíquico instigou a construção de uma cartografia que liga a dor corporal à dor psíquica. O termo *cartografia* se refere à elaboração de cartas geográficas ou descrição de mapas. A escolha feita por esse termo ocorre por ressaltar que a representação gráfica, o mapa, depende dos desenhos de suas fronteiras: onde começa o mar e termina a terra ou onde estão os limites entre os países ou cidades. Assim também é a dor no corpo, inscreve-se nos litorais entre dentro e fora. A partir da interrogação sobre esses traços e suas conexões é que propomos o desenvolvimento desta reflexão.

Percebe-se que nessa prática privada, em que se busca o alívio do sofrimento psíquico, é relatado o afeto de uma forte angústia, um afeto intolerável que não é

passível de explicação e identificação pelos adolescentes. Le Breton (2010) se refere a um sentimento de perda de si, um vazio ou um afeto que asfixia e que encontra na sensação de dor a contenção que restabelece o limite e a certeza de que o sujeito existe. O autor propõe que o ato de se escarificar é um caminho para se ter certeza da própria existência. Nessa perspectiva, ele propõe que as escarificações sejam balizas identitárias que funcionam como uma garantia da existência do sujeito. Para não se perder em um afeto intolerável, o jovem materializa o sofrimento na sensação corporal de dor e redefine sua existência.

A dor na carne funcionaria como algo que informa ao Eu a sua vivacidade. A concepção de um corpo próprio e da existência de um Eu não são dadas desde o nascimento e nem mesmo garantida por toda a vida. Por isso, iremos retomar a constituição subjetiva para endossar a discussão sobre a dor. Buscamos circunscrever dois conceitos: a dor da carne e a dor psíquica em relação à constituição subjetiva e ao corpo para, em seguida, analisar como a dor da carne pode aliviar a dor psíquica.

Freud não se dedicou ao estudo da dor como um conceito que possui um estatuto metapsicológico. Porém, a dor aparece como um evento relevante em algumas produções da obra freudiana, o que nos indica um atalho para desenvolver nossa reflexão. Em seu texto preliminar *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), em que trata sobre os primórdios da interação entre bebê e cuidador, é possível traçar um caminho que revela a importância da dor na constituição subjetiva e do corpo. Nos estudos sobre a melancolia, especialmente nos textos *Rascunho G* (1895a) e *Luto e Melancolia* (1915), Freud aponta para a existência de uma dor psíquica.

3.1 A dor e seus rompimentos

Nesse ponto faremos um pequeno desvio, pois o texto do *Projeto* (1895) será agora abordado de forma mais ampla devido à sua importância para os capítulos posteriores. De modo que alguns pontos não aprofundados nesse capítulo serão retomados em seguida.

Freud (1895) busca a explicação para a defesa histérica em um período marcado pelo postulado da teoria da sedução. Por meio de uma concepção quantitativa de aparelho psíquico, Freud parte de um modelo mecânico sustentado em dois elementos: N são os neurônios, as partículas materiais que podem ser ocupados por Q, a quantidade. Q é uma excitação em fluxo que ocupa os neurônios e revela em seu movimento a diferença entre a atividade e repouso. A chamada compulsão histérica, ou seja, a afetação do sujeito histérico por ideias excessivamente intensas e desproporcionais com relação ao fato recente, mostram o aspecto quantitativo do funcionamento psíquico, e os sintomas conversivos revelam a excitação em fluxo na esfera motora.

O psiquismo é compreendido como um aparelho que transmite e transforma a energia, baseado em um referencial termodinâmico da física de natureza hipotética e não anatômica (Garcia-Roza, 2009). O aparelho psíquico tende a evitar que nele incidam forças que acarretem o abandono do estado de repouso, ou seja, é regulado pelo Princípio de Inércia. Por exemplo, um objeto externo impacta a sensorialidade e ocupa os neurônios com excitação, em seguida a excitação impressa é extinta pelo eixo motor. Os atos reflexos podem ser explicados por essa estrutura. O Princípio de Inércia propõe que a quantidade recebida pelo neurônio sensitivo exige ser descarregada completamente no campo motor. Tal descarga possui uma função para o sistema nervoso central, que, além de se desfazer de Q, mantém os caminhos percorridos por essa quantidade para pôr fim à excitação. Tais trilhas de eliminação formam a fuga de

estímulo. A aspiração em se libertar de Q constitui o que Freud nomeia de função primária do sistema nervoso.

Essa eliminação completa na esfera motora só é possível quando advinda de um estímulo externo. No caso das estimulações endógenas, a atividade motora é vã. Por exemplo, a fome em um recém-nascido só pode ser saciada pela mobilização do meio externo. Para isso, é necessário que parte dos neurônios acumule energia – em vez de liberá-la – para que possa realizar a ação específica: trata-se de uma série de movimentos concretizada no mundo externo, com gasto quantitativo superior ao produzido pelo estímulo endógeno. Assim, está colocado um segundo princípio, a saber, o de Constância, que se opõe à tendência inicial à inércia, afinal o sistema nervoso busca manter uma quota de Q num nível mínimo.

A fuga de estímulo (que funciona para os de origem endógena e exógena) acarreta a conservação dos caminhos de eliminação usados por Q. Para que a função primária ocorra é necessária uma transformação no sistema nervoso, ou seja, é preciso conservar energia nas trilhas de eliminação, funcionando como um aparato de memória. Por um lado, existe o fluxo livre e a busca por um estado de repouso. Por outro lado, para que isso ocorra é preciso reter uma quantidade energética para a ação específica e para a fuga de estímulo, que constitui o que Freud chama de função secundária. Para que haja conservação de Q é preciso que N possua barreiras de contato, ou seja, diques que oferecem uma resistência à descarga total. Os pontos de contato com menor capacidade retentiva serão aqueles que ou foram submetidos a grandes quantidades ou sofreram numerosas passagens de Q.

Nesse ponto, é possível esclarecer a existência de dois tipos de neurônios: os *phi* e os *psi*. Os primeiros são os responsáveis pela percepção, permeáveis (sem barreiras de contato), obedecem integralmente ao princípio da inércia e à função primária. Os

últimos estão incutidos de memória, regido pelo princípio de constância e pela função secundária e são impermeáveis, ou seja, são atravessadas por uma magnitude próxima à sua barreira de contato. A função teórica do princípio de inércia é apontar a prioridade da quantidade externa sobre a interna, afinal a divisão entre os neurônios é baseada na diferença de magnitude que as quantidades externas e internas possuem, sendo sempre a primeira maior (Gabbi, 2003).

Na busca de compreender a constituição do aparelho psíquico, Freud, afirma que as vivências de dor e satisfação são fundamentais. Ambas revelam uma característica importante da memória: as excitações provenientes dessas vivências abrem trilhas no sistema nervoso.

Ao nascer, o ser humano, em condição de prematuridade se encontra em um estado de sofrimento primordial, em que a sua vida depende de um outro. O desamparo originário coloca o bebê em uma dependência integral de um próximo assegurador (*Nebenmensch*), ou seja, o cuidador que se ocupará de ofertar uma resposta específica capaz de apaziguar as necessidades do *infans*.

A vivência de satisfação é compreendida ao darmos continuidade à estimulação endógena que acarreta a ação específica. Frente ao desamparo, engendrado, por exemplo, pela fome, uma ajuda externa se apresenta e, em sua gerência, alivia o estímulo interno. Isso resulta em uma imagem motora (o choro) que conservará uma trilha de eliminação e que passa a ter uma função de comunicação, devido ao sentido de apelo ofertado pelo cuidador. A vivência de satisfação dá origem ao processo primário e a uma atração desiderativa primária, tendo em vista que o estado de urgência não tardará em retornar, e Q ocupará as recordações do sistema *psi*. A imagem recordativa do objeto deve ser a primeira a ser afetada pela reanimação do desejo, construindo um momento alucinatório endossado pelo ato de sucção. Porém, a sucção seguida da

alucinação não sana o estado de necessidade, o que acarreta uma grande desilusão e, assim, o fluxo de excitação irá percorrer a esfera motora, acionando o choro que será construído como uma forma de comunicação.

A outra vivência, a de dor, é tomada a partir da ótica da dor física. É considerada o mais imperioso dos movimentos e coloca os sistemas *psi* e *phi* em busca de eliminação, deixando facilitações permanentes em *psi*. Não existe barreira de contato capaz de deter o estímulo da dor. Se há uma percepção que, por associação, leva às representações da cena dolorosa, há, conseqüentemente, a reanimação das suas recordações. Freud chama de afeto a reprodução mnêmica do desprazer sem a presença do objeto hostil. Para se defender da recordação da vivência dolorosa o aparelho psíquico opera a defesa primária, ou seja, há uma inversão na corrente de pensamento quando encontra com um neurônio cuja ocupação causaria desprazer, evitando a imagem recordativa hostil.

Com o desenvolvimento do aparelho psíquico há a inibição dos processos primários pelo eu, refinando a atração desiderativa primária para pensamento e juízo e a defesa primária para defesa normal. O Eu surge como uma organização capaz de evitar os gastos com o processo primário, inibindo os processos associativos primários. Porém, ambas as vivências deixam restos ativos (afeto e desejo) no aparelho psíquico, ou seja, são elementos mobilizadores mesmo sem referência direta por associação.

As trilhas de eliminação construídas no sistema nervoso (anteriormente abordadas) resultam em facilitações, ou seja, uma vez que a intensidade é capaz de vencer as barreiras de contato, ocorrem alterações fixas, tornando o neurônio menos impermeável. Tal facilitação posteriormente pode ser a base para a recordação que irá substituir a vivência. A existência de caminhos de facilitação em *psi* constitui a base

para a concepção de representação enquanto traço de memória de excitação endógena e exógena.

Após essa retomada ampla sobre o *Projeto*, podemos nos ater aos elementos essenciais para a compreensão da dor e sua relação com o próximo assegurador. Vimos que o bebê nasce em um estado de desamparo que exige a presença de um outro que cuida e coloca o *infans* em uma condição de dependência. Em 1926, no texto *Inibições, Sintomas e Ansiedade*, Freud escreve que esse estado de dependência prolongado é consequência do fator biológico de vulnerabilidade do bebê. De modo que, “[...] os perigos do mundo exterior são realçados em sua significatividade, e o valor do objeto, o único capaz de proteger contra os perigos e substituir a vida intrauterina perdida, aumenta enormemente.” (p. 269). O objeto, ou seja, o outro cuidador, ganha valor não somente por acalantar a vulnerabilidade biológica, mas também por se apresentar como um protetor das ameaças da existência. Então, continua Freud: “Esse fator biológico instaura, portanto, as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que não mais abandonará o ser humano” (p. 269).

A ação específica do cuidador permite a organização do caos das tensões internas, e a experiência de satisfação vai além de uma descarga eficaz da excitação. Ela implica também na percepção do objeto que proporcionou o fim da tensão e estabelece uma facilitação no caminho neuronal, de modo que, sempre que a necessidade voltar, essa primeira experiência será ativada. A primeira experiência de satisfação revela parâmetros que vão além do econômico, pois desvela uma dependência do objeto. A experiência de satisfação se liga à imagem do objeto que possibilitou a satisfação e também à imagem do movimento que aceita a descarga da tensão. O estado de necessidade vai reaparecer incontáveis vezes no bebê, que irá reinvestir a imagem do

objeto que possibilitou a satisfação, na busca de reproduzir a experiência anterior, mas o que ocorre é uma satisfação alucinatória.

Podemos ver também que a vivência de dor no *Projeto* se restringe à dor física. Em 1926, Freud dá um passo adiante e afirma que o desaparecimento do cuidador coloca o bebê em perigo e que este experimenta essa sensação como dor e não como angústia. Freud diferencia a dor psíquica da angústia: enquanto a dor é a reação à perda de fato da pessoa amada, a angústia é a reação à ameaça de uma perda. A dor surge em um momento de separação, que obriga o sujeito a se apartar do objeto e a se reconstruir, a passar por uma prova. Ao tratar da dor nesse texto, percebe-se que Freud não está se referindo a uma lesão ou dano em alguma parte do corpo, já que ele supõe que a ausência do outro cuidador provoca dor no bebê, e não angústia. A impossibilidade de diferenciar uma ausência permanente de uma temporária é o que leva à dor. A ausência do outro é a situação traumática que está na origem da dor. Posteriormente, a angústia aparece como sinal, dado pelo eu, que cumpre a função de indicar um estado de perigo.

A experiência da dor, oposta à de satisfação, é o não impedimento pelos dispositivos neuronais de uma excitação. Provoca também uma condição de facilitação entre a necessidade de descarga e a imagem do objeto doloroso. O processo defensivo é instalado na busca de não reinvestir no objeto hostil enquanto ele está afastado. As experiências de satisfação e de dor, em um sujeito ainda incipiente, dão início a uma organização psíquica elementar corporal. A dor envolve elementos que vão além de um princípio econômico, ou seja, não é somente o aumento da tensão interna que caracteriza a dor, senão Freud poderia ter chamado essa vivência somente de desprazer. Há o incremento de uma qualidade: a dor é uma sensação frente ao desaparecimento do Outro assegurador e não somente uma desordem pulsional. Chamaremos essa vivência de dor psíquica e a retomaremos posteriormente quando tratarmos da dor do luto.

O objetivo nesse momento no texto é diferenciar dois tipos de dor, física e psíquica, para articulá-las por meio da escarificação. A primeira é caracterizada pelo seu aparecimento nos órgãos, como, por exemplo, as cólicas tão características dos recém-nascidos ou até mesmo uma lesão no tecido corporal.

Para analisar a dor da carne é necessário trilhar os caminhos da constituição do eu, porque são nos textos em que Freud trata da formação do Eu que a dor do órgão surge como relevante. Não faz parte do nosso objetivo tratar da constituição do Eu como um todo, mas ressaltar a relevância e a função da dor, enquanto participante da formação do *eu*.

3.2 Eu, corpo e narcisismo

Freud alerta, em *Introdução ao Narcisismo* (1914a), que o Eu não existe desde o início, nem mesmo a noção de corpo próprio. A experiência de satisfação primária e a alucinação participam da erotização das zonas corporais, imergindo o bebê no funcionamento autoerótico. O autoerotismo é o termo empregado por Freud (1905b) para caracterizar a sexualidade infantil, em que as pulsões se satisfazem no próprio corpo, ou seja, o alvo se encontra em uma zona erógena, excluindo a necessidade de um objeto externo. Assim, fonte e objeto da pulsão coincidem.

Na medida em que o Eu não precisa do mundo exterior e é dominado pela pulsão de auto conservação, não se permite sentir estímulos desprazerosos. Isso acarreta a primeira reunião de divisão do Eu que ocorre em uma aglomeração do que provoca prazer e desprazer, como afirma Freud (1915b), o Eu acolhe “[...] os objetos oferecidos, na medida em que são fontes de prazer, introjeta-os (conforme a expressão de Ferenczi) e por outro lado expelle de si o que se torna, em seu próprio interior, motivo de

desprazer” (p.74-75). O Eu se polariza entre prazer e realidade que, em movimentos de projeção e introjeção, reúnem, no primeiro, tudo o que traz prazer e aplaca as tensões e, no segundo, tudo o que sente como hostil. A divisão não é realizada entre interno e externo. Ocorre uma fusão com o meio externo sem a noção de um corpo próprio.

Em 1923a, no texto *O eu e o id*, Freud lança uma enigmática frase que une em um só golpe Eu e corpo: “O ego é antes de tudo um ego corporal” (p. 270). O corpo está associado ao Eu, que é voltado para a realidade e para a percepção externa e interna. Para as excitações oriundas do exterior o Eu forma uma espécie de escudo protetor que reduz o impacto, demarcando a função de paraexcitação. Por outro lado, as excitações provenientes do interior possuem um impacto direto e provocam um grande desprazer, levando, por exemplo, à projeção, numa tentativa de colocar a tensão para fora e a domar, de forma que é tarefa do aparelho psíquico controlar a excitação. Fédida (1977) aponta que:

A “superfície” do corpo deixa aflorar sensações ou recebe excitações de diversas origens, mas o acesso a uma “representação de nosso próprio corpo” em sua totalidade está longe de poder ser adquirida sob a forma de uma imagem. Na verdade, é a dor que nos dá acesso ao “conhecimento de nossos órgãos”, e é ela que permite uma “representação de nosso corpo em geral” (p. 32-33).

Nessa direção, a dor pode ser explorada como um caminho para uma compreensão metapsicológica do corpo. Freud (1926) propõe a dor como condição para a representação do corpo próprio, na medida em que as dores nos órgãos internos ofertam representações espaciais das partes do corpo que, comumente, não são representadas de forma alguma na atividade consciente. A experiência, ou melhor, o

princípio de realidade, mostra que a divisão eu/realidade e eu/prazer não encontra confirmação, ao mesmo tempo em que as próprias atividades sensoriais e ações musculares possibilitam uma diferenciação. O desvio de excitações desagradáveis de origem interna não pode ser o mesmo daquele de origem externa. Percebe-se como o corpo dá suporte à constituição do Eu por ser a fonte da pulsão e promover sensações que permitem a diferenciação do mundo externo:

O próprio corpo de uma pessoa e, acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar onde podem originar-se sensações tanto externas quanto internas. Ele é visto como qualquer outro objeto, mas, ao tato, produz duas espécies de sensações, uma das quais pode ser equivalente a uma percepção interna. A psicofisiologia examinou plenamente a maneira pela qual o próprio corpo de uma pessoa chega à sua posição especial entre outros objetos no mundo da percepção. Também a dor parece desempenhar um papel no processo, e a maneira pela qual obtemos novo conhecimento de nossos órgãos durante as doenças dolorosas constitui talvez um modelo da maneira pela qual em geral chegamos à ideia de nosso corpo (Freud, 1923a, p.39).

Na transição do Eu prazer/desprazer para o Eu/não-Eu, a dor da carne exerce uma importante função, pois, a percepção interna da própria motricidade e de sensações afáveis ainda podem se camuflar com o Eu prazer, enquanto que a dor sinaliza que o desprazer está também no Eu.

A noção de um corpo unificado, que caminha junto com a percepção do Eu/não-Eu, é proposta pelo narcisismo, quando o próprio corpo se encontra colocado no lugar do si mesmo (Fernandes, 2011). Afirmamos, anteriormente, que o Eu não existe desde o início e Freud dá continuidade a esse pensamento: “sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo” (Freud, 1914a, p.84). Ressalta-se que não se trata de um desenvolvimento

cronológico em que o narcisismo suplanta o autoerotismo, pois o autoerotismo permanece operando mesmo depois que o aparelho psíquico encontra formas mais organizadas e complexas de funcionamento. O autoerotismo não desaparece sob o golpe de uma “nova ação psíquica”, devendo perpetuar-se como uma operação de fragmento a despeito da síntese narcísica, quebrando a configuração totalizante e identitária.

Essa nova ação psíquica é retratada por Lacan (1949) no Estádio do Espelho. O bebê, imerso em uma imaturidade biológica, faz com que seja necessária a intervenção do ambiente para transformar a unidade global. No processo da construção de uma unidade corporal e uma separação Eu/não-Eu, o Estádio do Espelho é um momento lógico essencial que ocorre entre os seis e os dezoito meses de idade, no qual o bebê, ainda motoramente imaturo, é colocado em posição ereta pelos braços de um adulto. Ele antecipa o domínio sobre sua unidade corporal por meio de uma identificação com a imagem do semelhante e da percepção de sua própria imagem no espelho. Com júbilo, o bebê recebe sua imagem refletida em um espelho e volta-se para o adulto, representante do Outro, na expectativa de uma ratificação de sua imagem total.

São vários processos para que o pequeno pedaço de carne adquira a consciência da unidade corporal. Além da experiência proprioceptiva, é preciso que o corpo seja percebido como inteiro no exterior, no espelho. Apesar de não ser real, a imagem é fundadora de uma forma de identidade. Porém, é preciso dar outro passo: diferenciar a imagem do espelho do real. Amigo (2007) propõe que a única forma de diferenciar o real do imaginário, nesse caso, é passando pelo corpo próprio, pois a única coisa que garante simultaneamente a figurabilidade em uma imagem é a sensação real. A relação entre real e imago só pode ser bem articulada quando o real for advertido como o que falta ao imaginário. O real é o que escapa à alienação na imagem determinada pelo Outro. A relação entre imagem e real parece fornecer um terreno fértil para a discussão

sobre as escarificações, por isso a abordaremos de forma mais detalhada no Capítulo IV que trata das identificações. Se o sujeito fica preso nesse tensionamento, o único recurso é o de explorar as sensações corporais para garantir um descolamento da imagem que é alienante. A dor, assim como outras sensações corporais, pode cumprir essa função. Neste momento, gostaríamos de dar um passo adiante e propor a dor psíquica como um afeto e não somente como uma sensação corporal.

Na clínica, escutamos constantemente os sujeitos falarem sobre o afeto da dor, uma dor psíquica, pungente, que não se permite esquecer e exige uma reação. A dor é sempre inescapável e os impele a passar por uma prova decisiva, a prova da separação do objeto que obriga os sujeitos a se reconstruírem. É um afeto que mostra a vivacidade de um sujeito.

3.3 A dor como afeto e o trabalho do luto

A dor é o afeto que manifesta a percepção da comoção pulsional frente à perda do objeto amado. Mas não se trata somente da perda, como também da continuidade do investimento na representação do objeto perdido e a necessidade de redirecionar a libido, que já possuía morada. Trataremos aqui, especialmente, de dois tipos: a dor do luto e a dor da escarificação. A primeira será abordada unicamente com o intuito de tomarmos de empréstimo a lógica de seu funcionamento para ponderarmos sobre as dores psíquica e física nas escarificações.

No *Rascunho G*, Freud (1895a) afirma que o afeto da melancolia é o luto, mais especificamente do luto pela perda libidinal. Os efeitos da melancolia são: “inibição psíquica, com empobrecimento pulsional e o respectivo sofrimento” (p.252). Ocorre uma retração libidinal para dentro do psiquismo e os neurônios são obrigados a desfazer

as ligações de excitação, o que acarreta o sofrimento, pois “desfazer associações é sempre doloroso” (p.252). Os neurônios associados são obrigados a abdicar de sua excitação, o que produz dor. Com isso, instala-se uma espécie de “hemorragia interna” que empobrece a vida psíquica do sujeito. A dor na melancolia, análoga à do luto, funciona como uma ferida, como um buraco nas excitações psíquicas, fazendo caminho para um escoamento pulsional.

A hipótese de Freud é que a melancolia acarreta uma inibição psíquica, um empobrecimento pulsional e provoca dor pela condição da vida pulsional. Este empobrecimento é consequência da incursão de um buraco no campo das representações psíquicas. Um furo nas representações que insiste em não ser coberto, mesmo que parcialmente, por outras representações (Lima, 2013).

Freud (1915), no texto *Luto e Melancolia*, retoma essa discussão, abordando a melancolia como um abatimento doloroso, com uma inibição da atividade, voltado para o mundo externo. Difere do luto porque a melancolia seria marcada pelas recriminações dirigidas ao eu, além do desconhecimento do objeto perdido. A dor do luto é caracterizada pelo descompasso entre um superinvestimento libidinal em um objeto (lembranças e fantasias) no momento em que se exige a retirada da libido frente à perda de objeto. O doloroso é o processo de troca de objeto ou de desinvestimento de traços de memória.

Quando o sujeito sabe o que perdeu, por mais doloroso que seja o processo, há uma aposta que o trabalho de elaboração possa acarretar a substituição do objeto amado. Na melancolia, a dor ganha outros contornos por não saber o que perdeu, o processo de substituição fica mais obscuro. A dor, pautada pelo paradigma da melancolia e do luto, é um afeto. Nessa perspectiva, o conceito de representação psíquica é fundamental. As noções de representação e de afeto aparecem desde cedo na obra de Freud. No *Projeto*

(1895), o aparelho psíquico é um sistema energético, no qual o investimento nos traços mnêmicos gera representações de ideia e descarga afetiva. Freud (1915a) acredita que a representação psíquica tem a função de representar a pulsão, participando do circuito pulsional, e se constitui como contrapartida psíquica da excitação somática. A pulsão se expressa de duas formas qualitativas distintas: a representação ideativa (*Vorstellung*) e o afeto (*Affekt*). A primeira é de natureza imagética e conceitual, podendo ser representação de coisa ou de palavra. Já afeto é a expressão de uma intensidade energética que aparece sob forma de descarga motora e de certa qualidade psíquica.

Ao tratar do *Recalque*, Freud (1915b) afirma que o afeto não se submete ao inconsciente e que ele possui três destinos: supressão, deslocamento ou transformação em angústia. O deslocamento também pode ser visto sob a ótica das vicissitudes pulsionais, quando Freud (1915a) propõe as quatro qualidades da pulsão: fonte, meta, objeto e pressão. A mudança de objeto é a mais versátil e mais fácil de ocorrer. No caso da dor psíquica, o deslocamento do afeto na troca de objeto é um destino pulsional extremamente custoso para o sujeito. A dor psíquica produzida é distante do desprazer, especialmente por causa da sua qualidade de afeto.

A dor, enquanto um afeto, funciona sob a lógica do luto, na medida em que é o representante psíquico afetivo da pulsão referente à separação do objeto que obriga o sujeito a redirecionar a pulsão, a encontrar um novo objeto. A dor é infração nos limites do corpo e do Eu. A concepção de dor aqui tratada envolve o afeto diante da perda ou da mudança de objeto. Se a dor é o afeto que ronda a lógica do luto, é interessante lembrar o que foi apontado no Capítulo II: a escarificação é um caminho para forjar a separação entre Eu/corpo e o Outro. O ato de se cortar busca instaurar uma separação, porém é ineficaz, pois só provoca compulsão.

3.4 Remanejamento pulsional adolescente

Nesse ponto, é interessante retomar a clínica que impulsionou as questões analisadas neste capítulo: a clínica com adolescentes. A adolescência é um momento da constituição do sujeito marcado por separações e lutos. Freud (1905b) aponta que o desligamento da autoridade dos pais é o evento mais significativo e doloroso da puberdade. No texto *Romances Familiares*, Freud (1908a) afirma que a atividade de fantasiar na puberdade, ambiciosamente, busca certa autonomia frente aos progenitores, tomando-os como modelo parental inscrito na primeira infância, ao mesmo tempo em que busca por outros exemplos a serem equacionados na constituição dos ideais.

O afastamento das figuras parentais e a busca por novos modelos de autoridade, baseados na concepção de que há algo possível fora do laço familiar, auxiliam na inserção em grupo não balizados por uma dialética das relações primárias. O tempo adolescente desvela a divisão de um sujeito, por um lado, alienado, por outro lado, buscando a autonomia na própria voz.

O corpo adolescente é interpelado pela posição sexuada que faz desaparecer a estrutura infantil ao passo que, especificamente no caso das meninas, faz parecer as mesmas formas do corpo materno. Ocorre uma perda da configuração imaginária infantil e se inicia uma confusão com a faceta real do objeto. Uma jovem pode ficar presa em um tempo de produção de bordas e furos e imersa em atuações de separação (Costa, 2015). As adolescentes podem fazer essa representação do furo corporal como uma maneira de atuar a queda desse corpo confundido com as formas maternas. Essa pode ser uma pista para compreendermos o fascínio exercido em um grupo de

adolescentes quando uma delas se escarifica e abre um campo identificatório para o ato de esburacar o corpo.

O adolescente retira a libido das figuras incestuosas e vai procurar novos investimentos possíveis. Porém, não se pode esquecer que a busca do objeto é, na verdade, um reencontro. Apesar de não tratar nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* explicitamente do Complexo de Édipo, Freud (1905b) aproxima-se desse tema ao trabalhar a dimensão incestuosa do reencontro com a imagem mnêmica da mãe no rapaz, na relação entre os vínculos infantis e na eleição de objetos. É no campo das fantasias e das escolhas objetais que o sujeito põe em ato seu desejo de reencontro. A eleição de novos objetos é realizada a partir das marcas infantis.

O tempo da adolescência possui uma lógica peculiar na constituição subjetiva, demarcada pela queda do ideal parental, imposição de separação e impossibilidade de satisfação por meio do objeto sexual. Fica clara a necessidade de uma separação que leva ao redirecionamento pulsional em relação às figuras de autoridade e aos relacionamentos amorosos, separação esta que é marcada pela sombra dos objetos primários que ainda ditam um molde a ser seguido.

Nem todas as perdas e separações levam à dor psíquica, mas parece que é fundamental que o remanejamento pulsional seja pesaroso, ou seja, que o objeto perdido ainda seja superinvestido. Percebemos, na clínica, que nem todos os adolescentes relatam uma dor psíquica pungente, pois, afinal, as substituições – de autoridade, de ideais e amores – ocorrem concomitantemente e também trazem prazer. Porém, na clínica com adolescentes que se escarificam, escutamos o relato de uma dor afiada que possui relação com as incisões na pele, a primeira levando à segunda.

Propomos que na escarificação há um alto investimento nos objetos primários e uma dificuldade de separação, que é (re)forçada pelo momento da adolescência. É

fundamental retomar Freud (1923), quando ele afirma que a novidade da adolescência é o encontro com o feminino e com os elementos que marcam a natureza dessa identificação, pois mesmo na sexualidade da menina é o paradigma masculino que entra em consideração – é o clitóris que envolve a atividade fálica. Nessa direção, Freud afirma que a sexualidade da mulher, na puberdade, tem um elemento a mais: é preciso que ela troque de zona genital, do clitóris para a vagina. O clitóris seria o análogo ao órgão sexual masculino, tendo em vista que a vagina, na infância, potencialmente, não existe. É na puberdade que esse órgão começa a produzir sensações, que o caráter feminino, a vagina, entra em questão. Esse complicador, o feminino, faz a certeza fálica bascular, não é só para as mulheres, já que os homens também têm de se deparar com esse encontro.

Para Gutton (2002) não existe preparo para sexualidade que irrompe na puberdade. Bordejado pela genitalidade, o destino da criança púbere é fazer advir o sujeito de sua genitalidade. O autor retoma a posição freudiana de que a genitalidade infantil que perpassa o Complexo de Édipo é fálica, enquanto a genitalidade pubertária propõe uma novidade no encontro com a (não) complementaridade dos sexos. Esse encontro demarca a novidade bissexual psíquica entre masculino e feminino.

O que caracteriza a prova originária pubertária é a ilusão de que a complementaridade entre os sexos se dá no encontro com o objeto. O pubertário possui uma força pulsional que busca adequação no encontro com o objeto após a trajetória da criança edipiana e da fase de latência. A busca por esse objeto de satisfação está baseada em um funcionamento de complementaridade ideal do bebê em sua unidade narcísica originária.

A dor psíquica é a dor da necessidade de reorganização pulsional e do desligamento das representações anteriores. Para não se perder na dor psíquica, o sujeito

recorre à escarificação, à dor corporal. Saída coerente, pois vimos que a dor da carne é a que dá notícias sobre o corpo próprio e garante que mesmo sem as ligações perdidas o sujeito ainda está vivo.

Para Le Breton (2010), a dor da lesão e a cicatriz na pele materializam o sofrimento, formando um invólucro de dor. A materialização da dor redefine o contorno da pele, controla e retém o sofrimento. Provocar a dor faz com que os sujeitos sintam as dores abrandadas, as adolescentes podem dizer de onde vem o sofrimento e sabem, agora, que seus corpos existem. Existência que parece, no entanto, não garantida e que encontra na escarificação sua silhueta redesenhada em uma cartografia afetiva por um objeto cortante. Nesse entendimento, a escarificação aparece como o sacrifício de cortar uma parte de si para se salvar. Costa (2003) concorda com esse pensamento ao propor que as marcas corporais funcionam como atualização do sagrado, como uma (re)atualização dos mecanismos sacrificiais primitivos que visam dar conta do excesso.

A necessidade de reconstrução dos suportes corporais é uma constante ao sujeito, sendo a adolescência um tempo privilegiado, pois as referências que amparam o corpo sofrem severas transformações. A reconstrução das bordas corporais é o que oferta uma sustentação à circulação do corpo, para que o sujeito possa se sentir representado e pertencendo a algum lugar (Costa, 2002). Os sujeitos que se escarificam fazem uso do corpo em um movimento de refazer a própria pele ou fazer borda dos contornos fronteirios. Colocam em cena algo da ordem da fronteira, ou seja, ao mesmo tempo em que parece se tratar de um evento privado para aliviar afetos internos, marca sua trajetória no corpo, o que convida o olhar, deixando cicatrizes que precisam ser escondidas.

Lacan (1964) propõe que algumas formas de marcas corporais podem ser compreendidas como uma maneira de materialização da libido. Haveria uma

impossibilidade de representação simbólica da libido, pois ela é um órgão irreal, na medida em que “se define por se articular ao real de um modo que nos escapa, e é justamente o que exige que sua representação seja mítica, como a fazemos. Mas, por ser irreal, isso não impede um órgão de se encarnar” (p.195). Desse modo, a escarificação entraria como uma forma de encarnar no corpo a libido, caracterizando uma função erótica de ser para o Outro. Costa (2003) discute esse trecho de Lacan, afirmando que é uma forma de sensibilizar a pele para que as zonas passem a ser eróticas. Uma experiência instigada pelas modificações no corpo, como uma tentativa de afirmar os próprios limites, vivenciar sensações e produzir novos desenhos, realizando o contorno de uma nova sensibilidade erótica. A escarificação vem situar o sujeito para o outro pela materialização da libido: “o entalhe tem muito bem a função de ser para o outro, de lá situar o sujeito, marcando seu lugar no campo das relações do grupo, entre cada um e todos os outros” (Lacan, 1964, p. 195). Costa (2003) nos ajuda a compreender esse trecho ao dizer que é a fronteira corporal que constitui a relação com o ambiente, mas no caso da escarificação se dá um passo além: o outro como exterioridade é incluído no funcionamento do corpo.

A dor faz com que o sujeito sinta o próprio corpo e saiba de sua existência, como poderá ser visto no processo primitivo de constituição subjetiva, em que é a dor que dá notícia do corpo. Ao mesmo tempo em que a escarificação parece remontar à sensação dolorosa e inscreve um corpo que não tinha certeza de existir, ela também retoma o momento em que dor e ausência do Outro assegurador coincidiam. A dor é um traço cutâneo que refunda os contornos do eu, retoma uma fronteira. O envelope de sofrimento paga pela continuidade do eu. A escarificação coloca a questão da dor na necessidade interior do ato, é um jogo de proteção do sujeito. Ela liga o sujeito ao seu

corpo nos moldes de uma violação. O sujeito quer mesmo é cortar o sofrimento e, na dor, busca um alívio.

É como se o adolescente fosse tomado por um sentimento de não habitar verdadeiramente o seu corpo e a sua existência, o que força uma paralisia de ação e o leva à necessidade de buscar alguma forma de garantir que está vivo e que aquele corpo lhe pertence. Busca restabelecer uma linha de orientação que faça retorno ao sentimento de sua presença. O sofrimento, que aparece como difuso, desconexo e intolerável, precisa ser contido por meio de um ato que o circunde, ou seja, que o encapsule na incisão da carne. O entalhe na pele é provisoriamente eficaz, por manipular os limites do Eu e restaurar o envelope psíquico por meio de uma incisão corporal. Porém, a cartografia inscrita pelo corte corporal é uma forma paradoxal de apaziguamento da dor psíquica.

3.5 Dor e gozo

A dor é tratada por Lacan (1972-73) como uma forma de gozo. O campo do gozo é próprio das articulações de Lacan, porém Freud (1920) define esse campo quando escreve sobre o *Além do princípio do prazer* como um regulador do funcionamento psíquico. A pulsão de morte que engendra a compulsão à repetição e o prazer na dor colocam as peças para a *pulsão de gozo* (Valas, 2001).

A pulsão de morte faz um enigma ao princípio do prazer, pois mostra a tendência a repetir fenômenos que geram dor e prazer. Freud (1920) percebe esse movimento na jubilação mórbida em seu neto durante uma brincadeira com o carretel no jogo do *fort-da*, realizado para superar um momento de dificuldade: a ausência materna momentânea. Com o carretel a criança fazia um movimento de aparecimento e

desaparecimento que é interpretado como um caminho para elaborar a ausência materna. Esse prazer na dor é o terreno para compor a virada freudiana de 1920: satisfação mórbida em uma tendência à repetição que deixa um enigma a ser decifrado. É nessa trilha que Freud (1924a) propõe o masoquismo primário e evoca a criança que busca ser tratada como malcriada, por isso merece ser punida de forma austera, inclusive com humilhações. Assim, repetição e prazer parecem fazer parte de dimensões diferentes e a pulsão de morte torna-se o ponto de partida para Lacan constituir o campo do gozo. A repetição se inscreve em uma dialética do gozo, na medida em que é aquilo que se dirige contra a vida e obriga Freud a articular a pulsão de morte (Costa, 2015)

No Seminário sobre *A ética da psicanálise*, Lacan (1959-60), faz uma disjunção entre prazer e gozo, afirmando que o segundo é a busca pela Coisa perdida, que é impossível e completamente fora do campo do significado. Constitui-se como uma tentativa perene de ultrapassar os limites do prazer, prazer possível dado pelas coordenadas da realidade. Posteriormente, Lacan (1966) afirma que o prazer é uma barreira diante do gozo, funcionando como um dique que segura a correnteza desenfreada da pulsão de morte. O gozo é correlato à Coisa, por isso:

ele se encontra como que soterrado num campo central, com aspectos de inacessibilidade, de obscuridade e de opacidade, num campo cingido por uma barreira que torna seu acesso mais do que difícil ao sujeito, inacessível, talvez uma vez que o gozo se apresenta não pura e simplesmente como a satisfação de uma necessidade (*besoin*) mas como a satisfação de uma pulsão, no sentido de que esse termo necessita da elaboração complexa que tento articular para vocês. (Lacan, 1959-60, p.251).

A pulsão que é satisfeita é a de morte, na qual está o intransponível da Coisa devido à inscrição significativa. Esse *soterramento* de gozo é trabalhado por Lacan (1959-60) por meio do registro da lei do incesto tal qual aparece em *Totem e Tabu*

(Freud, 1913). Para que a lei consiga ser veiculada é necessário trilhar os caminhos desenhados pelo assassinato do pai da horda primitiva. Lembremos que o pai temido e onipotente é morto por seus filhos que estavam cansados de sempre estarem completamente afastados de qualquer possibilidade de gozo, tendo em vista que somente o pai tinha acesso às mulheres. Após o assassinato, uma lei que proíbe o incesto é instaurada, e o que acontece é que mesmo assim uma camada do gozo permanece interdita. A interdição em verdade é reforçada (os filhos não podem ter acesso a todas as mulheres). Há um gozo total experienciado pelo pai mítico, que, após a Lei, deixa apenas uma parcela de gozo que pode ser vivida pelos filhos.

O pai da horda impede a circulação de gozo, assim, ele possui o gozo absoluto de todas as mulheres. Depois do assassinato, é usado um princípio de distribuição resultado da proibição do incesto: ninguém pode ter todas as mulheres, cada um pode ter acesso a algumas. O gozo absoluto é substituído por um princípio de um ordenador social e de um organizador pulsional (Costa, 2015). O mito da horda primitiva revela a necessidade de sacrificar, privar no corpo e renunciar a realização das pulsões.

A lei de interdição ao incesto é o que permite o acesso ao desejo e proíbe o gozo ao sujeito da linguagem. Assim, o gozo só tem sua importância a partir do momento em que é interdito. O significante causa o gozo e permite a emergência de diversas modalidades: gozo do Outro, gozo fálico, mais-gozar e gozo feminino.

Em termos de constituição subjetiva, existe um gozo chamado de gozo do Outro ou gozo do corpo, que é sempre sentido pelo corpo e permanece indizível, mas pode ser traduzido pelo aparelho linguageiro, transformando-se em gozo fálico. A lei é uma defesa ao gozo, mas é também o que abre acesso a ele. Há um gozo originário que só pode ser proposto em um *só depois* da ação da linguagem, pois é o significante e a noção de objeto perdido que ofertam a consistência para o gozo. A Coisa fica no lugar

do objeto perdido e determina a busca desejante por meio das diretrizes ofertadas pelos traços de memória. Valas (2001) aponta que:

O significante detém o gozo; e se se pode falar de sujeito do desejo que depende de suas representações, em contrapartida, não há sujeito do gozo, porque, no gozo, que só pode ser sentido pelo corpo, só o corpo pode gozar, e que um corpo, aliás, é feito para gozar (p.34-35).

A interdição do incesto incide sobre o gozo, tanto da mãe com relação ao corpo do filho, quanto do filho com relação à mãe. O gozo fica no real do corpo próprio, é sempre sentido pelo corpo e permanece indizível. O gozo vai se tornando acessível pelas bordas, no sentido de provar uma experiência de resposta da demanda/desejo do Outro, ou seja, refugia-se nas zonas erógenas.

O gozo do Outro pode ser tomado pela ótica da devastação tal qual trabalhada no Capítulo I. Tomemos essa frase de Lacan (1972-73): “[o] Gozo do Outro [...], do corpo do Outro que o simboliza, não é o signo do amor” (p.12). Gozo e amor se contrapõem. Quem realiza o papel da maternagem decide sobre as necessidades e a existência do *infans*. O bebê está em um corpo entregue à sentença do Outro e se transforma em um objeto “com que gozar e a que fazer gozar” (Soler, 2005, p.93). O bebê é um objeto da opacidade do gozo, por isso é preciso que ele se questione e vislumbre o brilho do desejo pelos caminhos do amor. Gozar do corpo do bebê é também objetificar sem ofertar uma posição de sujeito.

É somente seguindo os caminhos da Lei que o sujeito pode ter acesso a um gozo não nocivo e cifrado no inconsciente: o gozo fálico. Essa cifragem participa da elaboração de sonhos, chistes e sintomas. É em *A subversão do sujeito* que Lacan (1960a) irá postular que o gozo forcluído do lugar do Outro será correlato ao falo

simbólico que é significante do gozo, conceitualmente elaborado como gozo fálico. A lei do incesto, que faz com que o sujeito renuncie ao gozo fechado da Coisa, oferta a significação fálica ao gozo passível de ser acessado pelo sujeito.

Há um primeiro gozo impossível e um segundo passível de ser lido pelo aparelho de linguagem, cifrado pelo aparelho psíquico. Lacan afirma que: “De um lado, o gozo é marcado por esse furo que não lhe deixa outra via senão a do gozo fálico.” (1972-73, p16). Esse furo, proposto pela inscrição do significante que revela a impossibilidade de relação sexual, não deixa outra saída de acesso que não a do gozo fálico. O gozo possui diversas modalidades, gozo do Outro como interdito que está no originário que só ganha seu sentido de forma retroativa por meio da incidência do significante (S1), gozo fálico que é correlato à lei que assume a significância fálica no complexo edípico, e o gozo fora do significante, que é o mais-gozar (Valas, 2001).

Há uma íntima relação entre gozo, dor e corpo. Em contraposição, há uma ética do desejo que propõe o prazer como uma barreira ao gozo. Tendo em vista que o princípio do prazer envolve a busca por um estado mínimo de tensão, a dor experimentada no corpo, que sempre excede em excitação, é correlata ao gozo. A dor desvela a dimensão do real do corpo:

Porque aquilo que chamo de gozo, no sentido em que o corpo se experimenta, é sempre da ordem da tensão, do forçamento, do gasto, até mesmo da proeza. Há incontestavelmente gozo no nível em que começa a aparecer a dor e nós sabemos que é somente esse nível da dor que pode se experimentar toda uma dimensão do organismo que de outra forma fica velada. (Lacan, 1966, p.12).

A pulsão de morte de mãos dadas com o gozo engendra um movimento mortífero que se sustenta na submissão do sujeito ao Outro absoluto (Lacan, 1963). O

que vai manter a pulsação gozosa é o Supereu, como afirma Lacan (1972-73): “[n]ada força ninguém a gozar, senão o supereu. O supereu é o imperativo de gozo – Goza!” (p.11). A dor nas escarificações são da ordem do gozo e ocorrem devido à impossibilidade do sujeito de escapar do Outro absoluto representado por um Supereu autoritário e severo (Cedaro & Nascimento, 2013). O afeto da dor que está imerso na lógica do luto – fadada ao fracasso – é gozo. Assim, eleva-se o investimento narcísico dada a dificuldade de operar a perda objetal.

3.6 Cartografia da dor

Iniciamos este capítulo com a frase “eu me corto para aliviar uma dor interna”, com o intuito de analisar essas duas perspectivas radicalmente diferentes de um mesmo significante: a dor. Percorremos as construções freudianas sobre a dor e circunscrevemos duas noções: a dor psíquica e da carne. A primeira foi relacionada ao momento mais primitivo da relação do bebê com o seu cuidador, que proporciona a mítica primeira experiência de satisfação. Em contraposição, surge a experiência a dor provocada pela ausência do cuidador. A dor se diferencia de uma questão puramente econômica, pois vai além do desprazer, já que há o acréscimo da qualidade da sensação (de dor) frente ao desaparecimento do Outro assegurador.

A dor psíquica funciona de forma análoga à vicissitude pulsional do luto. O afeto da dor aparece quando há a percepção de que o objeto amado desapareceu e é preciso fazer uma substituição. Porém, o alto investimento nesse objeto pode tornar o remanejamento pesaroso. A dor interna relatada pelo sujeito que se escarifica é compreendida como uma dor psíquica, nos termos expostos. Por isso, a adolescência,

que é marcada por separações e lutos, é o tempo da constituição psíquica em que se percebe o maior uso da escarificação como recurso.

A segunda dor, a da carne, ganha importância na ótica da constituição do Eu. É a dor no órgão que dá notícias do corpo próprio, auxiliando na separação Eu/não-Eu. Quando o adolescente se escarifica, parece usar a dor da carne como recurso para retomar a existência do Eu. A incisão na pele, uma saída tão paradoxal, funciona porque a dor psíquica nesses casos é avassaladora e releva a dificuldade de se separar dos objetos primários.

A dor poderia ser obtida de diversas formas, mas ela é alcançada por meio do ato de se cortar. O significante cortar-se é uma via de acesso à dor que revela a pregnância da fronteira e da separação. O investimento na pele e a dor fazem com que o sujeito sinta o próprio corpo e saiba de sua existência, em um processo primitivo de constituição psíquica em que a dor é que dá notícia do corpo. Ao mesmo tempo, a escarificação reedita uma sensação dolorosa e (re)inscreve um corpo que não tinha certeza de existir; ela também retoma o momento em que a dor e a ausência do Outro assegurador coincidiam. Nessa perspectiva, as escarificações, na adolescência, dão prova da existência do sujeito.

A prova de existência por meio da dor ocorre por construir um limite necessário, afinal para o corpo do bebê existir é fundamental um corte entre o corpo do bebê e o Outro maternal. Os cortes na pele parecem recriar um corte do corpo a corpo da constituição subjetiva que retira o bebê de uma relação gozosa.

Capítulo IV: Os trilhos das identificações

Até esse momento buscamos organizar as coordenadas teóricas que nos auxiliassem na análise da seguinte fala que permeia a escarificação: “eu me corto para silenciar uma dor interna”. O caso clínico, que será posteriormente abordado, sustenta e joga as cartas para a escrita dessa tese. Ouvimos que essa fala possui um desdobramento, a adolescente se questiona: “como ser genuína nesse mundo? Como saber que esse corpo é meu?”. Propomos situar essas falas, inicialmente, pelos caminhos das identificações nos capítulos IV e V.

Neste capítulo vamos percorrer os caminhos de Freud sobre as identificações para construirmos a base que sustentará o Capítulo V. Proporemos o Eu como uma instância de identificações, na medida em que se transforma e se constitui a partir do que vem de fora. Por um lado, essa operação permite um distanciamento do objeto, na medida em que o Eu vai equacionar essas redes identificatórias. Por outro lado, ela aproxima, tendo em vista que o traço do objeto faz parte do Eu após a identificação.

As identificações, assim, parecem constituir um ponto privilegiado na teoria para discutirmos a operação de separação na adolescência, que remete à questão da autenticidade proposta pela adolescente. Colocaremos também um acento no funcionamento do Supereu e dos ideais, por compreendermos que o funcionamento supereuico perpassa a fantasia do sujeito em questão.

4.1 As identificações em Freud

A concepção de identificação aparece várias vezes na obra freudiana e, inclusive, abarca significados variados. É um tema fundamental para pensar a constituição do Eu desde sua origem, até suas implicações e transformações ao longo da vida. Trabalhar esse conceito é um desafio na medida em que ele toma diferentes tonalidades e é indicado por fenômenos distintos entre si. Tomaremos como eixo de exploração o roteiro deixado por Freud (1921) no capítulo VII, intitulado As identificações, do texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, em que são apontados três tipos de identificação, oriundas de diferentes fontes: identificação primordial, regressiva e histérica.

A identificação primordial é anterior a qualquer relação objetal e é a manifestação de amor mais antiga e importante, ocorrendo no período anterior ao Édipo, o que revela algo de arcaico e fundante para o sujeito. Trata-se da identificação com o pai em um período primitivo do Édipo. Freud toma por base o menino para descrever esse momento. O garoto recorta seu pai como ideal, quer ser como ele e tomar seu lugar: “O garoto revela um interesse especial por seu pai, gostaria de crescer e ser como ele, tomar o lugar dele em todas as situações. Digamos tranquilamente: ele toma o pai como seu ideal.” (1921, p. 60). Previamente ou concomitante a isso o garoto realiza um investimento objetal na mãe. Ambas convivem sem maiores problemas, até que o menino percebe que o pai é um obstáculo.

Essa dualidade havia sido trabalhada por Freud em *Introdução ao Narcisismo* (1914a), texto em que discorre sobre as escolhas eróticas do sujeito a partir das suas primeiras experiências de satisfação. As escolhas objetais podem ser de dois tipos: de apoio, em que a criança escolherá a mãe, ou quem a substituiu nos cuidados básicos, como o primeiro objeto de amor; e narcísico, em que os sujeitos buscam a si próprios nas escolhas amorosas. Nesse texto, Freud propõe que é no início do Complexo de

Édipo propriamente dito que o pai se reposiciona também como o rival da criança, ou seja, o empecilho que entrava o desejo em relação à mãe. A identificação ao pai ganha uma tonalidade hostil pelo desejo de eliminá-lo para ter a mãe exclusivamente. Pela via da incorporação, como em um derivado da fase oral, o movimento identificatório é o de aniquilar e de comer o objeto em um ato canibal para adquirir seus traços. Por isso, não se trata somente de um laço amoroso, a ambivalência nesse primeiro tipo de identificação é evidente, pois pode se tornar tanto confissão de ternura como desejo de destruição. Na identificação há o empenho de configurar o Eu baseado naquele que fora tomado como modelo. Ambos os sexos estão imersos, inicialmente, em uma relação com o objeto que é de completude e com o aparecimento da hostilidade, a libido destinada a esse objeto, agora amado e odiado, precisa encontrar um destino: a identificação.

A menção à identificação em *Totem e Tabu* (1913) é necessária, pois Freud claramente a posiciona como relacionada à oralidade e como a base mais primitiva para a constituição da civilização. Partiremos da refeição totêmica, que é o que instiga a pesquisa de Freud, especialmente pela etiologia e pelo significado desse ritual. Ela ocorre dentro de um sistema totêmico, em que seus membros consideram o totem como um símbolo sagrado. A relação do totem com os componentes do clã comporta uma dupla cumplicidade. Se, por um lado, o totem protege o homem, por outro, este também lhe deve respeito não o matando, colhendo-o ou o cortando. Além da proibição relacionada à morte do totem, sabe-se também que entre os membros do mesmo clã existe a premência da exogamia. Esses dois tabus dentro de um clã totêmico revelam a similaridade entre um totem e o pai, ao constituir as duas proibições que estão no âmago do Édipo, os dois crimes: não matar o totem e não ter relações sexuais com pessoas do mesmo totem.

A refeição é um ato interessante por executar uma das proibições: é o ritual sacrificial do animal totêmico. O curioso é ela não ser considerada uma manifestação de transgressão, mas sim um momento de fortificação dos laços com o totem, principalmente na busca de uma incorporação de seus atributos, através da alimentação e imitação do animal totêmico. Por isso, podemos decantar o conceito de identificação como uma chave para o estudo da refeição totêmica e do totemismo.

A origem e o significado desse evento estudado por Freud levam-no a supor a existência de um mito da horda primitiva. Trata-se de uma horda primitiva dominada por um pai tirano e violento que reinava sobre os filhos e possuía o monopólio das mulheres. Um grupo de irmãos que era submetido ao legislador da horda, chamado de pai primevo, decide se unir contra esse pai gozador e poderoso. Juntos eles alcançam seu feito e colocam um ponto final à tirania imposta, pois, unidos, eles matam o pai e o devoram como uma tentativa de garantir uma identificação com ele, pela incorporação de um pedaço. Após a comilança os irmãos não tomam o lugar paterno: no lugar disso, regulamentam as leis, como a interdição do incesto. A horda paterna transforma-se numa comunidade de irmãos, afinal, após a morte do pai, todos são interditados. A figura do pai aparece, então, carregada de ambivalência: “O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força.” (Freud, 1913, p.145).

Esta comunhão totêmica representa o modelo de identificação primitiva em que a incorporação da força e poder paternos, antes modelo ideal, funda a culpabilidade dos filhos, materializando a identificação de cada um ao antepassado invejado e temido. A ingestão cria um elo, um vínculo sagrado e de união por meio da matança sacramental e do consumo comunal, pois durante a refeição todos comem o animal cru, imitam em

sons e movimentos, buscando acentuar sua identidade com ele. Desse modo, reforçam a identificação que deu origem à civilização. A refeição totêmica representa a incorporação que tem como efeito sobre a constituição do grupo a marca da igualdade e coesão entre os irmãos.

O mito do totemismo estabelece o modo de funcionar da primeira identificação ao interditar o incesto, o assassinato do totem e o canibalismo entre as pessoas de um mesmo totem. Para adquirir a identidade e a troca com os semelhantes foi necessário o recalque do canibalismo e da interdição.

A identificação com o pai por incorporação está na origem da série de identificações e ocorre antes da relação objetal. Em 1923a, Freud, no texto *O eu e o id* vai chamar essa identificação de primordial e afirmar que é ela que baliza o Ideal do Eu/Supereu por meio de “uma identificação direta, imediata, mais antiga do que qualquer investimento objetal.” (p.38-39). Outra contribuição desse texto é para a compreensão da ambivalência embutida na identificação devido à bissexualidade e à triangulação da situação edípica. Ainda nesse momento arcaico, quando o menino percebe que seu pai, modelo de identificação, é também um empecilho para sua escolha objetal, a ambivalência da identificação presente desde o início se torna manifesta e fica evidente o desejo de eliminar o pai. Os enlaces identificatórios podem ir para os dois lados, como fica evidente em *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914a), revelando o traço bissexual no destino no Édipo. Além disso, a bissexualidade aparece na atitude ambivalente com relação ao pai e à mãe, ou seja, ao mesmo tempo em que o menino:

tem não só uma atitude ambivalente para com o pai e uma terna escolha objetal pela mãe, mas ao mesmo tempo comporta-se como uma garota, exibe a terna atitude feminina com o pai e, correspondendo a isso, aquela ciumenta e hostil em relação à mãe. (Freud, 1914a, p.41).

O resultado do Complexo de Édipo é esse precipitado no Eu composto pelas duas redes identificatórias, bem como o surgimento do Supereu - esse tema será tratado posteriormente neste capítulo.

O segundo tipo de identificação é conhecida como regressiva porque há uma regressão da escolha objetal para a identificação. Freud (1921) ressalta que se trata de identificação parcial, onde apenas um traço do objeto (*einzigster Zug*) é escolhido para ser introjetado no Eu. O traço do objeto escolhido pode ser tanto da pessoa amada como da pessoa não amada.

Luto e Melancolia (1915) é um excelente texto de Freud para tratar disso. A melancolia revela uma instância separada do resto do Eu que toma o Eu como objeto de críticas. Frente a uma relação objetal abalada, a libido do objeto não foi deslocada para outro, em verdade ela recuou para o eu. De modo que, o desligamento objetal:

[...] serviu para estabelecer uma identificação do Eu com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu, e a partir de então este pode ser julgado por uma instância especial como objeto, o objeto abandonado. Desse modo a perda do objeto se transformou numa perda do Eu, e o conflito entre o Eu e a pessoa amada, numa cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação. (p.181)

Ocorre uma identificação narcísica ao objeto como um substituto do investimento amoroso. É uma substituição do amor objetal pelo narcísico. Freud ressalta que nas neuroses também existe uma identificação com o objeto, como no sintoma histérico. Mas na identificação narcísica o investimento objetal é abandonado, já na identificação histérica ele persiste. Assim, a primeira é mais antiga e abre caminho para a segunda.

Além disso, o sujeito obtém uma satisfação sádica do sofrimento, é um jeito de vingar e torturar seus amores: “assim, o investimento amoroso do melancólico em seu objeto experimentou um duplo sentido: parte dele regrediu à identificação, mas outra parte, sob a influência do conflito da ambivalência, foi remetida de volta ao estágio do sadismo, mais próximo desse conflito.” (Freud, 1915, p.184).

Em 1923a, Freud irá afirmar que a melancolia fez supor que, para lidar com uma perda objetal, o Eu substitui o investimento pela identificação. Porém, esse processo é típico e frequente, participando vastamente da configuração do Eu. Na fase oral, investimento e identificação nem devem se distinguir, inclusive, provavelmente, esse tipo de introjeção pode ser considerada uma regressão à fase oral como uma condição para o Eu abandonar os objetos. Assim, pode-se dizer que “[...] o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, que contém a história das escolhas objetais” (p.36). Esse processo pode ser visto também por outro ângulo: o da transformação da libido objetal pela narcísica. Como uma forma de controlar o Id, o Eu transforma uma parte de si em um objeto a ser investido.

A identificação é regressiva porque a escolha objetal regride à identificação e é parcial e limitada por tomar apenas um traço do objeto. Além de revelar a relação entre hostilidade, sentimento de culpa e identificação. Ainda nesse texto, Freud organiza a identificação a partir de dois planos. O primeiro, da identificação primária, caracterizado pelo herdeiro do complexo edípico – o Supereu. O segundo, das identificações euicas que ocorrem pela via regressiva que se dá em relação ao Supereu, ou seja, no lugar do investimento de objeto abandonado, o Eu modifica-se por meio da apropriação de seus traços. As duas possuem uma forte relação, a segunda reforçando a primeira.

A terceira forma de identificação é chamada de histérica. Ela prescinde de uma relação objetal e basta que o sujeito queira ou tenha a possibilidade de estar na mesma situação da outra pessoa com quem se identifica: “a identificação por meio do sintoma tornou-se assim o sinal de um ponto de coincidência entre os dois eus, sinal que tem de ser mantido recalcado” (1923a, p. 136). O sonho da bela açougueira (Freud, 1900) é paradigmático nesse caso. Trata-se de uma paciente que relata um sonho com o objetivo de provar que tese de Freud, sobre todo sonho ser a realização de um desejo, está incorreta. O relato do sonho é o seguinte, diz a paciente:

Eu queria oferecer uma ceia, mas não tinha nada em casa além de um pequeno salmão defumado. Pensei em sair e comprar alguma coisa, mas então me lembrei que era domingo à tarde e que todas as lojas estariam fechadas. Em seguida, tentei telefonar para alguns fornecedores, mas o telefone estava com defeito. Assim, tive de abandonar meu desejo de oferecer uma ceia (p.181).

O marido da paciente, um açougueiro, pretendia emagrecer e para isso decidiu, entre outras medidas, não aceitar mais convites para cear. A paciente, que também tinha uma restrição de alimentação, desejou há um tempo comer todas as manhãs um sanduiche de caviar, mas não queria ter essa despesa. Para garantir que o marido não ofertasse a comida desejada ela disse a ele que não lhe desse caviar. A mulher criou para si um desejo não realizado na vida real, como representava o sonho, após uma interação com uma amiga que lhe causava ciúmes, pois seu marido sempre a elogiava. Porém, a amiga era muito magra, o oposto do gosto do marido. Em uma conversa, essa amiga informou que desejava engordar e pediu para a paciente ofertar um jantar. A impossibilidade de ofertar a ceia revelada pelo sonho realizava o desejo de não ajudar a amiga a engordar. O salmão é o prato preferido da amiga, que está ressentida de não

poder comê-lo, tanto quanto a paciente está por causa do caviar. A paciente tinha o desejo de que o desejo de sua amiga não se realizasse (engordar), por conta do ciúme, mas ela se coloca no lugar da amiga no sonho e tem o seu próprio desejo não realizado. O trabalho do sonho realiza uma identificação que aparece também na vida real da paciente quando ela tem o desejo de comer caviar não realizado. Freud se pergunta:

Qual o sentido da identificação histérica? Isso exige uma explicação um tanto extensa. A identificação é um fator altamente importante no mecanismo dos sintomas histéricos. Ela permite aos pacientes expressarem em seus sintomas não apenas suas experiências, como também as de um grande número de outras pessoas: permite-lhes, por assim dizer, sofrer em nome de toda uma multidão de pessoas e desempenhar sozinhas todos os papéis de uma peça. Dirão que isso não passa da conhecida imitação histérica [...]. Isso, porém, não faz mais do que indicar-nos que a trilha percorrida pelo processo psíquico da imitação histérica. Essa trilha é diferente do ato mental que se processa ao longo dela. Este é um pouco mais complicado do que o quadro comum da imitação histérica; consiste na feitura inconsciente de uma inferência [...] (1900, p.183).

Não se trata de uma imitação, mas da inferência sobre a causa do que produz aquele comportamento, ato ou sintoma que permanece inconsciente. O sujeito histérico supõe uma etiologia e se liga a ela de forma inconsciente, tomando para si o sintoma. Diz respeito ao processo primário e ao inconsciente. Não há uma intencionalidade na identificação; é a identificação que nos permite localizar o sujeito. Fica claro que não se trata de se aproximar do outro de forma total, mas somente de um traço, ou seja, é parcial.

A identificação é um tema que aparece em diversos textos freudianos e muitos debates podem se desenrolar a partir disso. Um conceito que não é unívoco e pode surgir em diversos fenômenos. Para dar início a uma das discussões que Freud pode nos

proporcionar, iremos ressaltar que o processo da identificação é inconsciente, desde o surgimento do Ideal do eu até uma imitação histérica que parece buscar uma mera igualdade de sintoma. No caso da segunda, o que está em jogo não é a semelhança, mas a suposição de que aquilo que acomete o outro também o faz no sujeito e, por isso, a apropriação do sintoma faz sentido. Então, a identificação não diz tudo sobre o sujeito, é preciso percorrer seus caminhos inconscientes para chegar a ele.

Um segundo elemento importante é perceber em vários momentos que, apesar de a identificação ser o mais antigo laço de amor – afinal toma o outro como ideal –, ela está imersa em uma ambivalência. Parece que é para lidar com a hostilidade, seja pela perda objetal ou porque o modelo se tornou um empecilho (como o pai no Édipo), que a identificação entra como um recurso. Resultado desse processo é a capacidade do Eu de dirigir uma agressividade contra si mesmo, como pode ser visto através da constituição do Supereu ou do funcionamento melancólico – os dois possuem caminhos pulsionais diferentes, mas revelam a direção da agressividade nas identificações. Por fim, outro eixo é que o Eu é demarcado como a instância identificatória. Para tornar essa discussão mais profícua, alguns textos sobre a construção do Eu e a noção de identidade serão trazidos.

4.2 O Eu: instância de identificação

Como já fora apontado no Capítulo III, a concepção de um corpo próprio e da existência de um Eu não é dada desde o nascimento. O bebê possui necessidades que persistem até serem sanadas, como a de se alimentar. O resultado disso, como a fome, é uma propensão à descarga que é liberada de forma urgente pela via motora. Ocorre uma alteração interna, como gritos e esperneios, que não produzem qualquer alívio já que o estímulo endógeno continua a estabelecer uma tensão. Esta só pode ser abolida através de uma suspensão dessa descarga no interior do corpo. Faz-se necessária uma alteração

no mundo externo, que Freud (1895) nomeia de *ação específica*, como, por exemplo, a mobilização do cuidador para aplacar a fome do bebê. Afinal, ele é incapaz de promover isso internamente e, por isso, carece de uma ajuda alheia.

Freud chama esse estado de tensão de desamparo. Posteriormente à ajuda externa, o bebê pode passar por uma experiência de satisfação que desencadeia efeitos radicais: a transformação de desprazer em prazer, a percepção de um objeto, a relação entre a descarga do movimento e a *ação específica*.

Ao discutirmos o texto do *Projeto* (Freud, 1895) abordamos que a experiência de prazer proporcionada pelo cuidador adquire posteriormente uma função de comunicação e de troca. Primeiro, pela leitura feita pelo outro dessa alteração interna como um pedido de socorro, uma demanda. Segundo, porque esse contato com o objeto provoca excitações sensoriais, não somente pela saciedade de uma necessidade, mas também pelo contato corpo a corpo. Por fim, o bebê pode ser tomado pela percepção do próprio movimento, como podemos ver em Freud: “A informação sobre a descarga reflexa surge porque cada movimento, através de seus resultados subsidiários, torna-se uma oportunidade de novas excitações sensoriais (proveniente da pele e dos músculos) que produzem uma imagem motora [cinestésica]” (1895, p.370).

Desde sua chegada ao mundo, o bebê, devido à sua prematuridade, precisa do outro. O estado de desamparo original coloca-o em uma dependência absoluta e as excitações do exterior e do interior devem passar pelo outro maternal para que possam ser controladas pelo bebê. De acordo com Freud, pode-se afirmar que o outro maternal exerce aqui uma função de paraexcitação (Fernandes, 2011).

Como consequência da experiência de satisfação as imagens mnêmicas se ligam e catexizam o estado de urgência, de forma que quando surge novamente o estado de urgência a lembrança também é reativada. A ativação produz a alucinação do objeto. A

primeira reunião de divisão do Eu não se dá pela concepção de corpo próprio, mas sim em uma aglomeração do que provoca prazer e desprazer:

Na medida em que é autoerótico, o Eu não precisa do mundo exterior, mas recebe dele objetos, devido às experiências dos instintos de conservação do Eu, e portanto não pode deixar de sentir estímulos instintuais internos como desprazerosos por algum tempo. Sob o domínio do princípio do prazer se efetua nele mais uma evolução. Ele acolhe em seu Eu os objetos oferecidos, na medida em que são fontes de prazer, introjeta-os (conforme a expressão de Ferenczi) e por outro lado expelle de si o que se torna, em seu próprio interior, motivo de desprazer. (Freud, 1915a, p.74-75).

O Eu se polariza entre prazer e realidade que, em movimentos de projeção e introjeção, reúnem, no primeiro, tudo o que traz prazer e aplaca as tensões e, no segundo, tudo o que sente como hostil. A divisão não é realizada entre interno e externo. Ocorre uma fusão com o meio externo sem a noção de um corpo próprio.

Portanto, Freud (1895) posiciona o Eu a partir das experiências primárias de satisfação. O descompasso entre a percepção e o acúmulo de excitações endógenas do bebê ocasiona uma alucinação do objeto desejado, causando a existência inabalável de um corpo de neurônios catexizados que constitui a base fisiológica do Eu. A noção de identidade perceptiva nesse ponto é esclarecedora, afinal esse é o nome da imagem mnêmica da satisfação original. Todas as experiências posteriores terão conexão com a primeira, na medida em que o impulso psíquico investe na imagem mnêmica do traço do objeto, buscando reconstituir a cena da primeira satisfação. A concepção de desejo está justamente nesse reinvestimento na identidade perceptiva: “Uma moção dessa espécie é o que chamamos desejo; o reaparecimento da percepção é a realização de desejo” (Freud, 1900, p. 595). Portanto, trata-se de reencontrar a percepção idêntica à imagem do objeto resultante da vivência de satisfação.

Há um desencontro entre o desamparo inicial, o estado de urgência e o objeto original que se perdeu. Porém, algo permanece: de acordo com Freud, são os traços ou os trilhamentos que o aparelho psíquico vai instaurar criando o próprio inconsciente. A construção desse processo identificatório caracteriza-se pelo surgimento do Eu a partir de seus investimentos no mundo externo, em busca de satisfação, que cria uma identidade de memória, trilhamentos e traços.

Freud escolhe o termo identidade perceptiva para tratar dessa marca que inaugura o Eu, é início da experiência de corpo próprio e futuramente ajudará a distinguir mundo interno e externo. O processo primário é o que rege as leis e faz com que essa noção de identidade, assim como o processo identificatório, seja inconsciente.

Posteriormente, quando há a identificação regressiva, a concepção de Eu é retomada como um precipitado de catexias objetais abandonadas, mais especificamente, em que se inscrevem marcas e traços das histórias dessas escolhas objetais. Ao assumir as propriedades do objeto, o Eu se posiciona como objeto de amor do Id, indenizando a perda por meio da identificação.

A identificação guarda sua importância pelo seu caráter primário. Não é fruto de uma reorganização da catexia objetal, ela é o processo e ocorre de forma direta e imediata (Freud, 1923a). Diante da perda objetal o Eu realiza introjeções, divide-se e faz surgir uma instância ideal. Nas relações primordiais, a criança toma o outro a partir de seus traços parciais, como um ideal, e o assimila como uma instância crítica, o que permite a instalação do recalque e a renúncia à satisfação infantil. Assim, chega em seu ápice: o complexo edípico. Cada catexia investida em um objeto é, posteriormente, recolhida e substituída por identificações que formam o Eu como “um precipitado destes investimentos recolhidos dos objetos dos quais se desistiu. Assim, poderíamos dizer que o Eu contém a história dessas escolhas objetais” (Freud, 1923a, p.41).

As identificações acentuam que, na constituição subjetiva, os traços do objeto são fundamentais para a construção do eu. Assim, formam um ponto de sustentação para a separação do eu-outro. Ao metabolizar as características do objeto há uma separação implícita. A realização desse apanhado das escolhas objetivas ajuda a nos aproximarmos das dificuldades expressadas pela fala da jovem no início desse capítulo: “como ser genuína nesse mundo?” Pois, onde está a autenticidade, se o que o Eu tem em sua origem um mosaico vindo do outro? Por isso precisamos avançar nas questões sobre o Ideal do eu e da fantasia nos capítulos posteriores, para compreendermos que a operação de separação, a depender das respostas dadas pelo sujeito, é também uma operação de singularização. Por ora, vamos dar continuidade pela esteira do Supereu, como uma instância (não somente) identificatória fundamental.

4.3 O Supereu: interdição, idealização e pulsão

Trilhar os caminhos da construção do conceito de Supereu em Freud é uma tarefa complexa em que nos deparamos com contradições. Cardoso (2002), em seu livro *Superego*, auxilia nesse trabalho ao propor três polos em sua conceituação: o do interdito (consciência moral e censura), o do ideal (narcisismo e identificações) e o pulsional (pulsão de morte como energia para o funcionamento supereuico³).

Partiremos dessa estrutura proposta para darmos início à análise desse tema.

O polo do interdito encontra seu enredo no texto de *Totem e Tabu* (Freud, 1913), em que será proposto o choque entre pulsão e proibição, como já foi tratado no Capítulo III e neste capítulo. A incorporação do pai após seu assassinato está na origem do Supereu. Os filhos se juntam, matam o pai, comem sua carne e fazem um pacto: o tabu do incesto. A proibição de se relacionar sexualmente com as mulheres do mesmo totem

³ Escolhemos usar os termos supereuóico e euóico como uma derivação dos termos Supereu e Eu.

inscreve a possibilidade de uma circulação sexual que não fica mais retida no pai primevo. Assim, a proibição porta um paradoxo, pois preserva os filhos em um sistema de circulação, ao passo que o torna submisso ao *interdito imperativo* do incesto (Ambertín, 2009).

O parricídio faz surgir o lugar da lei que se manifesta na *nostalgia do pai*, pois, apesar de em sua versão real precisar ser aniquilado, o pai é sustentado em sua versão de lei simbólica. A necessidade de reiterar o ato do assassinato por meio da refeição totêmica revela o desejo dos filhos de assumir o lugar do pai e desponta que o parricídio não foi completamente simbolizado. O pai oscila entre exaltação e opressão e a nostalgia dele é carregada de idealização, fomentando a submissão dos filhos a ele. Submeter-se ao pai não é sem culpa e não é sem temor ao seu aspecto pouco benevolente. Resta um resíduo do pai morto temível que ameaça retorno, produzindo horror e convocando ao gozo. É esse resíduo que “instaura a potência maligna do supereu” (Amberín, 2009, p.54). Mesmo havendo um pacto entre os irmãos, fica um osso do pai impossível de ser assimilado:

Esse osso vem a se presentificar, na forma de uma fissura na lei, como aquilo que escapa a simbolização desta. Neste sentido, trata-se de algo contrário à lei simbólica, que abre espaço para o gozo. Se, por um lado, o supereu tem relação com a lei, por outro ele também contém aquilo que lhe escapa, na forma de uma outra espécie de lei, uma lei insensata, que em seu aspecto mandante de gozo, é uma figura feroz e obscena (Balbi, 1998, p. 26-27).

O mito da horda primitiva deixa seu roteiro para o Complexo de Édipo: frente à ameaça de castração – no menino – e de perda de amor – na menina –, a criança é obrigada a renunciar seu investimento libidinal no objeto materno (Freud, 1924). A rede

edípica é tecida a partir da oposição realizada pela função paterna na relação incestuosa. Em um primeiro momento, a figura do terceiro é percebido com rivalidade e carece de eliminação. Porém, as ofertas da figura paterna se sobrepõem às aquelas oferecidas pela criança. Assim, abre-se a via da identificação da criança com o pai, pois, por ser incapaz de rivalizar com ela, acaba por ser tomado como modelo. O Supereu surge como uma instância de identificação que conserva as “características essenciais das pessoas introjetadas, seu poder, sua severidade, sua inclinação a vigiar e punir” (Freud, 1923a).

Trata-se de um processo em que o pai é tomado como um modelo ideal e oferta as insígnias para a identificação (Freud, 1921). Ao trabalhar o totemismo, Freud coloca as cartas para, anos depois, alinhar o conceito de Supereu com o complexo edípico. É somente em 1923a, no texto *O eu e o id*, que a noção de Supereu será articulada de forma mais coesa. Por isso, partiremos, então, para o segundo polo, o do ideal, para, em seguida, alcançarmos o terceiro polo – o pulsional – que oferta a sustentação do Supereu como abordaremos aqui.

No texto da *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914a) adianta a fundamentação de uma instância psíquica, que ganha o nome de Ideal do eu, como um subproduto do Eu ideal. Em um período do desenvolvimento normal, nomeado de narcisismo primário, os pais investem de libido o Eu real da criança, tomando-o por ideal. Essa experiência de centralidade na vida dos cuidadores e de investimento narcísico permite ao bebê a unificação do esfacelamento corporal por meio da projeção de uma imagem que angaria o amor do Outro. Esse reduto narcísico que constitui o Eu é chamado de Eu ideal. Esse tema será retomado de forma mais refinada no Capítulo V ao abordarmos o Estádio do Espelho (Lacan, 1949).

O reinado do bebê se torna insustentável, dadas às necessidades e desejos dos cuidados que os levam a fazer novos investimentos e a experiência do bebê com suas

limitações e insuficiências. O narcisismo primário não se sustenta, mas para que o Eu ideal seja perdido é necessária a operação do recalque que instala o Ideal do eu. Assim, resiste essa instância que funciona como resto e condição do recalque, criando um caminho pulsional de recuperação do narcisismo. Cabe ao Ideal do eu medir o Eu real com o Eu ideal, cumprindo um papel de vigilante e crítico. Assim, está posta uma colagem pulsional entre recalque e Ideal do eu que irá conduzir Freud a postular posteriormente a cobrança supereuica.

É preciso desistir do narcisismo primário e criar uma instância que permita sua recuperação. Essa desistência não ocorre somente em nome de uma insuficiência do bebê. Como já abordamos no Capítulo I e III sobre a devastação, o bebê se percebe na mão do Outro, que ao mesmo tempo em que o alimenta e cuida, pode também destruí-lo. Afinal, “O outro, o próximo, o semelhante, é um referente e um modelo, mas também um hostilizador impossível de satisfazer plenamente. Ele habitará o Eu como um estrangeiro, apesar dos serviços prestados para modelar a imagem corporal.” (Ambertín, 2009, p.57).

O Ideal do eu é instituído para garantir a sobrevivência, ou seja, ele mantém a integridade do Eu, ao passo que força o sujeito a passar pelos ideais externos no laço social. A equação desses ideais é realizada ao longo de toda a vida. A satisfação libidinal envolve os objetos externos na medida em que se liga ao que fora estabelecido como ideal. No capítulo I apontamos a adolescência como um tempo de separação. Nesse ínterim, o abandono do ideal infantil e o empuxo às identificações exogâmicas convocam a função do Ideal do eu de forma privilegiada.

O Ideal do eu deve “assegurar pela satisfação narcísica” (Freud, 1914a, p.41), mas não podemos esquecer que ele repousa em exigências morais. De modo que, a “tutela” do Ideal do eu:

foi confiada à consciência moral, partiu da influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio (o próximo, a opinião pública). (Freud, 1914a, p.42).

Portanto, essa instância porta uma armadilha: ao mesmo tempo em que preserva o eu, coexiste um papel de crítico e vigilante que pode se transformar em um “tenaz inimigo da segurança euica.” (Ambertín, 2009, p.59). A instância crítica, que aparece sob o termo de Consciência Moral, é diferente da identificação narcísica, pois “[s]e confrontarmos o Eu atual com o Ideal para obter uma satisfação narcísica, a Consciência Moral que sempre pede mais, dificilmente a outorgará” (Ambertín, 2009, p.93). A faceta cruel da consciência moral é destaca por Freud em 1915 no texto *Luto e Melancolia*, em que toda a crueldade e ódio se voltam contra o melancólico, dada uma escolha objetal narcísica. Essa reação à perda objetal mostra como a pressão mortífera da consciência moral opera, em contraposição ao ideal que busca preservar o narcisismo.

Em *Batem numa criança*, Freud (1919) apresenta a tríade crime, culpa e punição que oferta as coordenadas para o Supereu. A relação entre o Complexo de Édipo e o Supereu se mostra nas fantasias de espancamento realizadas pela figura paterna, alertando que herança supereuica “deve ser pesquisada em sua tramitação e não em seu resultado final.” (Ambertín, 2009, p.95). Na clínica podemos alcançar as tramas da fantasia que colocam em jogo o funcionamento do Supereu em um determinado sujeito. O pai que interfere regulando a experiência excessiva com a mãe mostra sua face inassimilável na fantasia de espancamento, pois ela evidencia um resíduo contrário à sua palavra: no lugar de inibir o gozo, incita-o (Oliveira, 2014).

Em 1920, Freud, se defronta com o enlaçamento entre satisfação e sofrimento, o que permite a construção mais clara de um Supereu feroz em 1923a, no *Eu e o Id*. A autoridade parental é fonte de identificação com a dissolução do Complexo de Édipo, especialmente em sua potência crítica. Ao Ideal do Eu, decorrente de uma identificação narcísica com o pai da pré-história pessoal, cabe uma observação benevolente que busca ajustar o Eu ao Ideal. A passagem pelo Édipo colore com hostilidade e ambivalência a identificação ao pai. É nessa esteira que a concepção de Supereu fica mais substancial, pois:

[...] não é simplesmente um resíduo das primeiras escolhas objetais do Id; possui igualmente o sentido de uma enérgica formação reativa a este. Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: “Assim (como o pai) você *deve* ser”; ela compreende também a proibição: “Assim (como o pai) você *não pode* ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele”.(p.42-43).

Há uma dupla moralidade ligada à identificação que obriga uma divergência (tu não és o pai) e uma convergência (tu és igual ao pai). Essa reviravolta oferta ao Supereu sua face mais feroz, pois, calcado na Consciência Moral, “pode então ser duro, cruel, inexorável com o Eu que é por ele guardado. O imperativo categórico de Kant é, assim, herdeiro direto do complexo de Édipo” (Freud, 1924a, p. 197). A identificação com o pai entra na configuração do Ideal do eu junto com o afastamento do Eu ideal, instalando um modelo de imagem a acompanhar. Ao cumprir sua função de interdição, o terceiro coloca-se como detentor do gozo impossível ao filho, mas possível ao pai.

Para Ambertín (2009) o Supereu revela sua face cruel por ser herdeiro do Isso e do Édipo:

O supereu é herdeiro do *isso* pela sua ligação com o pai terrível-perverso-demoníaco, que instiga a partir do cerne pulsional, mas também é herdeiro do complexo de Édipo no que diz respeito à suplência do pai ante a falha da lei. Incidência do Pai Morto que não-toda legisla. Como tal, é uma instância insensata que admoesta e proscreeve; como excedente pulsional (voz, olhar, espectro, demônio) do que resta do pai edípico que legisla, sustenta o terrível peso do pai diabólico que impele a partir do imperativo que *se faz ouvir gozando*. Face obscura de toda lei (p.108).

No texto do *Mal-estar na civilização*, Freud (1930), aponta que a agressividade dirigida aos pais é introjetada, volta para o Eu e se revela no Supereu. O medo da perda de amor faz com que o sujeito renuncie a sua hostilidade. Nesse sentido, a identificação entra como uma saída para a agressividade:

Um considerável montante de agressividade deve ter se desenvolvido, na criança, contra a autoridade que lhe impede as primeiras satisfações, quaisquer que sejam as privações instituais requeridas. Ela é obrigada a renunciar à satisfação dessa agressividade vingativa. Encontra saída para essa difícil situação econômica recorrendo a mecanismos conhecidos, ao acolher dentro de si, por identificação, essa autoridade inatacável, que então se torna Super-eu e entra em posse de toda a agressividade que a criança gostaria de exercer contra ela. O Eu da criança tem de se contentar com o triste papel da autoridade assim degradada – o pai. A situação se inverte, como é frequente suceder. “Se eu fosse o pai e você o filho eu trataria você mal.” (p.100).

O desejo de agressão é internalizado e a relação entre o sujeito e o outro é substituída pela relação entre o Supereu e o sujeito. Nas palavras de Freud, “a civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada” (Freud, 1930, p. 147). Essa ideia de uma “cidade

conquistada” explica a proposta anterior de Freud de que o Ideal do Eu seria um importante destino do Id. Afinal, o investimento que antes era direcionado ao pai como modelo, encontra dentro de si próprio esse ideal, que além de servir como modelo, pode servir de base para as cobranças supereuicas, como uma cidade conquistada que é incorporada e precisa ser mantida assim com certa quota de agressividade.

O ponto de partida para a constituição do Supereu é o medo da perda do amor de um outro de quem o sujeito depende. Haveria, então, como condição para o Supereu uma posição primária do sujeito em relação ao outro, ao medo da perda do amor, oriunda da dependência e do desamparo. Para não perder o amor, o sujeito aceita renunciar à satisfação das pulsões, em outras palavras, o medo de perder o amor inibe a agressividade dirigida ao mundo externo. O Supereu é uma introjeção do outro.

Destarte, a identificação primordial toma o pai como figura ideal ao mesmo tempo em que há um investimento objetal na figura materna. Desse tensionamento nasceria o Édipo, acarretando a transformação do amor por hostilidade pelo pai e, por fim, o desejo de substituição deste. Ocorre, assim, antes da escolha de objeto sexual e circunscreve um tempo remoto em que há um laço com elementos que se destacam do outro, elementos que tomam a forma de ideais.

A fronteira entre os conceitos de Supereu e Ideal do eu podem ser confusas na obra de Freud. Porém, em 1933, Freud afirma que o Supereu é “o portador do ideal do Eu, pelo qual o Eu se mede, o qual busca igualar, e cuja demanda por uma perfeição cada vez maior ele se empenha em satisfazer.” (p.203).

O Supereu não é somente uma instância de identificação, pois a abordagem clínica revela o mal-estar provocado por ele. Para Ambertín (2009) o Supereu em sua característica de consciência moral é um resíduo inassimilável da lei do incesto e do parricídio. Esse resto irreparável, de uma dívida impossível de se amortizar – o gozo

pelo parricídio –, convoca a voz do Supereu. A proibição provoca um paradoxo que preserva o campo do desejo e difunde o gozo proibido.

O Supereu possui uma dimensão reguladora, pois funciona como uma lei simbólica que regula o campo do desejo. Lacan vai dar um acento maior na sua dimensão de imperativo de gozo por meio de uma lei insensata, assim, afirma que “o supereu é constrangedor”, pois se, por um lado, indica “o bom senso”, por outro lado, “é preciso acentuar também [...] o seu caráter insensato, cego, de puro imperativo, de simples tirania.” (1953-54, p.123). Lacan também afirma que o Supereu é “puramente oprimente” (p.123), como que para ressaltar a moral destrutiva de seu funcionamento devastador. Não há limite para sua destruição, pois é cego em seu imperativo repetitivo e inintegrável. Assim, está posto que há algo no Supereu que não é passível de ser assimilado pelo simbólico:

Trata-se da lei como um S1 isolado que, por si só, não apresenta significação, pois não há um S2 que, retroativamente, viria significá-lo. Por essa razão, se apresenta como um imperativo e se aproxima de um capricho sem lei, tal como o desejo da mãe antes de ser metaforizado pelo Nome-do-pai. (Daibert, 2015, p.5).

Como foi abordado no Capítulo III, Lacan (1972-73) afirma: “[n]ada força ninguém a gozar, senão o supereu. O supereu é o imperativo de gozo – Goza!” (p.11). Por meio do objeto voz Lacan (1962-63) vai revelar a primazia do real no Supereu. O que está em jogo não é tanto o valor fonético da voz, mas a dimensão de emissão, de ser separável para configurar o objeto *a*. A voz pode se apresentar sob as formas dos imperativos do Supereu: mandatos, ordens, tu deves! Trata-se do retorno da palavra em seu aspecto mais estranho e sem sentido, pois se refere a um tempo em que as palavras eram assimiladas apenas em sua estrutura:

Ele vai apreendê-la nos momentos em que o sujeito executa modulações puramente sintáticas, palavras vazias, falando propriamente, já que só se trata de seu movimento. Nesses movimentos de uma certa intensidade, podemos, diz ele, captar ao vivo algo que se refere a um elemento arcaico: a criança integra a palavra do adulto quando ainda não percebe o sentido desta, mas apenas a sua estrutura. Em suma, isso seria uma interiorização. Teríamos aqui, a primeira forma a nos permitir conceber o que é o supereu. (Lacan, 1956-57, p.402).

Não se trata nem de palavras, pois a voz é anterior ao sentido, por isso Vieira (2013) propõe chamar de fragmento de palavra os resíduos verbais ou os restos mnêmicos de palavras, ou seja, o real da linguagem que age como um corpo estranho supereuico. Compreendemos a voz como “aquilo que resta da operação de entrada na linguagem repousa no fato de que há algo do significante que não participa do efeito de significação” (Oliveira, 2014, p.89).

O Supereu é o avesso da metáfora paterna (Ambertín, 2009). Nesse sentido, possui uma íntima relação com o Nome-do-Pai. A devastação supereuica de gozo pode ser limitada pelo desejo. É o Nome-do-pai que aparelha e permite o acesso ao desejo, pois é a lei paterna que conforma as regras de distância entre o sujeito e a Coisa. Do lado direito da metáfora paterna, há sua face reguladora e pacificadora proposta pelo Nome-do-Pai, que dá acesso e organiza o campo do desejo. Do lado avesso está sua dimensão masoquista, de excesso de gozo que não pode ser suturado, como se o pai dissesse: há alguém que goza da mãe e esse alguém sou eu.

O Supereu é um importante representante da ordem de destruição em um sujeito. Estamos supondo que o adolescente que se escarifica está imerso em uma experiência de devastação com o Outro maternal, de modo que as linhas de acesso ao desejo estão

embaçadas. Assim, abre espaço para que o Supereu demonstre sua faceta de ordenação de gozo de forma radical.

Capítulo V: Como ser *Um*?

Neste capítulo buscamos percorrer as trilhas de Lacan sobre as identificações, especificamente na dupla dimensão de o sujeito ser *Um*: sobre ser único e ter unidade corporal, articulada respectivamente pela identificação simbólica e imaginária. A busca por este aprofundamento é decorrente das questões desveladas na clínica e será fundamental para a discussão do caso.

Relembramos que Freud delimita três tipos de identificação – a primordial, a regressiva e a histérica – e alguns pontos em comum entre as duas primeiras podem ser destacados: a participação nos primórdios da constituição por meio de incorporações de traços do objeto ao Eu e o fato de ser decorrente da perda de objeto, resultando no Ideal do eu como efeito. A primeira identificação é condição para a segunda, sendo que a regressiva é uma forma, uma tentativa, de retorno ao estado anterior – da identificação primordial – quando identificação e relação amorosa não estavam diferenciadas.

A identificação é o laço de amor mais primitivo, pois anteriormente ao Édipo ocorreria uma identificação primordial com o pai, que prepararia o terreno para as ambivalências edípicas de amor e ódio. Existe algo que antecede a experiência e é necessária para o acesso ao simbólico pelo complexo edípico. Como vimos, a identificação é derivada das organizações da fase oral, em que está em jogo a incorporação e que irá vestir novas roupagens no Édipo por meio do desejo de substituição do pai.

A identificação regressiva é qualificada pela apropriação, realizada pelo Eu, das características do objeto. Tal operação ocorre por meio de uma identificação “parcial, altamente limitada, tomando apenas um traço [*nur einen einziger Zug*] da pessoa-objeto [*Objektperson*]” (Freud, 1921, p.64). Lacan (1961-62) trata da identificação na relação com o significante e destaca o termo *Einsiger Zug* usado por Freud, que na tradução

literal do alemão seria “traço único”. Porém, Lacan prefere o termo “traço unário” para ressaltar que se trata de uma identificação que marca uma diferença, não uma unidade.

As duas primeiras formas de identificação esclarecidas por Freud em 1921, a primária e a regressiva, são organizadas por Lacan (1961-62), no seminário *A Identificação*, como uma dialética que sempre ocorre por um *ein einziger Zug*, por um traço unário. A ideia de que a identificação acontece pela via de um traço isolado, como trata Freud, é destacada por Lacan em sua leitura.

Trabalharemos os dois tipos de identificação propostos por Lacan (1961-62): a do traço unário e do Estádio do Espelho (Lacan, 1949). É por meio da elaboração do traço unário que será articulada a identificação enquanto uma identificação de significantes, que antecede e fundamenta a identificação imaginária que será clarificada pelo estudo do Estádio do Espelho. Ambos são essenciais para o estudo da escarificação, pois tratam, respectivamente, da questão de sermos únicos e semelhantes ao mesmo tempo e da imagem como transformadora do Eu.

A identificação ao traço unário é fundamental e estrutural. O resultado dela é a própria constituição do sujeito, por estar em jogo a relação do sujeito com o significante. Cada uma tem em comum o fato de ser Um, no sentido da unidade corporal e de unicidade do sujeito. É pela via da identificação que vamos analisar a possibilidade do sentimento, ou falta dele, no caso das escarificações, de ser Um no âmbito da separação do Outro.

5.1 Identificação simbólica: Traço unário

Alguns apontamentos sobre o estatuto do significante fazem-se necessários, pois para Lacan (1961-62) a identificação é ao significante. Lacan, ao ler *a Interpretação dos*

sonhos de Freud (1900), formula seu pensamento sobre o significante e suas leis. O livro da interpretação dos sonhos tem seu início com o relato de um sonho em particular, permeado pela técnica utilizada para a sua interpretação. No último capítulo, Freud trata de elementos bem mais abstratos e fala de elaborações teóricas sobre o psiquismo humano. O movimento fica muito claro: do relato do sonho é possível, ao seguirmos as redes associativas, alcançar o conteúdo latente, ou seja, o desejo. Para isso, Freud faz o paciente buscar a cadeia associativa que existe em cada fragmento do sonho e estuda como esses pequenos pedaços podem comportar um conteúdo latente bem maior do que o manifesto no sonho. Ele ainda analisa cuidadosamente como o conteúdo inconsciente ganhou contornos possíveis para se apresentar na consciência. Há uma constatação de que as várias associações constituem um sentido diferente daquele sonhado. O trabalho de interpretação dos sonhos é o de seguir o caminho da cadeia associativa. Por outro lado, o trabalho de reconstrução desse caminho leva à elaboração das leis do inconsciente, especificamente o deslocamento e a condensação.

A teoria do funcionamento inconsciente passa pelo relato do sonho formado pela cadeia associativa. Nesse sentido, Lacan irá propor que o inconsciente é o desfilamento dos significantes, ou seja, uma cadeia de significantes. Lacan (1957), na esteira de Freud, afirma que existem apenas duas leis de articulação de significante: a metáfora e metonímia. A metáfora, que coaduna com a condensação, é a substituição de significantes e constitui o sintoma ou ato falho, formando uma significação. A metonímia, como o deslocamento, é o que caracteriza o desejo e revela que a conexão entre os significantes não permite a centralização em um significado. As leis revelam uma característica importante do significante, que ele é esvaziado de sentido, ele é a via pelo qual se faz a associação (Quinet, 2000).

O aforisma de Lacan “um significante é aquilo que representa o sujeito para um outro significante” (1960a, p.833) mostra uma interessante propriedade: o significante não se define por um significado, mas por um significante, ou seja, define-se pela diferença, pela oposição. É essa característica de multiplicidade do significante que repercute na divisão do sujeito. Quando Lacan fala de linguagem, está tratando exatamente dessas leis de articulação do significante. Essa frase também mostra que o sujeito é aquele que não pode ser nomeado (Quinet, 2000), ou seja, o sujeito é aquele que é representado entre os significantes.

Um dos caminhos para se apropriar dessas qualidades do significante e seus efeitos é a identificação, ou melhor, as identificações, que se tornam um eixo de nosso estudo porque parece que ao se escarificar e pedir uma garantia de sua existência, o sujeito está solicitando um significado que diga quem ele é e sua importância no mundo. Garantia que não pode ser arrancada de um mundo habitado pela linguagem.

O significante é fecundo por não ser igual a si mesmo, ou seja, ele porta em si a diferença, como afirma Lacan: “É o significante que decide, é ele que introduz a diferença como tal no real, e justamente na medida em que o que importa não são diferenças qualitativas.” (1961-62, p.62). O que caracteriza o significante é sua unicidade, no sentido da diferença, o significante é o que os outros não são, afinal “[é] enquanto pura diferença que a unidade, em sua função significante, se estrutura, se constitui.” (p.49). O traço unário é que denomina a mínima diferença entre os significantes.

A radicalidade do significante revela: ele é faltoso em sua essência. O traço unário é o que tem em comum a todo significante, é o traço distintivo da função significante de unicidade. Assim, sua função é ofertar uma unicidade ao ser. Essa

operação instaura a identificação simbólica: identificação pelo que é do distinto em sua essência, ou seja, não há significação a princípio.

O sujeito está concernido por esse traço unário que o afirma, devido à propriedade significante de ser o que os outros não são, ao mesmo tempo em que não consegue ofertar qualquer significação. Tal propriedade do significante, marcada pela relação com o Outro, é o que permite uma variedade identificatória, ou seja, por meio da identificação surge o que só existe na linguagem e graças à linguagem.

As formulações da identificação a partir do traço unário se sedimentam na característica própria do significante que é a distintividade, que só pode ocorrer pela incidência do Outro na constituição do sujeito. Lacan (1961-62) afirma que identificação pelo *traço* é a assunção primordial do ser ao campo do simbólico quando o ser é refratado pela marca do Outro. Marca deixada pelas relações primordiais, que promove uma diferença radical ao arrancar o ser do puro funcionamento reflexo e alçá-lo às possibilidades das trocas simbólicas conduzidas pelo funcionamento da cadeia significante.

5.1.1 A diferença no real

Lacan toma a proposta freudiana, de que para que ocorra identificação é preciso haver um abandono ou perda objetal, e a coloca sob a ótica dos apagamentos na relação do sujeito com os signos e com os significantes. O signo é definido por aquilo que representa alguma coisa para alguém, enquanto o significante é o que representa um sujeito para outro significante. De modo que para sair do signo ao significante é preciso que algo se apague, mais precisamente, é preciso que a Coisa se apague e abra o campo para que os significantes surjam como forma de representação no simbólico nos

diversos e sucessivos apagamentos dos signos que o significante pode vir à luz, sendo o significante que “introduz a diferença como tal no real” (Lacan, 1961-1962, p.62).

O traço unário decompõe o ser em dois momentos: um primeiro momento de corpo reflexo, orgânico ou de pura carne real, e um segundo momento de captura pela ordem simbólica. Nesse ponto, vamos retomar alguns pontos do *Projeto* (1895) para seguir. Vimos que a experiência de satisfação é dada pela eliminação da tensão interna, ao passo que é registrada a percepção do objeto que realizou a ação específica, de modo que há um registro de memória que está referenciado aos traços que circunscrevem a marca da presença do objeto. A alucinação, posterior à vivência de satisfação, resulta no mesmo signo de eliminação que a percepção, ou seja, ambos acompanham as mesmas sensações. Assim, para que o sujeito alcance de fato a satisfação é necessário que diferencie percepção de alucinação. Por isso, é preciso que um signo de realidade seja disparado pela presença do objeto na percepção, para isso, a ocupação das imagens recordativas de desejo são inibidas pelo eu. O aparelho já se constitui em um plano psíquico, funcionando em um nível representacional, afinal é uma rede de representações das vivências que irão se fixar como recordação em *psi* ou sofrerão recalque (Millidoni, 1993).

Quando há a presença do objeto real é preciso que o sujeito recorra aos registros mnêmicos para que identifique fora o que está registrado na identidade perceptiva. Assim, é preciso que o aparelho psíquico emita um juízo, “Deve adjudicar ou recusar a uma coisa [*Ding*], uma característica, e deve admitir ou contestar a uma representação [*Vorstellung*] a existência na realidade” (Freud, 1925, p.278). Então, a função judicativa é necessária para realizar a diferença entre alucinação e percepção. Quando se confirma a presença real do objeto é preciso dar um passo adiante e julgar se este é o mesmo que proporcionou a primeira satisfação. Sempre que há um estado de

urgência o traço mnêmico é ativado, assim: “A meta inicial e imediata do exame de realidade não é, portanto, encontrar na percepção real um objeto correspondente ao imaginado, mas sim reencontrá-lo, convencer-se de que ainda existe.” (Freud, 1925, p.280).

Freud (1895) propõe que os complexos perceptivos emanados do cuidador, como os traços visuais, o toque no corpo e a sensação corporal do bebê, organizam uma divisão em dois componentes:

[...] dos quais um produz uma impressão por sua estrutura constante e permanente único como coisa, enquanto o outro pode ser compreendido por meio da atividade de memória – isto é, pode ser rastreada até as informações sobre o corpo próprio [do sujeito]. (p.383-384).

O primeiro componente se registra como Coisa [*Ding*] e tem seu caráter de constância e impossibilidade de apreensão, ou seja, é irredutível à representação e não entra nos traços mnêmicos. A Coisa impede que as experiências de satisfação possuam uma equivalência com relação à experiência primária. O sujeito não cessa “de tentar reencontrar os seus atributos em uma vida libidinal” (Quilichini, 2004, p.68). O segundo componente é passível de recordação e entra em jogo a cada experiência de satisfação, o que permite o alívio da tensão e uma reorganização.

A Coisa não sofre registro representativo, mas isso não significa um total desaparecimento, pois ela possui um efeito de rasura, na medida em que permanece incidindo no funcionamento psíquico. É um buraco, uma ausência que se presentifica constantemente, pois aquilo que é capaz de se inscrever como representação o faz a partir do inapreensível, daquilo que não cessa de não se escrever.

Das primeiras experiências de satisfação surge a capacidade psíquica de representar. Quando surge um estado de urgência o bebê pode reinvestir nos registros de memória, por isso é necessária uma função judicativa, que permite diferenciar alucinação de presença real do objeto.

A função de representação é o que define o significante enquanto tal. Por isso Lacan recorre ao termo *Vorstellung* para revelar o efeito de constituição subjetiva que há no estabelecimento da função de representação. De acordo com Lacan: “esse termo *Vorstellung-Repräsentanz* é estritamente equivalente à noção e ao termo significante” (Lacan, 1958-59, p.34). O sujeito se constitui a partir da função representativa como efeito do significante o que, por sua vez, produz o recalque. A experiência de satisfação descrita por Freud, de acordo com a releitura de Lacan, é atravessada pela percepção primitiva de um objeto que já contém algo da ordem do significante. A Coisa, totalmente irreduzível à representação, é revelada na possibilidade de capturar o ser no campo simbólico.

A função da realidade é ligada à função perceptiva e o sujeito progride pela via da identidade de pensamentos. O inconsciente começa a entrar em jogo a partir da identidade perceptiva, na medida em que “a relação do inconsciente com o que ele busca em seu modo próprio de retorno é justamente aquilo que uma vez percebido é o identicamente idêntico, se podemos dizer, é o percebido daquela vez ali [...]” (Lacan, 1961-62, p106-107). O sujeito jamais encontrará o idêntico à identidade perceptiva, assim, sempre irá se deparar com as diferenças que possuem (entre o objeto encontrado e a identidade perceptiva). Nas repetições dos encontros com o Outro a Coisa sofre apagamentos e o que resta é a unicidade do significante.

O sujeito nasce da entrada do significante no real que só pode ocorrer por ter um corpo que o encarne. Cada encontro possível com o Outro deixa marcas no corpo, deixa

um signo. Cada encontro também revela que o acontecimento anterior não é signo, pois pode ser apagado, pode ser substituído. Nessa sequência de apagamentos a cadeia significante vai surgindo, inoculando significantes no corpo, abrindo o campo da demanda do Outro como registro do desejo. O traço unário promove as marcas do Outro no corpo do ser, em uma inscrição da alteridade no corpo indiferenciado e, assim, alça o corpo ao registro simbólico, ao passo que demarca diferenças e promove fronteiras (entre percepção e representação, entre o corpo e o outro). O traço unário é a diferença no real que é introduzida pelo significante, que permite a emergência do sujeito no mundo, passando de Coisa para Eu.

É na unicidade do traço unário que o campo do desejo se institui, pois é na não fixação de um significante que o desejo se faz possível. É nesse ponto que se encontra a semelhança entre sujeito e outro: na possibilidade de ser desejante.

5.2 Identificação imaginária: Estádio do Espelho

Freud já alertara que o Eu não existe desde o início, ou seja, precisa ser desenvolvido, “sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo” (Freud, 1914a, p.84). Como já apontamos no Capítulo III, Lacan (1949) propõe que essa *nova ação psíquica* está no Estádio do Espelho. Trata-se da formação do primeiro esboço do Eu em um processo identificatório com relação à imagem do corpo refletida pelo olhar do Outro. A constituição do humano está em dependência de um Outro, que ocupa a função de mediador na construção da imagem do corpo unificado.

O Estádio do Espelho é um momento lógico que ocorre entre os seis e os dezoito meses de idade, onde o bebê, ainda motoramente imaturo, é colocado em posição ereta

pelos braços de um adulto. Antecipa o domínio sobre sua unidade corporal através de uma identificação com a imagem do semelhante e da percepção de sua própria imagem num espelho. Com júbilo, ele recebe sua imagem refletida em um espelho e volta-se para o adulto, representante do Outro, querendo uma ratificação de sua imagem total. O real já está presente através da prematuração do humano e no seu desamparo constituinte. A dimensão imaginária é evidente porque a imagem capturada torna-se sua própria imagem, que faz uma marca e proporciona uma forma de corpo antecipada e ideal.

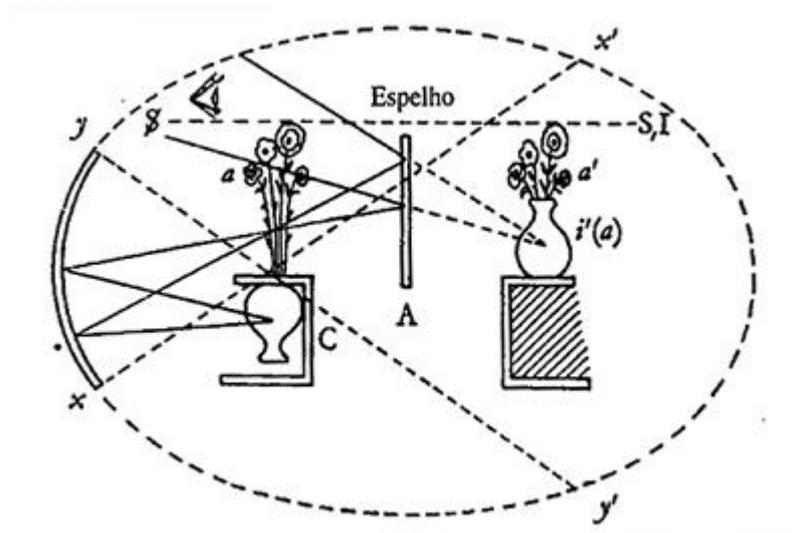


Figura 1-Modelo óptico do Estádio do Espelho

Ao retomar o Estádio do Espelho em 1960, Lacan detalha seu funcionamento por meio do modelo óptico e clarifica o registro do simbólico. A figura 1 (Lacan, 1960, p.681) é o modelo óptico que irá nos auxiliar nesse ponto do texto. Em “C” está o vaso no interior da caixa e acima dele temos um buquê. Se o olho estiver posicionado em “a”, enxergando o espelho esférico, irá se deparar com a ilusão do vaso invertido, que é uma imagem real, designada pela notação $i'(a)$. Esta ilusão se refere ao aparecimento da imagem do vaso como continente do buquê. Podemos ver que o buquê invertido não aparece na figura 1, isso ocorre porque, para conseguirmos representar o Estádio do

Espelho, o olho precisa estar posicionado de forma a perceber o que aparece no espelho plano. Assim, para que esse modelo nos seja eficaz, é preciso que o olho veja a imagem virtual, representada pela notação $i'(a)$, e tome sua unidade corporal por meio dela. Afinal, o espelho plano representa o Outro (A) e a alienação fundamental do sujeito à sua ratificação.

A alienação à imagem ganha o contorno da alienação estrutural ao Outro da cadeia significante. A imagem corporal tem um papel fundamental na constituição do sujeito, já que é a imagem especular que possibilita a criança estabelecer a relação de seu corpo e de seu Eu com a realidade que a cerca. Para que a criança possa se apropriar de sua imagem e interrogá-la, esta necessita ter um lugar no Outro. Essa imagem totalizante que a representa, mesmo que seja falaciosa, fica cristalizada como Eu ideal por toda a vida. O Eu ideal está ligado à identificação imaginária e é instituído pelo estado de onipotência durante o narcisismo infantil, desse primeiro rascunho do Eu investido libidinalmente no Estádio do Espelho (Lacan, 1957-58). Existe uma confusão imaginária com o Outro, de modo que esse momento é a base para a identificação e para a alienação. Não se trata para Lacan de puro imaginário, é fundamental a mediação do Outro para que se possa sair do despedaçamento.

A imagem é produzida pelo cuidador e ofertada à criança; esta, por sua vez, recolhe esta imagem e retorna ao Outro, agora para solicitar um reconhecimento, enfim, é somente quando o Outro presta seu testemunho que o bebê pode reconhecer-se nesta imagem que lhe foi dada e autorizada externamente. Assim, as articulações lacanianas possibilitam situar que o corpo, em sua vertente simbólica, é o corpo marcado pelo significante, no qual o inconsciente também se escreve e pode ser decifrado (Cukiert & Prizkulnik, 2002).

O investimento objetal ou no Outro modifica o Eu não somente pelo esvaziamento da libido, mas também pela identificação com o objeto, que traz seus traços para o eu. Nesse processo identificatório não se trata de um Eu que percebe uma imagem, ratificada pelo Outro, e se assemelha. Quando o corpo do bebê ainda imerso no autoerotismo vê a imagem unificada, a sua percepção não coaduna com a sua sensação. Ainda mergulhado na impotência motora, o sujeito se identifica com a imagem de unidade corporal. A percepção determina um bom ajuste da forma, ou seja, no lugar da ausência de unificação ele produz uma presença de unidade corporal.

A imagem possui um caráter de exterioridade que é fundamental, pois iguala o corpo do bebê aos outros corpos semelhantes e permite uma representação que difere de suas sensações corporais de despedaçamento. Enfim, a imago pode ser apontada como a causa psíquica da identificação (Julien, 1993). Esse é o processo da identificação, ou seja, é a transformação que ocorre no sujeito quando ele assume uma imagem. A identidade é o seu produto e a cada ato de identificação o Eu transforma sua identidade.

O Estádio do Espelho marca o ponto de partida da subjetividade humana através da dimensão imaginária. Porém, não basta a dimensão imaginária para formação dessa identidade. A proposta lacaniana é que o Estádio do Espelho seja compreendido como uma identificação, em que o sujeito se transforma ao assumir uma imagem. Ressalta-se que não há uma coincidência entre Eu e sujeito: o que Eu vejo, a imagem, é instituído pela confirmação do Outro, enquanto o que se é como sujeito é algo a ser construído.

Esse descompasso entre Eu e sujeito ocorre pelo caráter alienante do primeiro. A constituição sujeito ocorre exatamente a partir do que a imagem tenta encobrir:

(...) a imagem especular é um erro. Ela não é simplesmente uma ilusão, um logro da Gestalt cativante cujo acento a agressividade tem marcado, ela é basicamente um erro, na medida em que o sujeito nela se *des-conhece*, se permitem a expressão, na medida

em que a origem do eu (moi) e seu desconhecimento fundamental acham-se aqui reunidos na ortografia. E, na medida em que o sujeito se engana, ele acredita ter diante dele sua imagem. Se ele soubesse se ver, se ele soubesse, o que é a simples verdade, que só existem as relações mais deformadas, de alguma maneira identificáveis, entre seu lado direito e seu lado esquerdo, ele nem sonharia em identificar-se com a imagem do espelho. (Lacan, 1961-62, p. 365-367).

Nesse momento, o bebê estar capturado pelo Outro é fundamental porque é essa relação que vai ofertar a ele a sensação de uma unidade corporal, mesmo que alienada. Esse júbilo de unidade não pode ser ofertado somente pelas sensações corporais, afinal é uma “coisa que a pulsão não poderia lhe dar. Graças à pulsão, acede-se à sensação real do gozo do corpo, mas não à ideia de que o corpo é um.” (Amigo, 2007, p.109). É a imagem ratificada pelo olhar do Outro que garante a unidade corporal. Duas vertentes, então, participam da apropriação de um corpo próprio: as sensações corporais e a imagem sancionada pelo Outro. Nesse ponto, uma questão interessante aparece para teorizarmos sobre as escarificações: o sujeito que se escarifica busca na reativação das sensações corporais a certeza da própria existência. Porém, o recurso usado através das sensações corporais não é suficiente para a apropriação do corpo próprio. Rapidamente o sujeito se corta de novo. Na constituição subjetiva é preciso dar um passo além do Estádio do Espelho.

O jogo com o espelho e com o Outro é um tempo do narcisismo, lógico e fundamental para a constituição, pois fornece a noção de Um no sentido de unificante e aproxima o sujeito do semelhante. O cuidador significa de forma fálica a criança, que recebe um corpo como Eu ideal. Porém, o narcisismo é algo nebuloso para o sujeito, ele não sabe qual o papel do outro em sua constituição. O mesmo olhar que permite ao sujeito unificar uma totalidade narcísica, o lugar do eu, também é ameaçador pela sua

alteridade. O Estádio do Espelho inicia uma rivalidade do sujeito com ele mesmo, o objeto de identificação é igualmente objeto de ódio e agressão (Benvenuto, 2001). O retorno a esse tempo é sempre uma ameaça que está na base da agressividade (Roudinesco & Plon, 1998). Desde o início a relação do sujeito com o outro possui a marca da agressividade em decorrência da fantasia de despedaçamento e da anulação da identidade subjetiva. É nesse emaranhado entre libido narcísica e a função alienante que Lacan (1948) situa o conceito de agressividade enquanto constitutivo da experiência formativa do eu: “essa relação erótica, em que o indivíduo humano se fixa numa imagem que o aliena em si mesmo, eis aí a energia e a forma donde se origina a organização passional que ele irá chamar de seu eu” (p.116).

É um momento de intensa agressividade frente ao perigo do Outro onipotente. Essa característica pode ser vista no sujeito que se escarifica e que, por vezes, sente-se sem saída para ser livre e como ele quer, não importa o que faça, as garras do Outro sempre estarão em seus ombros. Como dito, é preciso dar um passo adiante no Estádio do Espelho. A intervenção de um terceiro é fundamental para inibir o instrumental ou objetificado do corpo do bebê, permitindo que essa imagem seja furada pelo real. Ao sair desse olhar dual que o espelho proporciona, a criança poderá perceber que ela não está toda contida no Eu ideal.

5.3 Eu-Ideal-Eu

No capítulo anterior abordamos a constituição do Eu ideal e do Ideal do eu na obra de Freud. Vimos que no golpe do recalque é constituído o Eu e o Ideal do eu com o afastamento do Eu ideal. Esse processo será abordado de forma mais detalhada, tendo como suporte as articulações de Lacan.

No Seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud* (1953-54), Lacan propõe as diferenças entre Eu ideal e Ideal do eu, circunscrevendo o primeiro ao plano imaginário e o segundo ao simbólico. O Eu ideal é a projeção de uma imagem de perfeição que oferta a unidade corporal explicitada anteriormente ao tratarmos do modelo ótico no Estádio do Espelho. O Ideal do eu é o que corta a relação especular e coloca o ideal como um horizonte. Por intermédio da lei ele cumpre uma “função simbólica que define o maior o menor grau de perfeição, de completude, de aproximação do imaginário” (p.165). Lacan está igualando imaginário à relação especular nesse seminário, por isso propõe que cabe ao Ideal do eu fazer uma disjunção entre objeto imaginário (Eu ideal) e objeto real (Eu real). Assim, trata-se de uma “formação simbólica, derivada de um processo identificatório, ele é responsável pela sustentação do eu como tal. Poderíamos dizer que, a um só golpe, constituem-se o ideal do eu e o eu.” (Balbi, 1998, p.9).

Ao olharmos o esquema ótico pelo viés da relação do Outro com o bebê, Lacan localiza i'(a) como a imagem suporte do desejo do Outro. Quando o Outro olha para o bebê e o localiza em sua vida e em suas experiências, gradativamente o *infans* é posicionado como objeto; ou seja, por mais que o bebê tenha um lugar de importância na vida de seus cuidadores, ele será circunscrito ao lugar de um objeto marcado pela finitude, que pode ser substituído, enfim, objeto que não tampona o desejo do Outro. Lacan (1962-63) afirma que “[a]o exigir ser reconhecido ali onde sou reconhecido, sou reconhecido apenas como objeto, seu objeto, e não consigo me suportar como objeto [...]” (p.33). A partir da experiência no espelho vai se revelando a posição de objeto variável que a criança tem para o Outro. O Eu ideal precisa deixar de ser um assombro e se distancia do Eu, por isso o golpe da castração no complexo edípico é fundamental.

Lacan (1957-58), no seminário sobre *As formações do Inconsciente*, apontará que é após a saída do Édipo e do recalque que o Ideal do eu surge a partir da

identificação. Porém, é um processo identificatório diferente da constituição do Eu que se refere à imagem, enquanto que para o Ideal do eu se trata da identificação com um significante. Durante o Édipo a criança busca satisfazer o desejo materno e está às voltas sobre ser ou não ser o falo. Nesse ponto, a criança se identifica de forma especular com o objeto de desejo para a mãe, o falo, ao passo que constitui seu Eu ideal. A formação das duas funções, Eu ideal e Ideal do eu, ocorrem em torno do significante fálico do desejo da mãe. O Eu ideal em um tempo de colagem com o falo materno é o que deixa as insígnias para a formação do Ideal do eu. O termo “insígnia” (Lacan, 1957-58) ganha uma robustez que carece de um delineamento. Apresenta-se como significante que não está na cadeia, mas marca o sujeito de tal modo que permanece como “[...] a pátria que o exilado carregaria na sola dos sapatos [...]” (p.301). Esse conjunto de insígnias possui um funcionamento de máscara que permite um movimento pendular entre o sujeito e o Outro para que ele próprio possa se constituir como desejante. Fazer com que o objeto consiga entrar nas identificações pela lógica do Ideal do eu é colocar o objeto na função de significante, em que ambos, sujeito e outro, tornam-se objetos de contagem, substituíveis.

Da encruzilhada no jogo fálico, resta o Ideal do eu “uma função mais tipificadora no desejo do sujeito” (p.302). Afinal, é correlato às identificações da assunção da posição sexual e é mais social por forçar uma passagem libidinal aos objetos externos em sua equação.

Nesse ponto surge novamente a marca da diferença (o sujeito não está no Eu ideal), de pura distintividade, como fundamental, nesse momento, para a saída da dualidade imaginária. Por isso, nesse ponto retomamos a incidência do traço unário como fundamental para que o sujeito reconheça a unidade corporal, para que esse corpo constitua um dentro e fora e um Eu/ não-Eu.

5.4 O traço unário e a retranscrição do ideal

Nas primeiras obras de Lacan (1949; 1953-54) o imaginário aparece como que reduzido, ou seja, parece que no seu registro só se leva em conta o fato de ele tamponar a falta e ser fonte de desconhecimento. Assim, em sua obra Lacan parece se centrar mais no registro do simbólico e do real. Porém, sustentar-se somente nos dois é insuficiente para a prática clínica, por isso o imaginário precisa ser revisitado, e Lacan o fará no Seminário XX (1972-73). O nó borromeano (Figura 2, retirada de Amigo, 2007, p.40) é utilizado para representar o enlaçamento fundamental dos três registros, em que as cordas se tecem, mas não se interpenetram, de modo que, se uma é cortada, as outras caem, não se sustentam. Importante ressaltar que os três registros possuem um furo irreduzível e que cada corda possui consistência e incidência nos outros registros.

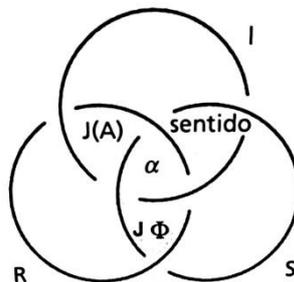


Figura 2- nó borromeano

Na conjunção entre imaginário e simbólico está o sentido, entre o real e o simbólico, o gozo fálico ($J \Phi$), e entre o real e o imaginário, o gozo do Outro ($J(A)$). A área que circunscribe o furo dos três registros é onde será posicionado o objeto a , revelando que a fantasia faz bordado nos três registros. Logo, para o sujeito se situar no vazio da fantasia, é preciso que esteja emoldurado no furo dos três registros. As propostas que circunscvem o nó borromeano será útil ao longo deste trabalho, mas,

por ora, vamos tratar do furo imaginário, pois é a partir dele que poderemos articular a relação entre imagem e unicidade.

Vamos começar relembando que no esquema ótico (Figura 1) o corpo real aparece em um lugar inacessível à percepção. Inscreve-se a imagem real $i(a)$ e a imagem virtual $i'(a)$. A última aparece no espelho plano que representa o Outro e se trata do Eu ideal. Assim, para o sujeito não se ver esfacelar no campo imaginário especular é preciso levar sempre o vaso e a flor articulados de um modo muito específico, pois só assim ele aparece no espelho plano. O sujeito precisa de organizar de uma maneira para conseguir uma sustentação de Eu ideal.

É preciso que haja ainda uma nova ação psíquica nessa etapa de alienação imaginária: a inscrição da unicidade como operador de separação (Amigo, 2007). Para que o Eu ideal vá além da specularidade, é preciso que o traço unário perfure a imagem e permita uma reversão libidinal para o Eu. Trata-se de uma retranscrição, realizada com as coordenadas do traço unário, em $i'(a)$, em que o Eu ideal se enquadra como objeto de gozo e sofre um velamento. Esse momento é sincrônico à formação do Ideal do eu. A criança percebe que ela não se encaixa completamente na imagem de si devolvida pelo Outro.

O termo retranscrição ou rearranjo foi retirado da Carta 52 de Freud à Fliess (1896a). Nesse texto, Freud sustenta que o aparelho psíquico é formado por estratificações, pois ao longo do tempo os traços de memória sofreriam rearranjos, dadas as circunstâncias, promovendo uma retranscrição desses traços de memória. Assim, a memória não possuiria uma única dimensão, mas uma diversidade de desdobramentos em tempos diversos. Utilizamos o termo retranscrição para sublinhar que implica em uma nova forma de se apropriar de algo, no caso, de uma função que é a

do Eu ideal. Esse rearranjo é possibilitado pela função do Ideal do eu por meio das coordenadas do traço unário.

Portanto, existem duas dimensões da alienação primordial no Estádio do Espelho. A dimensão imaginária, que coloca a imagem do corpo próprio, depende da imagem do Outro. A segunda dimensão, a da identificação ao traço, é a que torna o imaginário não-absoluto. Nessa oscilação entre Eu e Eu ideal, a intervenção do significante se mostra eficaz para mudar o sujeito de paradigma ao instalar o Ideal do eu. No transcorrer da trama edípica há a identificação com um traço no lugar onde o sujeito pode se ver como amado ou não, ou seja, é da ordem do puro significante que representa o sujeito em seu traço: “O ideal do eu, constituído de traços unários, é uma introjeção simbólica que determina e sustenta a projeção imaginária sobre o Eu ideal, porque ela a transcende.” (Julien, 1993, p.139).

O aparecimento do traço faz uma ferida narcísica. A saída do campo do gozo fálico e a entrada na linguagem depende de viver um objeto como passível de ser perdido. Assim, o gozo pode entrar em uma rede de contagem dado pela inscrição do traço unário. É preciso um corte para que o Eu ideal seja incorporado para além de sua especularidade. Amigo (2007) propõe que esse corte na imagem faz o furo no imaginário, o que faz surgir falo imaginário, o $-\phi$, que é o canal pelo qual a libido pode sair do espelho e voltar para o Eu real. O falo imaginário pode ser compreendido nesse ponto como um lugar que contém o(s) objeto(s) que falta(m) ao Outro.

A retranscrição de Eu ideal para Ideal do eu tem o traço unário como suporte. É assim, aponta Julien (1993), que a imagem mostra sua eficácia, como suporte e não como todo, no Estádio do Espelho. O real do corpo depende do elemento da contagem do um do traço unário. O que se inscreve pouco importa, o que importa é a contagem, logo, o que está em jogo é imaginarizar o buraco e representar a borda. É o traço unário

que irá montar uma estrutura de borda no espelho, que é operante, na medida em que pode abrigar o objeto *a*, como veremos adiante. A identificação ao traço assinala a falta e faz um corte na imagem do eu, circunscrevendo o Eu como faltoso. Ao laçar significante e ideal é dado o caminho de saída do narcisismo, ao passo que norteia o Eu para a construção de sua unicidade no laço social.

5.5 Falo imaginário e constituição do objeto *a*

Na relação inaugural com o Outro surge a função da imagem especular, que é um tempo fundamental da relação imaginária e da unificação corporal do bebê, porém esta imagem não circunscreve a totalidade do investimento libidinal do Outro. Da imagem ideal vai se descolando um resto que aparece sob a forma do falo (-φ). Trata-se de uma reserva imaginariamente imperceptível, embora ligada ao corpo por meio das zonas erógenas, é o caminho possível para entrar em jogo a satisfação do desejo. O falo é sustentado por um outro resíduo, também não especular, que é o objeto *a*.

Já apontamos que a imagem autenticada pelo Outro é falaciosa na medida em que: o corpo não é puramente imaginário, como as transformações da puberdade nos mostra; é uma antecipação do controle motor na criança; e, especialmente, por ser faltosa no jogo do desejo. Essa ausência é o que possibilita a aparição do falo imaginário sistematizada por uma presença que está em outro lugar, o objeto *a*.

A infância e seu atravessamento pelas zonas erógenas são correlatas a um caminho para abordar o que é esse objeto, esse falo, essa coisa que pode ser acoplada a ou fazer parte da imagem e satisfazer o Outro. O falo não é passível de ser projetado no nível da imagem especular porque está investido no próprio corpo em um funcionamento autoerótico. Essa reserva libidinal fica como um alimento que serve para

“animar, eventualmente, o que intervirá como instrumento na relação com o outro”

(Lacan, 1962-63, p.55).

O investimento do Outro não dirigido à criança constrói um buraco, um lugar de ausência que será ao longo da constituição enganado pelo falo. A inscrição dessa ausência no real ocorre em um nível corporal, pois tudo o que se perde na relação inicial deve ser concebido como um pedaço do corpo. O jogo de tapeação proposto pelo falo surge como uma nova camada, que é “delimitado por algo que é materializado na imagem – uma borda, uma abertura, uma hiância –, onde a constituição da imagem especular mostra seu limite [...]” (Lacan, 1962-63, p.121). Tal falta no real, em verdade, qualquer falta no real, só pode ser apreendida pelo simbólico, afinal é algo que deveria estar, mas não está e pode ser – de forma capenga – substituído. Enfim, a saída da posição ideal é o que permite a construção das zonas erógenas direcionadas pelas demandas do Outro.

As demandas do Outro serão recobertas com o falo, que será produzido ou dado e descartado na medida em que não funciona como objeto de completa satisfação. O *infans* é objeto de desejo do Outro enquanto corpo e é no nível da experiência corporal que se produz o objeto *a* como objeto perdido das experiências de separação, de corte. Assim, a castração se inscreve a partir da impossibilidade de o falo cumprir a função de esgotar o desejo.

Vejamos de forma mais detalhada como as zonas erógenas participam da queda do objeto *a*. Ao perceber que é um objeto separado do Outro e que ele investe libidinalmente em outros campos, o sujeito, se toma como aquilo que falta ao Outro. Assim, o *infans* é um sujeito não barrado e portador do objeto *a*. Em um segundo tempo, a dependência do Outro maternal promove uma disjunção entre desejo do Outro e possibilidade de tamponamento do *infans*, provocando um deslocamento entre o

sujeito e o objeto *a*. A disjunção ocorre no âmbito corporal. Tomemos o estágio oral como metáfora: se no primeiro tempo a boca estava completa e tapada pelo mamilo, o objeto mamilo cai no segundo tempo, cortando a zona erógena bucal. Afinal, “[...] o mamilo fazia parte do mundo interno do sujeito, e não do corpo da mãe.” (Lacan, 1962-63 p.317).

Em seguida, no estágio anal há uma demanda educativa sobre reter ou soltar as fezes. O excremento é um elemento que faz parte do corpo a ponto de ser capaz de ser retido e depois se perde emoldurado por uma experiência de satisfação. O excremento mantém uma relação íntima com o falo. Na etapa oral há uma confusão entre objeto *a* e o outro materno, que será transformada na etapa anal, pois o reconhecimento de um objeto (fezes) é possível. Assim, esses objetos que caem circunscrevem um objeto fálico que é possível de ser arrancado do corpo e ofertado ao Outro para satisfazê-lo. A etapa fálica é que vai mostrar claramente que o falo não é um objeto imaginário, perpassado pelo complexo edípico e de castração.

Esses objetos que cavam buracos no corpo, desenham as zonas erógenas e caem, circunscrevem o que é da ordem do objeto *a*. O objeto *a* é o representante da falta que é impossível de ser suprida pelo simbólico. Essa busca fálica acaba por circunscrever o objeto *a*, que é o que está no nível do que o Outro deseja. A construção das possíveis imagens e posições desse objeto *a* é o que está em jogo na fantasia, como veremos adiante. A notação *a* é como um “fio destinado a nos permitir reconhecer a identidade do objeto nas diversas incidências em que ele nos aparece” (Lacan, 1962-63, p.98). Usar o termo objeto tem um sentido metafórico para posicionar na relação sujeito-objeto, como tanto usamos em psicanálise, assim, é objeto no sentido que se constrói na relação com o Outro.

Lacan (1964) ao tratar da pulsão tangencia o objeto *a*. Ele relembra que Freud nos revela que a pulsão é impossível de ser satisfeita, o que não significa que a pulsão não apreenda um ou vários objetos, mas que não é assim que a satisfação ocorre. O objeto é indiferente, melhor, é variável. A pulsão, em termos de objeto capaz de satisfação, somente o contorna. Como faz a boca no estágio oral, que é uma borda que perde seu objeto e só é capaz de contorná-lo e não mais capturá-lo. O alvo da pulsão “não é outra coisa senão esse retorno em circuito” (p.170), assim, o que a pulsão constrói é um cavo ocupável pelo objeto representado pelo *a*. De modo que “[o] objeto *a* não minúsculo não é a origem da pulsão oral. Ele não é introduzido a título de alimento primitivo, é introduzido pelo fato de que nenhum alimento jamais satisfará a pulsão oral, senão contornando-se o objeto eternamente faltante.” (p.170).

5.6 Do espelho à fantasia

Em nossa sociedade a adolescência é uma fase crucial na estruturação do desejo, por isso, suscita inevitavelmente a angústia. O extrato abaixo citado de Lacan (1962-63) nos ajuda a refletir sobre a angústia na adolescência:

Mesmo na experiência do espelho, pode surgir um momento em que a imagem que acreditamos estar contida nele se modifique. Quando essa imagem especular que temos diante de nós que é nossa altura, nosso rosto, nosso par de olhos, deixa a dimensão de nosso próprio olhar, o valor da imagem começa a se modificar – sobretudo quando há um momento em que o olhar que aparece no espelho começa a não mais olhar para nós mesmo. *Initium*, aura, aurora de um sentimento de estranheza que é a porta aberta para a angústia. (p.100).

Nesse trecho, Lacan está tratando do aparecimento do estranho, do duplo, na imagem especular que permite articular a função de *a*. Aquilo que o Outro olha que está além de mim, que não tem representação e que o sujeito não sabe o que é, só sabe que chama o olhar do Outro. Gostaríamos de pensar esse trecho no tempo da adolescência, pois as transformações não ocorrem somente pelo desvio no olhar do Outro, mas a imagem especular é abalada pelo real pubertário, que causa uma estranheza e reposiciona o sujeito como aquele que agora escolherá os objetos. Nesse sentido, não é somente o olhar que vem e aponta a sexualização do corpo adolescente, mas o empuxo que é feito para o adolescente se posicionar como sujeito desejante. Agora é o olhar dele que vai imprimir no outro o objeto de seu desejo, fazendo com que aquilo que é da ordem do *a* apareça em sua radicalidade de duas formas: na apreensão do desejo do Outro como faltoso e variável e no fato de o adolescente ser um sujeito barrado e desejante. A caneta que desenha a rota autoerótica de circunscrição do falo perde a tinta.

Como vimos, são vários elementos para que o pequeno pedaço de carne adquira o sentimento de unidade corporal. Além da experiência proprioceptiva é preciso que o corpo seja percebido como Um no exterior, no espelho. Apesar de não ser real a imagem é fundadora de uma forma de identidade. Porém, é preciso dar outro passo: diferenciar a imagem do espelho do real e a retranscrição realizada com as coordenadas do traço unário dos ideais é fundamental.

Amigo (2007) propõe que quando o sujeito não consegue lançar mão do furo no imaginário, uma forma de diferenciar real de imaginário nesse caso é pela passagem do corpo próprio, pois a única coisa que garante simultaneamente a figurabilidade em uma imagem é a sensação real. A relação entre real e imago só pode ser bem articulada quando o real for advertido como o que falta ao imaginário, pois o real é o que escapa à alienação na imagem determinada pelo Outro. A relação entre imagem e real parece

fornecer um terreno fértil para a discussão sobre as escarificações. Se o sujeito não consegue se agarrar aos ganchos disponíveis para sair desse tensionamento, um recurso possível é o de explorar as sensações corporais para garantir um descolamento da imagem que é alienante.

Alienado ao Outro o pequeno *infans* começará a se questionar sobre o que ele demanda, o que ele realmente quer. Algo falta ao Outro, afinal a relação com o bebê não basta, e o pequeno *infans* se coloca como esse objeto que irá completá-lo. Esbarrar no desejo do Outro é estruturante, mas sem dúvida, é o que coloca o sujeito em estado de desamparo. A falta estrutural no Outro começa a aparecer, falta que está também na linguagem, ou seja, nem tudo é significável. Os questionamentos sobre a demanda do Outro começam a entrar como interrogação para o sujeito.

Então, formula-se a questão-chave: *Che voi?*, o que o Outro quer de mim? É quando todas as demandas são esgotadas, no sentido de que respondê-las não leva à relação de complementariedade entre bebê e Outro. O que faz aparecer no fundo a relação com a castração (Lacan, 1962-1963). O desejo do Outro, então, não tem objeto possível e por isso, o sujeito irá buscar telas ou estratégias para se proteger ou encobrir o desejo do Outro: fantasia, Eu ideal, Ideal do eu.

O Ideal do eu é a saída mais longe do próprio desejo. Sua estratégia é destacar um significante ou traço do Outro e alienar-se, atribuindo a ele um grande poder. No Eu ideal o sujeito fica fascinado pelo ideal de completude e, para não ter que ofertar uma resposta sobre a falta no Outro, prende-se à imagem especular. Sua existência é garantida por uma imagem que fica capturada. É nesse âmbito dos ideais, em sua referência à identificação, que queremos trabalhar as escarificações, pois o sujeito que se escarifica parece saber a falácia dessa imagem, dessa identificação, mas não consegue recorrer a outra coisa.

A fantasia é a saída constituída a partir da operação de separação, em que o sujeito se identifica com o objeto que julga faltar no Outro. É a relação do sujeito dividido com o objeto. No Seminário X Lacan (1962-63) afirma que o conceito de objeto *a* em sua faceta real irá mostrar sua incidência no matema da fantasia. A fantasia enquanto um lugar, como estrutura significante, busca responder a pergunta sobre o desejo do Outro (Que queres de mim?). Porém, não há estrutura significante que responda, não existe significante que responda à falta do Outro, e o desejo do Outro permanece como enigma. Por outro lado, sustenta a condição desejante do sujeito e instaura o objeto *a* como causa de desejo. É frente a essa ausência, a faceta real do objeto, que o sujeito irá produzir respostas e se localizar no mundo através do enquadre da fantasia. O enigma tem como resposta um impossível de se saber, então, em certo sentido, a fantasia oferece uma forma de apagar o enigma pela forma de uma resposta (Seganfredo, 2007). A relação com a angústia fica mais evidente: no lugar de enfrentar um enigma, o sujeito prefere se fazer objeto que atenda à demanda do Outro; e com isso não deixa surgir a angústia.

Capítulo VI: Fantasia: uma tela para o real

A fantasia é um caminho privilegiado para que o sujeito se separe do Outro e construa sua posição no mundo como desejante, mesmo que portando as saídas do gozo fálico. Este capítulo é dedicado a esta saída de separação por meio das proposições de Freud e de Lacan.

Começaremos explorando os textos de Freud desde a teoria da sedução para apontar que já havia aí o gérmen da realidade psíquica. Posteriormente, o conceito de realidade psíquica é elevado à centralidade na Psicanálise com a concepção de fantasia e é de extrema importância nesta pesquisa por sustentar a ideia de “cena” tal qual será abordada no caso clínico.

Em seguida, posicionaremos a fantasia como estrutura pelo complexo edípico para apontarmos sua articulação com as saídas frente à castração. Essa reflexão é importante, pois no caso clínico iremos analisar alguns eixos retirados da saída fóbica – função suplementar e de construção - como correlatos à escarificação e as fantasias que a sustentam.

6.1 O esboço de uma realidade psíquica pelos circuitos do *Projeto*

Para remontar a concepção de fantasia da obra de Freud é necessário ir além desse termo, pois, apesar de ser fundamental para a compreensão dos sintomas, a sua conceituação é encontrada em outros termos, como realidade psíquica e devaneio. Se começarmos as pesquisas antes da criação da Psicanálise, nos estudos iniciais de Freud com a histeria, percebemos a não inclusão do campo da fantasia com a proposta da teoria da sedução.

Ao se deparar com o sofrimento histérico, Freud (1896) utiliza a hipnose como recurso terapêutico e consegue desenterrar da memória inconsciente uma cena sexual infantil, que estaria na origem do sintoma. Tal cena correspondia sempre à mesma estrutura: durante a infância houve uma excitação real dos órgãos genitais perpetrada por um adulto. Nesse momento, a cena de sedução é tomada como realidade factual. O sujeito histérico fora submetido ao desejo sexual de outro que traumatiza e forma um núcleo patogênico que fará parte da construção do sintoma.

Freud abandona essa teoria rapidamente pela incredulidade de ocorrência de tantos abusos sexuais infantis, mas, principalmente, por postular a sexualidade infantil e a proeminência da realidade psíquica. Em geral, há uma correlação entre teoria da sedução e realidade objetiva, bem como entre teoria da fantasia e realidade psíquica. Isso pode passar a falsa impressão de que o Freud pré psicanalítico é um pesquisador e clínico que aposta na hipótese de que a experiência psíquica não é determinante para o sintoma, por haver um abuso sexual objetivo, o que faz parecer que é somente com a proposta da fantasia que algo da realidade psíquica desponta.

Com o objetivo de propor que no bojo da teoria da sedução é possível circunscrever uma concepção esboçada de realidade psíquica, a análise desse capítulo irá começar com os textos do *Projeto* (Freud, 1895) e dos *Estudos sobre a histeria* (Freud, 1893-1895). Nesse sentido, buscamos contornar o movimento realizado por Freud na construção da realidade psíquica e mostrar que não há uma quebra tão radical quando ele formaliza a fantasia como importante para o estudo e tratamento do funcionamento humano.

Freud (1893-1895), frente ao enigma do sintoma conversivo histérico, encontram nas associações conscientes e inconscientes uma possível compreensão. As representações conscientes são aquelas que temos conhecimento e por um ato volitivo

podem se tornar ativas. Existem também uma gama de representações que são atuantes, mas estão abaixo do limiar da consciência.

No sintoma histérico percebe-se um afeto desproporcional frente ao ocorrido na história recente da paciente, como podemos ver no Caso Emma (1895) devido à impossibilidade de entrar em lojas após uma chacota ocorrida anteriormente no mesmo ambiente por parte dos vendedores. Tal reação afetiva é tida como exacerbada com relação ao ocorrido. O núcleo patogênico não está na cena da puberdade, mas sim na cena infantil de abuso perpetrada por vendedores também em uma loja. Dois elementos são comuns às duas cenas e se prestam a um vínculo associativo: estar sozinha em uma loja e o riso de um homem na loja – do vendedor da cena pubertária e do proprietário da confeitaria da cena infantil. A lembrança infantil configura uma representação que fora reprimida e que na puberdade fora reativada por associação e evocara o afeto apropriado à cena infantil, mas encarnado na cena da puberdade.

A cena infantil constitui uma representação inadmissível à consciência. Porém, o seu “esquecimento” não conota sua passividade e constitui um campo de atividade psíquica representativa. Tais representações inconscientes revelam suas consequências, pois:

[...] influenciam a associação, tornando certas representações mais nítidas do que teriam sido caso não fossem assim reforçadas a partir do inconsciente. Dessa maneira, alguns grupos específicos de representações impõem-se constantemente ao paciente com certo grau de compulsão e ele é obrigado a pensar neles (Freud, 1893-1895, p.255).

O que está em jogo não é somente o fato infantil e o fato pubertário, mas a ligação lógica entre eles. O segundo provoca lembranças inconscientes, libertando as forças afetivas das representações infantis que não sofreram desgaste, por isso aparecem

como desproporcionais. Na teoria da sedução fica posto que o aparelho psíquico é regido por leis associativas que podem despertar representações irreconciliáveis. A histeria reflete uma alteração psíquica por meio das modificações no percurso e associações entre representações, inibindo a atividade e exacerbando ou aprisionando os sentimentos. A causação psíquica, lógica e não cronológica, deve ser encontrada no ato do inconsciente de representar. Há algo que se refere à - mas não propriamente a - realidade psíquica, pois o inconsciente representacional é ativo e produz, por meio de uma rede associativa, os sintomas, não dependendo exclusivamente da experiência real na infância, mas também do campo de representações peculiar de cada sujeito.

A sintomatologia histórica obedece a um mecanismo psíquico fundamentado na suposição de que o excedente de excitação é organizado de acordo com o trilhamento das representações, estas baseadas nas leis associativas. De modo que há uma relação constante e necessária entre o sintoma e o modo de reação do sistema nervoso.

Nesse ponto, vamos retomar alguns elementos do *Projeto* (1895) com o objetivo de avançar na discussão. Vimos que Freud busca compreender a organização do sintoma histórico pautado na lógica da teoria da sedução. Tal compreensão é atravessada pelo que chamaremos de um esboço de realidade psíquica, que pode ser apreendida pela noção de representação. Para analisar esse funcionamento psíquico é necessário buscar as vivências fundamentais: de satisfação e de dor, pois é a partir delas que as representações podem ser retomadas pela alucinação (vivência de satisfação) ou sofrer uma repressão (vivência de dor).

Lacan (1958-1959) comenta o texto do *Projeto* e ressalta que no processo primário um movimento regressivo está posto, ou seja, a saída encontrada frente à excitação é um investimento em uma *Vorstellung*, provocando uma satisfação alucinatória. A alucinação não se mantém pelo princípio de necessidade, pois esta só

pode ser satisfeita pelos processos secundários, aqueles em que há uma intervenção na realidade. Assim, o processo primário não busca um objeto, mas reencontrar um objeto por intermédio de uma *Vorstellung*, que corresponde a um trilhamento. O processo alucinatório tem valor temporal e funcional, e guarda sua importância pela inscrição de um circuito: o do desejo. No mesmo seminário, Lacan discute sobre a construção da realidade: “ No fim das contas, a realidade humana se constrói, segundo Freud, sobre um fundo alucinatório prévio, que é o universo do prazer em sua essência ilusória” (p.79).

Zanetti (2006) aposta que a falha em distinguir recordação de percepção seria o germen da concepção de realidade psíquica. Vejamos o argumento do autor: a atividade psíquica do desejo é eficaz na medida em que incide nos circuitos de representação que constituem a memória inconsciente. Tal processo associativo de memória se sustenta como realidade para o aparelho psíquico. A construção realizada no *Projeto* por Freud é essencial para dar consistência à teoria da sedução. Apesar do acento dado a uma realidade factual, não podemos esquecer que é o resto ativo marcado pela vivência que conta, pois o que traumatiza está na recordação e não na exterioridade (Laplanche, 1985).

Ao se deparar com um sintoma histérico, Freud propõe que as representações inconscientes são essenciais, e que para compreendê-las é preciso buscar a história do sujeito. Ao utilizar no *Projeto* o termo *Vorstellung* (e não *Representation*), traduzido por representação, Freud indica que não se trata de um correlato neural ou uma duplicata das impressões sensoriais. A representação é o resultado de contínuas criações e recriações do conhecimento sensorial de acordo com fundamentos associativos. A clínica de Freud leva à necessidade da formulação do conceito de inconsciente por meio

de um aparelho psíquico representacional, o que delimita um conceito próprio de realidade (nem psíquica, como será quando tratar de fantasia, nem puramente factual).

A vivência de dor revela que a defesa só incide sobre a experiência desprazerosa, de modo que a repressão não guarda correlação com o prazer ou com a satisfação (Gabbi, 2003). Na Carta 52 (de Freud à Fliess, 1896a) podemos encontrar um ponto de transição da teoria da sedução para a da fantasia, na medida em que aproxima a vivência infantil da perversão sexual. Freud defende que o aparelho psíquico é formado em um processo de estratificação, em que os traços de memória sofrem rearranjos devido às circunstâncias, numa espécie de retranscrição. No transcorrer da vida ocorrem traduções do material psíquico. Cada nova transcrição inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação. Porém, por vezes há uma falha na tradução, que caracteriza o recalçamento, dado que a tradução acarretaria desprazer. A importância nesse momento desse texto é que Freud afirma que não é somente o desprazer que indica uma inibição da tradução, mas o prazer também sofre um recalçamento e pode ser seguido por uma compulsão. Na histeria não é a sexualidade que é repudiada, mas a perversão, deixando zonas erógenas abandonadas, na infância é possível ter liberdade sexual em diversas partes do corpo. O ataque histérico seria uma forma de reprodução compulsiva de o prazer infantil, que possui uma relação não necessariamente ligada a um agente abusador, mas com o objeto de amor primário. A ausência de sexualidade infantil vai se tornando insustentável, assim como a teoria da sedução.

Assim, é no *Manuscrito M* (1897) que Freud diz ser impossível localizar uma cena originária, porque há uma distorção e fragmentação que falseia a lembrança. As combinações de uma variedade de fragmentos de diversas cenas constituem a fantasia e fornecem ao inconsciente uma estrutura de ficção. Freud (1925 [1924]) conclui que o abandono da teoria da sedução implicava que: “os sintomas neuróticos não estavam

diretamente relacionados com fatos reais, mas com fantasias impregnadas de desejos, e que, no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material” (p. 29).

A fantasia é o que faz a intermediação da repetição quando o sujeito está diante de um estado de angústia, na busca de um prazer relacionado à memória de satisfação, logo implicado na relação com um objeto infantil. A fantasia não é somente uma proteção, mas também sustenta um desejo (vivência de satisfação). Porém, quando aparece na consciência, causa estranhamento e repúdio.

O reposicionamento de Freud sobre a cena de sedução confessada pelo sujeito histérico, caracterizado pela incerteza da realidade abusiva factual e pela proposta da teoria do trauma, revela que o que está em jogo na histeria é a fantasia do abuso. Freud é lançado em uma nova seara: a do posicionamento subjetivo do sujeito frente à experiência. Podemos ver isso claramente no tratamento de Dora (1905a), em que Freud, ao ouvir suas queixas sobre ser usada como moeda de troca sexual entre o pai e o Senhor K, questiona-se e interpela Dora com a clássica pergunta: “Qual a sua responsabilidade sobre o sofrimento de que se queixa?”. A jovem parecia ativamente se colocar em situações de passividade sexual frente ao Senhor K. Ingenuamente era seduzida e forçada a ser objeto sexual. Essa posição possui uma clara correlação com a produção imaginária das histéricas de ter sido uma criança que, sem defesas, fora abusada por um adulto. Nesse ponto, cena traumática e posição subjetiva podem ser sobrepostas.

A cena traumática narrada pela paciente histérica é a ficção que oferta a estrutura de verdade. Toda realidade é ficcional e atravessada pela linguagem e pelo significante. Não há realidade que não seja psíquica, na medida em que a apreensão da realidade só ocorre pela tela da fantasia. A fantasia ordena a realidade, fazendo uma montagem do

simbólico e do imaginário. Então, serve de suporte ao desejo e ao acesso à realidade. Não há realidade que não seja sustentada pela fantasia. Porém, nem toda realidade é passível de ser enquadrada, restando algo, o real. A fantasia funciona como uma tela que ordena o real, de modo que possui uma função defensiva, encobrindo-o com sua lógica.

Desde o início, a fantasia desvela o sexual traumático, especialmente no que comporta aquilo que não se inscreve psiquicamente, que, diferentemente de realidade, é o real. No caso Dora, Lacan (1958) propõe que a jovem fabrica a realidade, construindo uma posição frente ao real da sexualidade por meio da fantasia.

6.2 Fantasia: uma estrutura de ficção que faz realidade

Mesmo abandonada à possibilidade da apreensão da realidade sem a estrutura da fantasia, a relação entre esses dois polos está longe de ser esquecida na obra de Freud. Afinal, se a fantasia inunda a experiência, qual a relação desta com a realidade? A fantasia é uma reserva consequente do processo civilizatório, responsável por frear a aparição de ideias desprazerosas na consciência, de forma que a fantasia se constitui como uma forma de afastamento da realidade, mas não a rejeita completamente, em verdade, até ajuda o sujeito a suportá-la melhor.

Freud (1907 [1906]) se propõe a analisar o texto *Gradiva*, do autor Jensen, por meio da produção de delírios/fantasias e sonhos por parte do herói da história (o arqueólogo Norbert Hanold). Trata-se de um arqueólogo que se interessa por uma escultura que representava uma jovem adulta que fora surpreendida ao caminhar, chamando-a de Gradiva (“a jovem que avança”). As possibilidades de explicação para esse caminhar permeiam os devaneios de Hanold, bem como adentram seus sonhos.

Neste momento, focaremos nas elaborações freudianas para explicar, a partir da produção de um escritor criativo, a solução de compromisso contida na experiência de um delírio. Ao passear pelas ruas, o arqueólogo vê uma mulher que seria, de forma inequívoca, Gradiva. O leitor fica envolvido nas questões que cercam essa miragem: poderia ser imaginação, o retorno de um fantasma, delírio do personagem ou um recurso literário do autor. A história confirma a existência de tal mulher, chamada Zoe, mas a fala dela é sempre ambígua, endossando a confusão entre a existência de um delírio ou não.

Freud não realiza, nesse texto, qualquer separação conceitual entre delírio e fantasia, alternando o uso de ambos ao longo de sua escrita e usando inclusive a expressão “fantasia delirante”. Com a possibilidade de ter um relacionamento amoroso com a mulher que encontra nas ruas, Hanold liberta-se de um comportamento antissocial e inicia seus investimentos. Zoe revela em uma conversa que é vizinha de Hanold desde a infância e que desenvolveram uma íntima amizade àquela época. Porém, ao adentrar na juventude, o rapaz interessou-se completamente pela arqueologia, desligando-se totalmente dessa vizinha. Em verdade, quando a relação de amizade se tornaria paixão, Hanold recalcou a ideia de Zoe, esquecendo-a completamente, e seu amor direcionou-se unicamente para “mulheres de bronze e de mármore” (p.39). A escultura desperta a impressão infantil que permanecera inconsciente. As ideias só são reprimidas porque estão associadas à liberação de sentimentos que devem ser evitados, como podemos ver nesse trecho:

[...] Assim, os sentimentos eróticos de Norbert Hanold é que haviam sido reprimidos, e como o seu erotismo não tinha e não tivera na infância outro objeto a não ser Zoe Bertgang, suas lembranças dela foram esquecidas. [...] O que nele então se desenvolveu

foi uma luta entre o poder do erotismo e o poder das forças que o reprimiam, luta esta que se manifestava como delírio. (Freud, 1907 [1906], p.51).

O questionamento do arqueólogo sobre a existência de uma escultura é uma solução de compromisso, na medida em que ele se apaixona por Zoe, mas só consegue sentir isso quando ela aparece como Gradiva. A fantasia aparece como um caminho para colocar em prática o próprio desejo. Porém, esse roteiro abala a relação dele com a realidade.

Freud (1908 [1907]), em *Escritores criativos e devaneios*, faz uma importante contribuição ao estudo da fantasia ao se questionar sobre como os escritores possuem tanta criatividade sem perder o contato com a realidade. O afastamento da realidade não é em si patológico ou exclusivo da psicose, afinal, a criança faz o uso criativo do mundo externo sabendo que não se trata da realidade. Com o passar do tempo, o brincar perde sua força na vida de um sujeito e a fantasia toma seu lugar.

Se, por um lado, brincar e fantasiar se unem pelo afastamento da realidade e pelo prazer; por outro lado, o que os diferencia é o desejo do adulto de escondê-las dos outros, por sentir vergonha deles e, por vezes, pela incapacidade de fazer uma distinção entre fantasia e realidade.

Ao tratar do ato de encobrimento das fantasias, Freud utiliza o termo devaneio, como um pensamento criativo frente à realidade insatisfatória. O desejo insatisfeito gera uma produção imaginária que corrige a realidade falha. Essa produção possui uma relação com o infantil: algo do presente, que frustra o sujeito, fisga uma lembrança infantil no qual o desejo foi realizado, emoldurando uma criação do futuro em que a realização acontece. Assim, a fantasia aparece como uma construção inconsciente que oferta a base dos devaneios dos adultos. A fantasia consciente, o devaneio, tem a mesma função da fantasia inconsciente, satisfazer um desejo insatisfeito (Jorge, 2010).

O afastamento da realidade como resultado e proposta da neurose é amplamente discutido por Freud (1911) no texto *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. Logo após o nascimento, as experiências do bebê são dominadas pelo processo primário e pelo princípio do prazer. Porém, com o passar do tempo e o contato com o mundo, o bebê se depara com exigências da realidade que demarcam o princípio de realidade e que exigem várias adaptações do aparelho psíquico. O desenvolvimento de algumas funções ocorre exatamente dessa necessidade de produzir algo por meio da realidade ou de se servir dela para obter prazer, como atenção, memória, pensamento e o controle motor. Para a regulação desses dois princípios mentais – de prazer e de realidade – existe um eixo econômico, ou seja, a necessidade de poupar energia na busca pelo prazer.

A fantasia consciente é um recurso de obtenção de prazer frente à realidade intolerável, pois é uma atividade do pensamento subordinada unicamente ao prazer, especialmente pelo abandono da necessidade de objetos reais. Sustentadas pela fantasia, as pulsões sexuais se afastam da realidade, e, sem se preocupar com a escolha objetal, mantêm um funcionamento auto-erótico.

A fantasia possui implicações que vão além do devaneio. É caracterizada também, em seu aspecto inconsciente, como um núcleo patogênico. Sobre as fantasias históricas, Freud (1908) afirma que esta é idêntica àquelas que serviam para obter prazer durante a masturbação infantil. Durante o autoerotismo havia uma fantasia que sustentava a masturbação, e o abandono dessa fase acarreta o recalque da fantasia que se torna inconsciente. Se o sujeito não encontra outras formas de satisfação, ele precisa sublimar ou irá produzir um sintoma.

Em 1924, Freud retrata a relação da neurose com a realidade: “toda neurose perturba de algum modo a relação do doente com a realidade, que é um meio para ele

retirar-se desta, e, em suas formas graves, significa diretamente uma fuga da vida real” (p.215). O fato de recalcar uma parte do Isso não é o que configura a neurose, mas a compensação da parte prejudicada pela fantasia que incorre no afrouxamento da relação com a realidade. A realidade é evitada por meio da fantasia, como um mecanismo de fuga, impedindo um encontro com ela.

Freud abre espaço para o estudo da fantasia como efeito de uma insatisfação com a realidade que provoca uma perturbação na percepção, ou seja, a fantasia funciona como um filtro à realidade. Para substituir a perda na realidade, o neurótico “retira material para suas novas construções de desejo, achando-o geralmente pelo caminho da regressão a um passado real mais satisfatório” (Freud, 1924, p.220). A fantasia afasta e protege o sujeito da realidade, mas contra o que ele carece de proteção, o que precisa ser evitado?

Freud (1908b), em *Sobre as teorias sexuais infantis*, remete a construção da fantasia ao infantil e aponta o que se evita. As crianças elaboram teorias sobre o surgimento dos bebês e seu estudo guarda importância por possuir influência nos sintomas. As teorias podem ser comparadas ao conceito de fantasia, por esta possuir um representante consciente como o devaneio, embora tenha uma origem no inconsciente que visa à realização de um desejo ou uma defesa. As teorias sexuais infantis vêm a ofertar uma resposta aos conflitos psíquicos, levando à repressão e constituindo o complexo nuclear das neuroses. Especialmente na fase fálica, as crianças, se questionam sobre sua origem e como nascem os bebês.

As teorias formuladas são as articulações realizadas pela criança para responder a tais questões. Porém, na produção dessas respostas há um “denominador comum”, o de que todas as teorias “são simétricas e idênticas quanto à anatomia e à fisiologia da cópula, ou seja, não há nenhum indício de distinção entre um sexo e outro” (Kuznetzoff,

1998, p.56). Por exemplo, para encobrir uma percepção, a barriga da mãe crescendo, o sujeito devaneia sobre a entrega dos bebês feita pela cegonha; a fecundação é fruto de uma prática sexual anal ou do fato dos dois se olharem nus. Todas as respostas aplacam o conflito psíquico da diferença sexual. Outro ponto interessante é que o pênis é o órgão generalizado, ou seja, todos um dia já tiveram ou vão ter. De forma que, evitar o saber sobre a vagina é o que baliza a fantasia do neurótico. As fantasias servem para se esquivarem da castração do outro e do feminino.

Lacan (1957-1958) propõe a fantasia como uma forma de lembrança encobridora em que o sujeito detém o fluxo da memória. Compara com o mecanismo do fetiche em que, para se proteger da castração materna, ou seja, para não perceber a falta do falo, a criança recobre-a com uma lembrança, com uma fantasia. A castração é estruturante do ponto de vista da constituição subjetiva, por isso abordaremos posteriormente nesse capítulo esse tema e o do Complexo de Édipo.

Provavelmente o texto freudiano mais emblemático quando tratamos de fantasia é o *Batem numa criança* (1919), em que analisa a fantasia que envolve várias encenações a partir da estrutura básica de que “batem em uma criança” que aparece no discurso de alguns pacientes. Freud se propõe a questionar sobre o autor e a vítima do espancamento, mas o paciente pouco sabe relatar. Então, busca entender o circuito dessa fantasia de surra, percebendo que ela se transforma em seu desenvolvimento ao modificar seu objeto, conteúdo, significação e a relação com o paciente. A partir das reviravoltas das cenas, nomearam-se três fases.

A primeira fase é consciente e pertence a um período remoto da infância, e a vítima e o autor nunca são o próprio sujeito. A primeira aparece representada por uma criança, por vezes, um irmão, enquanto o autor é sempre um adulto, que pode ser

reconhecido como o pai. A frase que melhor representa esta fase é: “Meu pai bate em uma criança que odeio” (p.302).

A fase ocorre em um período primitivo da infância, em que ser espancado é uma privação de amor, ao mesmo tempo em que desenha o lugar – de quem olha o espancamento, mas não o sofre – de amor incestuoso. Os impulsos infantis são dominados pela linguagem do amor e não expressam conotação sexual clara (Jorge, 2010). Na medida em que o pai não ama esse outro, somente ao próprio sujeito, a fantasia mostra seu caráter incestuoso e, exatamente por isso, a consciência de culpa força a repressão dessa cena.

Na segunda fase, necessariamente inconsciente e obtida por meio de construções em análise, o autor continua o mesmo, mas a criança espancada é o próprio paciente. Resumida na seguinte frase: “Não, ele não ama você, pois bate em você” (Freud, 1919, p.307). A fantasia é inconsciente por conta do sentimento de culpa causado pelo alto grau de prazer do amor sexual.

Na terceira fase, também consciente, o espancador é representado por um adulto qualquer e o paciente já não aparece mais na cena, sendo substituído por um grupo de crianças. Essa fantasia provoca excitação sexual e permite a satisfação masturbatória por ser composta por sujeitos indeterminados.

A fantasia é uma forma de se ligar e se desligar do pai; o sujeito se liga pelas representações diretas de amor, na medida em que odeia a outra criança; e se desliga na medida em que substitui por outras figuras de autoridade e é barrada pelo sentimento de culpa. A fantasia inconsciente é a mais importante, pois é a que propõe as estruturas básicas. Esses circuitos são construídos em análise por meio do discurso do analisante e se revelam centrais na forma como o sujeito, ao mesmo tempo, se afasta e se aproxima da autoridade parental. A proposta de Lacan toma a fantasia como um elemento central

na constituição subjetiva e será explorada como um articulador do desejo e um suporte para as formas de gozar, a partir da saída edípica.

6.3 Fantasia: uma articulação do desejo

É pela esteira de que o sujeito é capturado e constituído na cadeia significante que Lacan (1958-1959) irá apresentar que o desejo é o suporte da fantasia. O grafo do desejo (Figura 3) será o modelo para avançarmos na análise desse tema, pois a sua disposição mostra a relação íntima entre a estrutura do significante no tangenciamento entre fantasia e desejo. Lacan propõe o estudo do grafo por meio da divisão em dois andares: o primeiro que vai de S até $I(A)$ passando pelo eixo $A \rightarrow s(A)$; o segundo representado pelo eixo $S \diamond D \rightarrow S(A)$. No meio desses dois patamares existe a relação d (desejo) $\rightarrow S \diamond a$ (fórmula da fantasia).

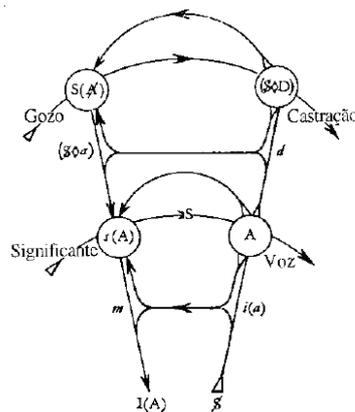


Figura3-O grafo do desejo

Iniciar o estudo da fantasia pela estrutura do significante guarda sua importância pela: característica do significante de duplicidade interna, de enunciado e processo de

enunciação; e pela sua propriedade mais radical que está no fato de ele ser passível de ser apagado e subsistir justamente nessa operação.

Podemos partir de algumas propostas do *Projeto* (1895) freudiano para compreender a leitura de Lacan. A necessidade, por exemplo a fome, acarreta uma eclosão motora percebida e nomeada como choro. Nesse momento, o Outro irá qualificar explosão e transformá-la em um apelo. De forma inescapável, o bebê é capturado pela linguagem sem o saber, pois seu choro se transforma em comunicação, em demanda. Os cuidados ofertados pelo Outro, investidos na função materna, possuem uma cadência de aparecimento e desaparecimento que o investem de poder. No grafo o significado do Outro aparece na notação $s(A)$, ou seja, aquele que porta os significantes que irão nomear as demandas. Ser caracterizado como o tesouro dos significantes acaba por endossar a posição de onipotência do Outro. Esse é o núcleo da identificação primária (notação no grafo $I(A)$), na medida em que o Outro não oferta somente o leite, mas também o selo que oficializa a articulação significante por meio de sua ação simbólica. É nesse ponto que Lacan localiza o que Freud chama de vivência de satisfação, ou seja, a primeira realização de um ideal marcada pela primeira chancela de sua relação com o Outro.

O andar inferior do grafo é o contexto da demanda, ou seja, de um sujeito da necessidade que se exprime por intermédio da demanda. Trata-se de um sujeito que ainda não se tornou falante. É aquele de quem se fala. Sujeito correlato ao objeto e contornado pelo idealismo, ou seja, ele próprio é um sujeito ideal. Porém, quando se exprime por meio da demanda, o significante impõe suas condições a esse sujeito da necessidade. O andar inferior trata do nível sincrônico da simultaneidade dos significantes, ou seja, da construção de um código discursivo no qual se produz uma mensagem. Momento da “apreensão inocente da forma linguageira por parte do sujeito”

(Lacan, 1958-1959, p.23). A criança que provavelmente não sabe produzir um discurso já alcança que algo vai além da linguagem. Nessa experiência algo diferente perfila: a apreensão do Outro como aquele que pode dar as respostas às necessidades/demandas do sujeito, de modo que é preciso apelar ao Outro a presença dele.

É nesse ponto que chegamos ao segundo patamar do grafo (Figura 4) com a pergunta dirigida ao Outro: *Che Vuoi? O que queres de mim?*. Para manter a presença do Outro – que vem sendo intercalada com suas ausências – o sujeito se põe a compreender o que ele deseja. Assim, o primeiro encontro do sujeito com o desejo é precisamente com o desejo do Outro. Deparar-se com a experiência de que há desejo no Outro é ir além da articulação linguageira, pois há a assimilação de que o Outro é quem seleciona o significante que estará na presença e na ausência da fala.

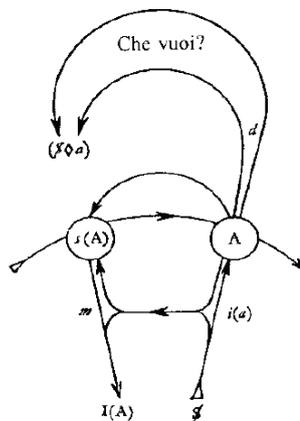


Figura 4- O que queres de mim?

6.4 Édipo e suas saídas

O complexo edípico é estruturante na operação da fantasia. Vamos abordá-lo pelo viés do falo. Anteriormente abordamos que o desejo cruza a linha do significante e encontra o Outro (sede do código, tesouro do significante). É por encontrar o Outro que

há uma refração do desejo pelo significante, que produz uma mudança essencial: toda satisfação possível do desejo depende do sistema significante.

Vamos dar um passo adiante e afirmar que a relação dialética entre sujeito e significante está ordenada pelo falo. A relação entre sujeito e objeto faz se esboçar o falo, que aparece de relance como um significante que ordena essa relação. Sua aparição tem por consequência o desaparecimento do sujeito na medida em que não é ele, mas o falo, que pode ser uma diversidade de significantes que se desloca, que constitui objeto de desejo do Outro. É nesse sentido que o sujeito desaparece, para dar lugar ao falo. Apesar de o falo fazer o sujeito desaparecer enquanto único objeto de satisfação materna, esse deslocamento é fundamental, pois é o modo de manter o delicado desejo equilibrado, pois impede a satisfação e conserva o objeto de desejo.

O falo é central no drama edipiano e na castração. Concebido como um elemento significante que cumpre a função de mediatizar a relação da criança com a função materna, o jogo fálico agencia uma operação simbólica que irá encontrar sua resolução na metáfora paterna. No Complexo de Édipo o falo é compreendido como o significante primeiro do desejo. Ao se questionar sobre a localização do falo no desejo dos três elementos da triangulação edipiana, a criança é sugada pela dialética do “ser” ou do “ter” o falo.

O Complexo de Édipo é um caminho importante na construção dessas posições. Percorreremos o caminho de Lacan (1957-1958) no ponto em que divide o Édipo em três tempos. O primeiro tempo é do da identificação especular com o objeto de desejo materno, por isso trata-se de uma etapa fálica primitiva. O cuidado ofertado pela função materna é marcado por idas e vindas, aparecimentos e desaparecimentos. A mãe é o que vai e vem, e o pequeno se questiona o significado disso. Tal questionamento porta uma simbolização primordial entre a mãe e a criança, pois envolve uma subjetivação que

propõe a instauração da mãe como um ser primordial que pode estar ou não. Assim, esse processo de simbolização é essencial e faz aparecer uma outra dimensão: a de que a mãe pode desejar algo diferente. Lacan afirma que: “[h]á nela o desejo de Outra coisa que não o satisfazer meu próprio desejo, que começa a palpitar para a vida” (1957-1958, p.188). Assim, abre para a existência de um algo a mais, de uma vida desejante, ao passo que abre também para a especificação de seu objeto de desejo, o falo, enquanto um objeto simbólico privilegiado.

O primeiro sujeito que existe é a mãe, construída por suas simbolizações, e a cujos caprichos a criança se esboça como assujeitada. Há uma busca pela identificação com o (suposto) objeto de desejo materno. Esse objeto capaz de satisfação materna, ou seja, capaz de obturar a falta no Outro, é o que chamamos de falo, de modo que a criança fica presa em uma dialética entre ser ou não ser o falo. O seu o desejo (de ser o exclusivo objeto de desejo do Outro) é o completo assujeitamento ao desejo materno. Elementos estranhos a essa relação fusionada fazem balançar a posição de ser o falo materno e esboçam a entrada na função paterna, dando notícia do segundo momento do Édipo.

O primeiro tempo é marcado pelo Estádio do Espelho, na medida em que é estruturada uma identificação que se sedimenta em uma relação de alienação com a função materna. O Estádio do Espelho organiza por meio de uma identificação fundamental a conquista da imagem do corpo próprio, de unificação corporal e a estruturação do eu.

O segundo tempo é atravessado pelo complexo de castração e é orientado pela dialética do ter ou não ter o falo. A criança é desvinculada de sua identificação fálica e o objeto de desejo materno é colocado como dependente de um Outro. O desejo que está para além do materno é mediado pela função paterna na ordem simbólica, e o filho tem

sua relação com a mãe mediada pelo falo. Nesse momento o pai aparece como privador, no sentido de que ele priva a mãe de seu objeto fálico. A castração incide na proibição realizada pelo pai com relação à mãe, colocando-a como um objeto que lhe pertence.

De acordo com Dor (1989), é o início do processo de mediação paterna pelo viés da interdição que frustra a criança da mãe. O pai aparece na vida subjetiva da criança como um outro com quem ela pode rivalizar para manter sua posição de objeto fálico. Nesse ponto, o pai simbólico, na medida em que é uma metáfora, ou seja, é um significante que surge no lugar de outro. O significante paterno substitui o primeiro significante, que fora introduzido na simbolização primordial (o significante materno). O Nome-do-Pai é o operador que irá articular a função fálica ao complexo de castração. Tal operação é realizada pela função paterna, que confere uma dimensão simbólica ao Édipo.

Quando o pai se manifesta, a posição de assujeitada da criança é abalada, e o que era um círculo fechado é rompido. Porém, não é só a condição de objeto que o Eu do sujeito deseja, mas o desejo materno: “Essa já é uma relação simbólica, que permite ao sujeito o fechamento de um primeiro circuito do desejo de desejo [...]” (p.210). Como vimos, ver na função materna a possibilidade de ser desejante reposiciona o sujeito como alguém também portador de um desejo.

No terceiro tempo o pai deve sustentar sua promessa e deve dar provas de ser possuidor do falo, o que prepara o terreno para as identificações com a figura paterna e para a internalização do pai como Ideal do eu.

O Nome-do-Pai permite a criança advir como sujeito ao promover a divisão subjetiva. Sustenta-se no efeito do significante, mais especificamente na sua capacidade de substituição. É a submissão originária do sujeito a uma ordem simbólica que irá mediatizar a relação do sujeito com o real e imaginário, operação efetuada pela metáfora

paterna, que divide o sujeito entre S1 (significante materno) recalcado e a ordem da linguagem.

A criança pode mobilizar seu desejo de sujeito em busca de substituições ao objeto perdido. A dialética do ter supõe a capacidade da criança de diferenciar ela mesma do objeto fálico que outrora representava. Assim, se despe de uma posição unicamente de objeto para se colocar como sujeito. Para isso é necessária uma operação inaugural da linguagem fundamentada no recalque do significante fálico (S1), que irá abrir a rede da cadeia falada. A metáfora paterna oferta o status de sujeito desejante, mas impõe o objeto de desejo à metonímia ao alienar o desejo na linguagem. Há uma dualidade entre presença e ausência do sujeito, como aponta Dor (1989):

O que quer dizer que o sujeito que advém pela linguagem só se insere nela como um efeito; um efeito de linguagem que o faz existir para logo a seguir eclipsá-lo na autenticidade de seu ser. Lacan designa este eclipse como sendo o fading do sujeito, que impõe que ele só apreenda a si mesmo, através de sua linguagem, como uma representação, uma máscara que o aliena dissimulando-o para si mesmo. (p.107).

A castração, que encontra seu auge nesse terceiro tempo, é a interdição ao incesto pautada na metáfora paterna. O Complexo de Édipo é ponto crucial para a estruturação fantasmática, tal qual afirma Freud (1925), ao ponderar sobre as fantasias de sedução como uma manifestação do Édipo: “eu tinha de fato tropeçado pela primeira vez no Complexo de Édipo, que depois iria assumir importância tão esmagadora, mas que eu ainda não reconhecia sob seu disfarce de fantasia” (p. 40). As construções infantis servem para manter a castração materna negada. Com o Complexo de Édipo a fantasia cumpre o papel de encobrir a castração.

Frente à castração o sujeito possui três saídas, em verdade três formas de negá-la. Cada uma possui como resultado uma estrutura clínica. A negação da castração por meio da *Verwerfung*, da forclusão, que constitui a psicose, é marcada pela completa recusa do acesso da castração no âmbito simbólico, provocando o retorno no real. Mecanismo definido mediante as elaborações sobre a paranoia, que consiste na rejeição primordial de um significante fundamental (Nome-do-Pai) para fora do simbólico.

A segunda forma de negação é o recalque (*Verdrängung*), que marca a estrutura neurótica e consiste em um mecanismo que busca manter no inconsciente todas as representações que poderiam trazer um desprazer impossível de ser elaborado. Assim, a castração é recalcada e permanece no universo simbólico do sujeito, retornando em forma de sintoma. A terceira forma é a *Verleugnung*, que pode ser traduzido como desmentido ou denegação, que caracteriza perversão. O sujeito percebe a castração materna, mas ao mesmo tempo a desmente.

A relação com a castração que mais iremos discutir é a saída fóbica, pois a sua lógica irá nos fornecer os trilhamentos para o estudo da escarificação no caso clínico apresentado, na medida em que parte da hipótese desse trabalho é que a escarificação funciona como uma suplência da função de corte, que busca colocar limites ou barreiras à onipotência e à devastação. Supomos que, assim como no funcionamento fóbico infantil, a escarificação pode funcionar na adolescência como um fenômeno que constrói a passagem desse tempo da vida.

Para tratar da fobia vamos retomar a proposta de Lacan (1956-57) no seminário *A relação de objeto*, em que é realizada uma análise a partir do caso do pequeno Hans. Nosso objetivo não é abordar o caso clínico de Hans, mas sim a proposta sobre a fobia que dele surge.

A angústia e a fobia são elementos distintos e mais precisamente o objeto fóbico vem prestar socorro à angústia em um momento que a criança está emaranhada no engodo da tapeação com a função materna. Vejamos em Hans: ele está envolto na questão sobre o faz-pipi dele e de todos os seres vivos, de modo que o falo desponta como o objeto central na organização de seu mundo. É nesse ponto que algo crítico acontece a ele, seu pênis aparece como real e começa a se agitar, dando início à masturbação. O pênis real de Hans é algo que a mãe rejeita, inclusive fazendo ameaças de castração. Aquilo que Hans quer e pode dar a mãe, ela não quer, o que faz com que ele se sinta incapaz. A mãe tão potente e desejante se torna perigosa por ser insaciável. Nesse momento a castração deveria surgir como um limite à mãe.

Hans está nesse jogo de tapeação com a mãe, que possui como regra a oferta por parte da criança de um falo imaginário para alcançar a satisfação materna, que é impossível - por isso é um jogo de tapeação. A criança experiencia o falo como o centro do desejo do Outro e ela própria se apresenta e oferece, em diversos graus e posições, o falo. Em meio à relação especular, de eu ou o outro, o terceiro entra inicialmente como mais um rival. A fase fálica e o Édipo consistem exatamente da elevação da função paterna para além de mais um rival, mas sim como aquele que nesse jogo pode ganhar. Esse tempo de castração é essencial por ascender o falo materno a um objeto simbólico:

A partir desse momento de virada, o objeto não é mais o objeto imaginário com o qual sujeito pode tapear, mas o objeto sobre o qual um Outro é sempre capaz de mostrar que o sujeito não tem, ou o tem de forma insuficiente. (p.213).

A castração retira o sujeito do “paraíso do engodo”, pois esse jogo de tapeação imaginária abre espaço para ser capturado como um “elemento apassivado de um jogo onde vira presa das significações do Outro” (p.232). Para não ficar entregue ao olhar do

Outro, essa virada simbólica é necessária, pois, o desamparo de ser insuficiente para o Outro faz emergir o temor de ser devastado pela mãe.

É nesse ponto que Lacan localiza a problemática de Hans, afirmando que apesar de todo o amor e gentiliza de seu pai, ele não existe enquanto real. Compreendemos como pai real a faceta da função paterna que tem a função de destaque no complexo de castração. Essa ausência provoca uma “atipia” que “exige uma substituição do pai real por alguma outra coisa” (p.226). A fobia vem em socorro do Hans, mas não significa que permite que a criança saia do jogo de tapeação.

No caso Hans percebemos que a fobia funciona como uma suplência à função do pai real. Iremos ressaltar o conceito de suplência, pois ele será útil na discussão do caso clínico a seguir. Pretendemos ponderar se a escarificação pode entrar como um recurso para a passagem do tempo adolescente e para o enfrentamento do real. A esse recurso daremos o nome de *função suplementar*, tendo em vista as diretrizes do conceito de suplência organizado por Lacan com relação à fobia do Hans, que é caracterizado por uma solução subjetiva à angústia vivida e funciona como um processo metafórico que substitui ou sutura o que é tomado como algo que falta. No caso da fobia o que está em déficit é o pai real. Supomos, então, que as escarificações vêm a substituir a função de corte, ou seja, de proteção ao gozo.

Lacan propõe que Hans precisa da fobia para construir as simbolizações necessárias. Hans possui uma diversidade de produções imaginárias que revelam um mito em desenvolvimento, que visa a solucionar os problemas gerados pela sua nova posição no mundo: de que o falo imaginário tem valor simbólico. As produções imaginárias sustentam a construção de um mito que funciona como um calço para a passagem de Hans pelo Édipo. Essa função de sustentação para uma passagem e para a construção de uma posição no mundo será decantada do pequeno Hans e utilizada no

caso clínico desta tese. Vamos apontar que as escarificações não são um simples escoamento da angústia que excede, mas uma construção que permite a passagem adolescente, especialmente no que se refere à operação de separação e tomada do corpo próprio.

Falar de uma função de suplência em Hans não significa igualar pai e cavalo, ou seja, não se trata de uma equivalência à função paterna. O cavalo funciona como um significante. Em um primeiro plano, o cavalo não possui um significado unívoco, ele morde, cai e é parecido com o pai. Torna-se, em segundo plano, uma figura heráldica, que carrega uma diversidade de implicações significantes, marca limites e é constituinte. Por isso, o cavalo entra como um significante que modula a angústia, ao mesmo tempo em que revela uma força própria de construção.

A “*cura satisfatória*” (p. 235) de Hans surge a partir da fantasia do bombeiro que representa a castração simbólica. Portanto, a fobia é uma forma de estruturar o mundo, como as teorias sexuais infantis são formas de construir um mito. O mito se apresenta como uma narrativa que tem caráter de ficção, mas que possui uma estabilidade, uma estrutura.

6.5 Gozo e fantasia

A experiência de castração vivida no complexo edípico coloca o sujeito frente ao gozo e ao desejo. A articulação desses dois polos será realizada pela fantasia. Na relação inicial do sujeito com a mãe, a criança desejará obturar o desejo materno, marcando um momento de alienação e entrada na cadeia significante. O gozo que invadia tudo é limitado, afunilado e articulado à estrutura da linguagem, como efeito do recalque originário. Não temos acesso ao objeto *a* como puro real, pura falta, mas sim em suas

faces simbólicas e imaginárias. “[...] a entrada na fantasia é o que freia o empuxo-ao-gozo inerente à exigência imperiosa da pulsão de morte de obter satisfação absoluta a qualquer preço.”(Jorge, 2010, p.143).

Nesse sentido, o desejo é o resultado da interdição e o gozo é o interdito. A falta materna, declarada pelo fato de ser desejante, revela-se pela castração e coloca o sujeito a desejar. O resto de gozo colocará o sujeito em um eterno estado de insatisfação fundamental que fará o desejo insistir para encontrar o gozo do Outro (Valas, 2001).

Na separação entre gozo e desejo o significante fálico tem lugar privilegiado, pois ele possui sua faceta de gozo fálico e de significância fálica, esta última abrindo caminho para o desejo. Vamos nos deter nesse tema, tendo em vista que a experiência da adolescente que se escarifica aqui abordada é de imersão em um gozo sem limites. A limitação ao gozo depende também da ordenação fálica. Como já vimos anteriormente, o gozo do corpo é expulso pela linguagem e pode ser recuperado parcialmente pela via fálica. Isso só é possível quando o bebê entra na linguagem pelos caminhos da pulsão por meio da decifração da demanda expressa no grito do *infans*. O bebê ocupa para o Outro maternal um lugar de preenchimento de falta, ou seja, é uma relação ordenada pelo falo. O ritmo do cuidado ordenado pela lei de presença e ausência é fundamental para a constituição do bebê. Nesse jogo os enquadres fálicos aparecem e permitem que o bebê limite a troca gozosa com a mãe.

Essa experiência com o falo é da ordem do gozo, como podemos ver na Figura 5 (Nó borromeano I, retirada de Amigo, 2007, p. 40), que representa o nó borromeano e o gozo fálico tamponando os furos dos registros do real e do simbólico, na medida em que coloca em cena a condição de suplente da falta fálica estrutural em que o Outro materno coloca o bebê. Essa forma de suplência busca driblar a castração, pois a falta fálica não pode ser obturada por um objeto. Pela experiência do Outro cuidador se trata de uma

suplência do gozo fálico, já na perspectiva do filho o que está em jogo é o gozo do Outro que recai sobre seu corpo.

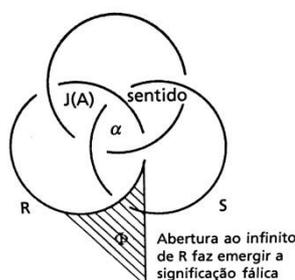


Figura 5- Nó borromeano I

O falo também está na ordem da significação quando encaixado nos trilhos da substituição significante pela metáfora paterna. Na operação em que o desejo da mãe é substituído pelo Nome-do-Pai, o falo é elevado à posição de significante da falta e abre o leque para assumir outras significações no campo simbólico.

A significação fálica propõe um relançamento da disponibilidade do furo sem o tamponar. A diferença entre gozo fálico e significação fálica é explicitada no Seminário XXII (Lacan, 1974-1975), enquanto o primeiro é um cerramento, o segundo é uma abertura ao imenso do real, pois mostra o poder de significação do significante fálico efetivando o furo no real. Para que a fantasia mostre sua eficácia o gozo precisa se abrir para a significação fálica. Na vida do sujeito há um pêndulo que vai e volta do gozo fálico à significação fálica. A junção e o corte que intercalam as experiências são fundamentais para a constituição. A fantasia é o caminho para, a partir da moldura do furo no real, poder fazer entrar e sair o objeto.

Na separação se instaura o objeto a , resto produzido pelo corte (Fink, 1998). A fantasia pode ser uma forma de se apegar ao objeto a para sustentar a ilusão de uma

unidade. Vamos tomar o matema da fantasia como referência, $S \diamond a$, para percebermos que há a possibilidade de o adolescente se identificar com ambos os polos (S ou a), posição que irá girar ao longo da vida, como podemos ver nas fantasias descritas em *Uma criança em espancada*, em que a cada momento a criança está posicionada em um lugar diferente, por vezes vítima e por vezes observadora. Uma possibilidade identificatória é com o objeto a , em que o sujeito se posiciona como figura de demanda do Outro, ou seja, como objeto, imerso na falácia da complementariedade, por isso esse é o polo do gozo. O acesso ao gozo é enquadrado pela fantasia.

De acordo com Harari (2001) o sujeito buscará ocupar o lugar de encobrir ou de ser o objeto de demanda do Outro, na tentativa de obturar o desejo. Porém, mesmo ocupando esse lugar, algo no desejo materno escapa, a saber, a sua qualidade própria de desejante. Então, “o que a criança de fato deseja é a capacidade da mãe de desejar” (Metzger, 2014, p.76). O sujeito deseja ser desejante, o que instaura um corte e aponta para a separação, constituindo o outro polo do matema: a posição de S .

A fantasia é uma forma de proteção à cena traumática. O trauma pode ser compreendido como um instante de horror do sujeito frente à opacidade do Outro, que o submete. A fantasia se constitui para se proteger contra o excesso libidinal e para manter o sujeito alheio à castração materna, como já mostrara Freud (1908b) com as teorias sexuais infantis.

Os sujeitos que se escarificam parecem reconhecer a qualidade não harmoniosa e falaciosa da posição de objeto frente à demanda do Outro. O que parece estar capenga é a capacidade de se estruturar enquanto sujeito faltoso e desejante, na medida em que lhe falta recurso para barrar a demanda do Outro. Por isso, nossa hipótese é de que a escarificação vem a ofertar uma função suplementar nessa carência.

Capítulo VII: A construção do caso clínico

A história de Freud na Psicanálise mostra como a elaboração teórica e suas várias reconstruções foram realizadas a partir, principalmente, da escuta clínica e do intercâmbio com outros psicanalistas – especialmente através de cartas e conversas. Nessa pesquisa visamos a contemplar esses dois eixos: como a experiência coloca questões a serem tratadas teoricamente e que fazem um retorno à técnica de tratamento; e como a escrita no formato da tese mostra-se um caminho para trocar experiências e elaborações com os pares.

A definição que Freud (1923 [1922]) propõe de psicanálise revela esse necessário entrelaçamento entre tratamento, pesquisa e teoria:

Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (p.287).

A psicanálise é um método eficaz de tratamento da neurose, uma investigação dos processos psíquicos e a teoria dos processos psíquicos evidenciados através do tratamento. A sobreposição entre pesquisa e escuta clínica é afirmada por Freud também em 1912a, quando diz que “uma das reivindicações que a psicanálise faz em seu favor é, indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem” (p. 152).

Nesse capítulo, o objetivo é defender que no próprio movimento de invenção da psicanálise está encapsulado o método escolhido para essa pesquisa: a construção de caso. Diversos métodos podem ser escolhidos quando a psicanálise se faz valer no

campo da pesquisa acadêmica. Porém, o mais paradigmático é o da construção de caso, pois esse método trata de transformar em conhecimento aquilo que ocorreu na clínica de um caso. O caso abordado não deve se deter ao relato de fatos históricos e de confirmação de questões metapsicológicas. Deve ir além, envolve a revisão e a reconstrução de concepções, tomando como parâmetro a clínica e o que ela apresenta. É o resultado que se extrai das intervenções do analista na direção do tratamento e do que é decantado de seus relatos em supervisão e nas suas anotações.

Defenderemos que houve duas crises, no início da psicanálise, que permitiu um avanço metapsicológico e clínico através das concepções de inconsciente e transferência. Em seguida, apresentaremos a metodologia utilizada nesta pesquisa, a construção de caso (Fédida, 1989, 1991, 1991a). Cada caso clínico promove a constante transformação da psicanálise, já que no cerne desse método está o postulado de que a metapsicologia é um saber em movimento.

7.1 Por que construir?

A psicanálise se desenvolve em uma constante dialética entre a elaboração metapsicológica e a decifração proposta pelos sintomas na clínica. Vamos pinçar duas crises no início do desenvolvimento da psicanálise vividas por Freud para defender que teoria e atendimento clínico devem se retroalimentar.

Freud (1896) começa trabalhando com as histéricas que não possuíam uma causa conhecida para o sofrimento físico. No intuito de ofertar um tratamento que eliminasse os sintomas histéricos, Freud hipnotizava em busca da cena traumática que não estava livre na consciência. Na histeria toda lembrança levava a uma cena de sedução vivida necessariamente na infância. O problema da experiência infantil é que esta provocou excitação e prazer, mas que não pôde ser elaborada. Há um menos de

simbolização possível, pois o sujeito está imaturo. Vale recordar que Freud ainda não havia postulado a sexualidade infantil.

Nessa violência psíquica, a criança é levada a um estado em que ela entra e não consegue elaborar. A experiência fica isolada, ou seja, sem associação com as outras. A lembrança da experiência precisa ter algum sentido para ser traumática, ou seja, no *a posteriori*, quando o sujeito já está mais maduro para a elaboração da sexualidade, ele pode ter outra experiência que resgate a lembrança. Porém, esta não se encaixa nas associações, permanecendo como uma representação ideativa insuportável. A hipnose faz com que o afeto reencontre a lembrança, por assim dizer, original, reposicionando-a em uma cadeia associativa.

Freud acumulava tratamentos de sucesso em que havia a remissão dos sintomas. Porém, esse método não traz os resultados esperados por Freud. A prática clínica e a teoria que Freud formulava sobre o funcionamento psíquico humano começam a entrar, no que chamaremos uma primeira crise. No que tange a clínica, a análise parou de funcionar para alguns sujeitos: muitos deles eram tão resistentes que nem mesmo sob o efeito hipnótico eram capazes de se recordar, além de, em alguns casos, os sintomas voltarem com certa rapidez. O esvaziamento da clínica de Freud ou este abalo na técnica de tratamento acarreta um novo olhar sobre as suposições acerca do funcionamento psíquico.

A crise teórica fica evidente, pois é o momento em que Freud abandona a teoria do trauma enquanto uma vivência de sedução que desempenha um papel fundamental na organização libidinal do neurótico. Freud começa a ficar descrente da neurótica: todos os pais teriam de ser perversos e não há indicações de realidade no inconsciente, ou seja, é impossível diferenciar realidade de ficção que foram catexizadas pelo afeto.

Paulatinamente uma concepção de fantasia ou realidade psíquica entra na construção do pensamento freudiano.

Essa primeira crise parece levar Freud a se dedicar mais fortemente ao objeto que ele se propõe tratar, a saber, o inconsciente, em vez de se deter unicamente à etiologia e ao tratamento da histeria. O texto que formaliza essa transformação na pesquisa é *A Interpretação dos Sonhos* (1900), em que Freud realiza de forma mais radical uma pesquisa de como trabalha o psiquismo. O inconsciente é finalmente conceituado e pesquisado pela via régia do sonho. Estamos propondo que a crise no tratamento leva a um envolvimento muito específico com a teoria: conhecer o funcionamento psíquico e do inconsciente através do sonho, enquanto um objeto de estudo da psicanálise, e não somente pelo tratamento.

Posteriormente são escritos os textos sobre a *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901) e dos *Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905), como em um movimento de demonstrar que aquilo que fora apreendido nos estudos sobre os sonhos pode ser generalizado a outros atos ou comportamentos humanos.

Essa pesquisa teórica e clínica de Freud caminhava bem até que ele se depara com Dora, caso publicado em 1905a com o título: *Fragmento da Análise de um Caso de Histeria* sobre o atendimento, realizado em 1900 de uma jovem de dezoito anos e cuja duração foi de três meses. O trabalho evidencia esse momento de busca por demonstrar, a partir de um caso clínico, sua teoria dos sonhos e como esta poderia ser aplicada à cura da neurose, ao mesmo tempo em que basculava suas concepções sobre a sexualidade. O título original seria “Sonhos e histeria”, apontando para o principal eixo, a interpretação de dois sonhos.

Nesse tratamento Freud tenta pôr em prática aquilo que apreendera das elaborações teóricas, para saber se o caminho que serve para conhecer o inconsciente serve também ao tratamento. O estudo dos sonhos já proporciona algumas modificações

técnicas, pois a neurose é mais compreendida como estrutura psíquica e não só como o isolamento de uma representação ideativa insuportável. Não se trata mais de tornar consciente a lembrança, mas busca-se a fala em associação livre. A cura dos sintomas torna-se um ganho secundário, o que importa é que o tratamento ocorre através da elaboração psíquica pela fala como discurso associativo.

Ao selecionar a associação livre como a direção do tratamento, Freud revela sua aposta no poder dos relatos dos sintomas, chistes, lapsos, atos falhos e sonhos, enquanto uma via de acesso ao inconsciente, em oposição aos métodos hipnóticos e sugestivos. A psicanálise é um método, como definido por Freud, de tratamento, que possui uma única técnica, a saber, a associação livre. Ao escolher tal caminho há uma suposição de que a fala livre permite um encontro, de alguma maneira, com o inconsciente recalcado. É um método de desvelamento da cadeia de deslocamento. Vamos nos ater um pouco mais nessa ideia, porque ela parece reger a construção de caso.

O livro da interpretação dos sonhos (Freud, 1900) tem seu início com o relato de um sonho em particular, permeado pela técnica utilizada para a sua interpretação. Posteriormente, Freud trata de suas elaborações teóricas sobre o psiquismo humano: parte de um caso para a demonstração e a construção de concepções teóricas, elaborando, assim, sua metapsicologia. A produção de conhecimento em psicanálise está totalmente entrelaçada com o caso clínico. A pesquisa e a teoria produzida não estão *primariamente* na Psicanálise, já que está é o próprio trabalho de tratamento da neurose, e não uma metapsicologia. Freud constrói a teoria a partir de seus atendimentos clínicos, assim, são demarcados dois estágios: primeiro o atendimento no divã e depois o relato do caso. Porém, não se tratava de uma mera descrição, Freud trazia lembranças, associações e inferências sobre aquilo que não é dito (Guimarães e Bento, 2008).

Retornaremos ao caso Dora para tratar do momento que nomearemos de segunda crise, caracterizado pela dificuldade de transposição do conhecimento metapsicológico para uma eficácia clínica. Ao avançar no conhecimento teórico do psiquismo, Freud volta a um caso clínico, mas mesmo assim fracassa: “no momento em que minhas esperanças de um término feliz do tratamento estavam no auge” (Freud, 1905a, p.105). Dora informa-o que não iria mais retornar e que decidira isso quatorze dias antes. Por isso, o caso Dora revela uma tensão terapêutica da psicanálise, na medida em que Freud percebe uma resistência inconsciente do sujeito da análise (Celes, 2008). A resistência pode ser manejada através da transferência, mas esse fenômeno passa a perna em Freud.

As duas crises propostas desvelam o movimento da pesquisa em psicanálise: o pesquisador se detém mais radicalmente na teoria ou na técnica, fazendo das duas elementos de retroalimentação sem nunca abandonar qualquer uma delas. Quando Freud se vê em uma crise com a técnica hipnótica, volta-se a conhecer mais seu objeto de estudo: o inconsciente através do sonho. Isso põe luz sobre a clínica, consolidando o método da associação livre, mas também faz surgir outra problemática técnica: a resistência e a transferência.

As duas crises aqui nomeadas também colocam em relevo duas concepções caras à psicanálise e ao método da construção de caso: o inconsciente e a transferência. Independentemente do método escolhido, o objeto de estudo da psicanálise é um só: o inconsciente (Caon, 1994; Iribarry, 2003). O pesquisador que deseja utilizar a psicanálise como teoria de base para sua pesquisa precisa encontrar caminhos de acesso ao inconsciente. Talvez o mais comum seja a utilização de casos clínicos. Nesta pesquisa, escolhemos o método da construção de caso proposto por Pierre Fédida (1989, 1991, 1991a) por considerarmos que este engloba as principais facetas do método psicanalítico. No momento de utilizar o caso clínico para fazer uma pesquisa e registrá-

lo por escrito, a construção de caso sustenta que devemos utilizar o atendimento individual, a supervisão e uma produção metapsicológica. Os três eixos estão apoiados na concepção do inconsciente como não-todo, que coloca a pesquisa psicanalítica em eterno movimento, ao mesmo tempo em que introduz a radicalidade do inconsciente do pesquisador.

O início da construção de caso é a formulação de uma questão metapsicológica que pode ter diversas origens, como análise pessoal, prática clínica, discussão em supervisão e debates teóricos. Para trabalhar tal questão o pesquisador deverá fazer uso do tratamento psicanalítico que resultará em um ensaio metapsicológico. O caso clínico surge como um esteio necessário à produção metapsicológica (Berlinck, 2000).

É preciso que o pesquisador vá além dos relatos dos casos clínicos ou fatos cronológicos; na construção de caso, o que está em jogo é lançar mão de uma hipótese (Moura & Nikos, 2000). O método da construção de caso deve ser utilizado quando “há um desejo de se compreender como tal história, se não causou tal patologia, ao menos deu ensejo às condições favoráveis de sua manifestação” (Fédida, 1991a, p. 228).

Assim, abordar a pesquisa psicanalítica por meio do caso clínico possui duas finalidades, que podem estar interligadas: dar conta de uma questão metapsicológica e pesquisar um caso que revela inquietações para o analista. Fédida (1991a, p. 230, grifo do autor) afirma que “nossa hipótese é a seguinte: na psicanálise, *o caso é uma teoria em gérmen, uma capacidade de transformação metapsicológica*. Portanto, ele é inerente a uma atividade de construção tal como a análise de supervisão seria capaz de constituir”. Todo caso, obviamente único, tem o poder de abrir uma questão ao pesquisador/analista e sustentar uma elaboração metapsicológica.

A transferência dirigida ao analista/pesquisador pode ser tema da hipótese, mas os elementos inconscientes do próprio pesquisador não podem ser apagados do método, pois afetam o trabalho clínico e o tratamento dos dados para a pesquisa. Por isso é

fundamental a existência de uma alteridade na condução do método da construção de caso: a supervisão. A experiência vivida com o paciente é ressignificada, implicando o analista/pesquisador frente à alteridade do supervisor. Uma outra alteridade é a teoria já constituída. Por isso é fundamental narrar a experiência com o ensaio metapsicológico, construída também na análise de supervisão, é pôr à prova as elaborações em uma situação de interlocução com a comunidade científica (Fédida, 1989).

A construção de caso em psicanálise exige quatro momentos. O primeiro é exatamente o enigma com que o pesquisador/analista se depara, quando a teoria não consegue dar conta de trabalhar alguns conceitos e elementos ou mesmo quando a prática clínica causa algum estranhamento. O segundo é o atendimento clínico, o terceiro é a supervisão, e o quarto, por fim, é a produção metapsicológica.

7.2 A Construção de Caso

Este trabalho de atendimento clínico foi realizado com uma adolescente em um consultório particular. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Brasília. O atendimento durou três anos e dois meses, e foi interrompido porque a paciente e sua família foram morar em outro país. A paciente é do sexo feminino, tinha quinze anos no início do tratamento e cursava o ensino médio.

O atendimento clínico individual foi permeado pela existência de duas alteridades: a teoria já estabelecida e a supervisão. Assim, estavam em jogo duas transferências, a analítica e a da supervisão. Foi utilizado para os registros o diário clínico (Iribarry, 2003), em que constaram os relatos e as associações significantes, formando uma trama que registra a experiência. Essa sugestão foi adotada, e utilizaram-se os diários tanto nos momentos de atendimento clínico quanto nos de supervisão. O relato no diário ocorreu, necessariamente, depois da clínica e estava perpassado pelo

inconsciente do analista, pelas travessuras de suas memórias, pelas questões surgidas da supervisão e pelo enigma que havia antecedido o início da coleta de dados. Enfim, no relato compareceram os elementos cujo encadeamento embasaria o ensaio metapsicológico, com atenção também ao que não fazia sentido, ao modo como o pesquisador se sentia, ao que ele pensava e a como reagia.

Para realizar a análise dos diários clínicos, foi tomada a proposição freudiana da associação livre como a principal regra do tratamento psicanalítico e da atenção flutuante. A análise dos diários de campo deve ser feita a partir de uma escuta dirigida ao inconsciente, com base nas hipóteses estabelecidas pelo pesquisador, na produção da área e, principalmente, nas surpresas do inconsciente. Iribarry (2003) propõe o termo *leitura dirigida pela escuta* como procedimento de análise de dados. Em um primeiro momento, é preciso produzir um texto relativo ao caso clínico, e em seguida lê-lo regido, pela concepção de escuta psicanalítica.

7.3 Caso Débora

Os pais de Débora, Heraldo e Fabiana, procuram ajuda psicológica para a filha após a indicação de um cirurgião plástico devido aos danos na pele causado pelas autolesões. As escarificações na parte superior e frontal da coxa e no antebraço assustaram Fabiana, que havia finalmente se defrontando com a morbidez velada de sua filha. A mãe é uma mulher muito bonita, educadora física, preocupada com o corpo e praticante de intensos exercícios físicos. O pai, estranhamente calmo e despreocupado, achava tudo um exagero. Débora tinha quinze anos quando o tratamento teve início.

Débora entra no consultório demonstrando uma leve felicidade e simpatia. O estranho era o casaco que usava em dias tão quentes. Disse que queria fazer uma psicanálise, pois não conseguia se entender com os meninos. Por meses nunca

mencionou as escarificações, falava-me exaustivamente de seus relacionamentos amorosos.

Vagarosamente sua queixa se desloca para a mãe: mulherzinha egoísta, falsa e que só faz o que lhe traz vantagens. Fabiana finge que ama Débora, mas a quer como filha só para ser uma princesa-troféu. A paciente diz que até os doze anos era tudo o que a mãe queria: fazia jazz e era magra. Porém, agora fazia dança de rua e estava gordinha. A interrupção da análise ocorre após três anos, pois a família estava se mudando, indo morar em outro país.

Débora afirma se cortar para não pensar em tanto sofrimento, como ressaltamos com a questão da frase explorada no Capítulo III: “eu me corto para aliviar uma outra dor”. Quer muito saber o que tem depois da morte, às vezes fica em frente ao espelho, pergunta se do outro lado não tem nada mesmo, não estaria lá a morte? Corta-se para não se perder em seus pensamentos, para voltar à realidade, para se sentir viva e única. Suas questões na análise giram em torno da busca pela sua autenticidade e da posse do corpo próprio, como buscamos ressaltar no Capítulo V com as questões: “como posso ser genuína nesse mundo” e “como saber se esse corpo é meu?”. As frases em itálico nos capítulos posteriores servem para indicar que se trata da fala da paciente, de modo que tentamos escrever da forma mais aproximada com relação ao que a jovem dizia em sessão.

Uma diversidade de cenas e sensações relatadas pela paciente constituem nosso principal material de análise que, em seguida, serão detalhados de acordo com as temáticas a serem abordadas. Para auxiliar na compreensão, é possível ver na Figura 6 – cronologia dos acontecimentos – uma seta superior que indica a idade de Débora dados os acontecimentos expostos em pequenas caixas na parte inferior. Na parte inferior vemos uma seta que não se prende a nenhuma idade, com o objetivo de indicar que as

brincadeiras na piscina aconteceram por tempo indeterminado, só sabemos que ocorriam na infância. Abaixo segue também um quadro (Quadro 1- descrição dos acontecimentos) com uma breve síntese dos acontecimentos dispostos acima.

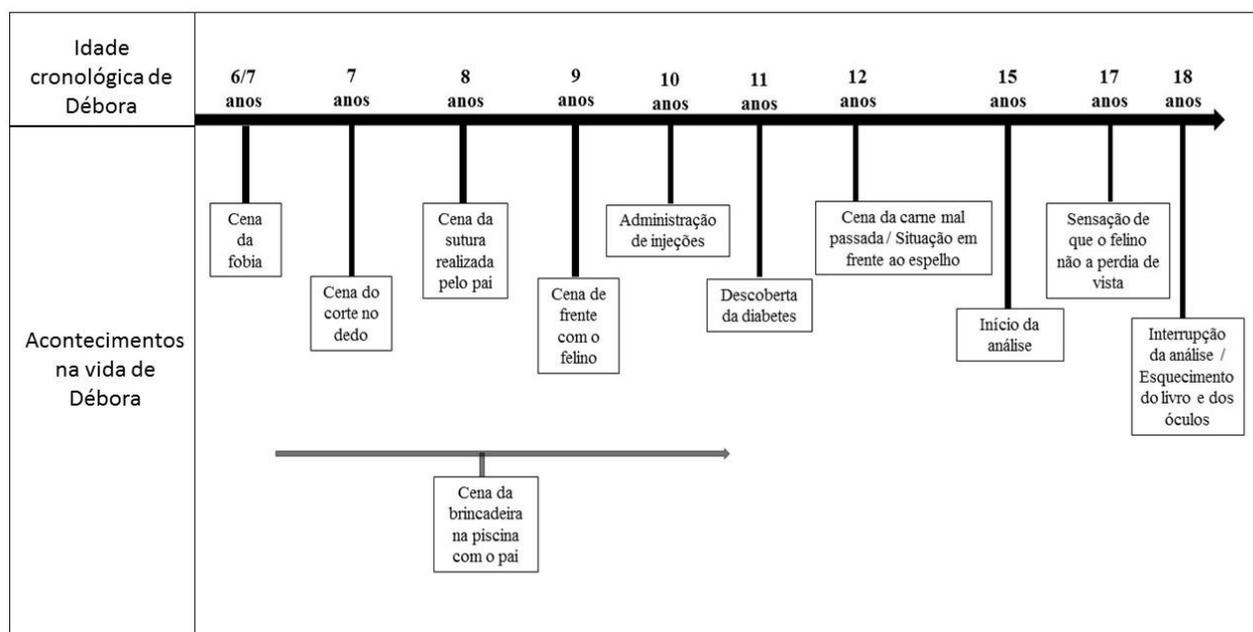


Figura 6 – cronologia dos acontecimentos

Acontecimento	Descrição
Cena da fobia	Em uma brincadeira de se esconder, Débora, entra em um armário e fica presa. Percebe que tem uma aranha dentro com armário com ela e grita em socorro. A avó aparece para retirar ela de lá e, seguida, aparece a mãe.
Cena do corte no dedo	Seu amigo imaginário ordena que ela brinque em um parque interdito para crianças. Débora corta o dedo e grita em socorro. A avó aparece primeiro para ajudar e somente depois surge a mãe.
Cena da sutura realizada pelo pai	O pai corta o dedo de forma profunda e chama Débora para assistir ele suturando o próprio dedo sem anestesia.
Cena de frente com o felino	Em um passeio em um zoológico, Débora, escorrega e

	fica grudada na grade que guarda os leões. Um deles a olha de forma penetrante.
Administração de injeções	Após sinais de puberdade precoce de Débora, Fabiana autoriza o uso de injeções para retardar o desenvolvimento da filha.
Descoberta da diabetes	Débora descobre ser diabética e precisa manter uma alimentação restritiva.
Cena da carne mal passada	Durante um jantar em família um primo de Débora, que se escarificava, deixa o sangue de seus cortes escorrerem e se misturarem ao sangue de uma carne mal passada.
Situação em frente ao espelho	Débora se posiciona em frente a um espelho e começa a se questionar sobre sua existência e sobre a posse de seu corpo. Em seguida, escarifica-se.
Sensação de que o felino não a perdia de vista	Relata em análise a sensação de que está jogada em uma floresta e que um felino irá matá-la.
Esquecimento do livro e dos óculos	Débora esquece no consultório de análise um livro sobre assassinos em série e seu novo par de óculos.
Cena da brincadeira na piscina com o pai	Brincava com o pai na piscina de “caldo”, ou seja, de um forçar o outro a mergulhar na água, enquanto a mãe dava voltas na piscina.

Quadro 1- Descrição dos acontecimentos

7.4 As hipóteses

A experiência da adolescência é de intensos remanejamentos pelas transformações corporais, pela virada pulsional, pelo imperativo de separação do Outro e pelo lugar social que ocupa. O hiato entre o mundo infantil e o adulto lança o jovem no desafio de construir seu lugar no mundo, caracterizando um momento de sustentar o próprio desejo e investir em objetos sexuais. Essas questões aparecem de forma clara e

recorrente na clínica com o adolescente que está escrevendo a sua forma de posicionamento nas relações.

As modificações culturais, sociais e psíquicas sofridas pelos adolescentes têm sido objeto de estudo da clínica psicanalítica. Na prática clínica com adolescentes me defrontei com um número crescente de jovens com atuações de risco. A literatura aponta para uma atual predominância das “patologias do agir”, tais como toxicomanias, alcoolismo, transtornos alimentares e outras condutas autodestrutivas que podem culminar com o suicídio (Savietto e Cardoso, 2006), compreendido como uma manifestação de uma tentativa desesperada de buscar contornos ou de impor limite, por meio do corpo, a uma vida sem limites que lhes é oferecida pelo mundo adulto e social (Coutinho, 2009). É como se esses adolescentes estivessem em uma constante busca pela simbolização e pela integração pulsional.

Ao atender o caso clínico aqui exposto recorria à literatura da área e sempre me deparava com a falta de recurso desses sujeitos. Incomodada com essa repetitiva resposta ou afirmação sobre os sujeitos que recorrem ao ato, eu, como clínica, entrei em crise⁴. Desejava pensar esse tratamento não pelo viés do que faltava a esse sujeito, do que ele não possuía, como um déficit simbólico, mas pelos atos no seu funcionamento psíquico, por meio das identificações, da relação com o corpo e da fantasia.

A hipótese a ser trabalhada se centra da ideia de que durante o tempo da adolescência, a jovem, sofre uma pressão interna que o organismo é incapaz de solucionar. Então, surge a escarificação como um organizador da dispersão corporal por oferecer uma borda e um corte. Uma borda que constrói litorais, fronteiras, dada a sensação que a adolescente possui de estar jogada sem recurso na devastação com o Outro maternal. Um corte que cumpre a função, que deveria estar ligada ao pai real, de

⁴ A palavra crise é uma referência ao termo usado neste capítulo, no intuito de expor que todo psicanalista passa por crises em sua prática, e isso que faz com que a clínica esteja em constante transformação.

colocar limites à essa devastação. Trata-se de uma cartografia da dor que o sujeito constrói fronteiras no corpo e possui uma potência de sustentação para a saída adolescente.

Capítulo VIII: Por um ponto cego na devastação

A travessia adolescente possui uma diversidade de turbulências em decorrência do abalo nas identificações que arrancam o sujeito de um lugar infantil. O corpo se transforma rapidamente e de forma incontrolável ao ganhar contornos sensuais. Esse desamparo identificatório é fonte de angústias tipicamente adolescentes.

Se na infância a criança busca encontrar seu lugar no campo do Outro, o tempo da adolescência é o de alcançar que o sujeito pertence a ele mesmo. É preciso tomar decisões sobre o futuro (faculdade, orientação sexual, funcionamento de personalidade). Então, é momento de tomar posse de seu corpo e decidir por onde caminhar. A angústia que sobrevém pode ser vista e vivida de diversas formas. Espera-se que esse encontro com a solidão do ser, que precisa escolher por ele mesmo e pagar o preço por isso, também revele um gosto de liberdade. Liberdade de colocar em jogo os próprios desejos.

A fissura que se abre para que a jovem trilhe seu caminho não é vivida com espontaneidade e felicidade por Débora. Mais parece que se a retiram da servidão infantil ao Outro, acabam por lançá-la em um abismo. A paz e o alívio são encontrados nos cortes realizados na própria pele. Saber que seu corpo a pertence exige que sinta a dor na carne e enxergue o próprio sangue.

Vamos iniciar esse capítulo abordando o começo do tratamento analítico: o trabalho sobre a demanda. Acontece com Débora o que geralmente se passa com outros adolescentes, a demanda por uma psicanálise ocorre por solicitação parental ou de outros profissionais. O cirurgião plástico que refazia a pele danificada pelas escarificações foi quem sugeriu um acompanhamento psicológico. A mãe, que estava assustada com a descoberta das escarificações de Débora, também acha que um psicólogo seria de grande ajuda, tendo em vista que não queria um tratamento

psiquiátrico. O pai da jovem se mostrava indiferente, acreditava que isso era normal e que logo passaria. Parecia não compreender o ato de se cortar como grave, mas sim apenas uma expressão adolescente.

O trabalho do psicanalista é ofertar uma escuta para o que faz o sujeito sofrer, para o que o coloca em desamparo. No caso dos adolescentes, em geral, o que o faz sofrer não coaduna com a demanda parental. Débora não compreende o que faz um psicanalista ou que tipo de fala deve ser dirigida a mim. Por isso, faço questão de apontar que seus pais possuem demandas, preocupações, mas o que está em jogo é o que a faz sofrer e disso ela sabe. Como veremos, é por essa via que o tratamento se inicia. Em seguida, iremos trabalhar a relação de devastação com a mãe. Esta é atravessada por uma diversidade de inscrições corporais, que ganham importância na adolescência e possuem uma interpretação norteadora: o cinismo e a crueldade materna. Assim, poderemos sustentar que a escarificação é um caminho para realizar um furo no Outro por meio da construção de um ponto cego.

Durante a análise, para que Débora pudesse alcançar o tema da posse do próprio corpo, foi preciso que ela percorresse um outro caminho: falar sobre como usar um corpo sexualmente sem tangenciar o amor. A paciente era uma jovem bonita e que se sabia atraente quando estava no jogo do flerte. Porém, algo *inesperado sempre* acontecia: o jovem com quem estava ficando repentinamente desistia dela e logo ela iniciava o flerte com outro. Esse evento de trocas ocorria com frequência e Débora percebe que estava sendo reconhecida na escola como uma menina fácil, *uma puta*, rótulo que, ao ser proferido por ela em sessão, era marcado por uma expressão de prazer. Ser taxada de *puta* seria um acontecimento que traria um prazer mórbido a ela?

Em seus relatos, a jovem dizia que os diversos abandonos por cada um dos meninos aconteciam de forma *sempre inesperada*. Então pergunto a ela: se essa

surpresa se repete tanto, será ela realmente inesperada? Em sessões posteriores, Débora diz que a desistência dos meninos não ocorre ao acaso, ela é quem começa a flertar ou ficar com um amigo próximo daquele com quem estava. Isso a retira da posição de possível namorada do primeiro, colocando-a como uma mulher que não serve para o amor. Débora chega a se questionar se uma mulher não tem direito a ter vários parceiros, tal qual um homem, como quem aponta o machismo na leitura social de sua posição. Sem dúvida, meninos e meninas que possuem uma diversidade de parceiros carregam conotações diferentes no laço social, atravessados por uma cultura machista. Porém, aponto que Débora não pode perder de vista a sua experiência gozosa ao ser taxada de *puta*, e seu recorrente movimento de buscar um novo flerte quando o primeiro pode “ficar sério”.

Assim, a jovem diz: *Eu pulo de toco em toco para não afundar no amor. O amor é um mar turbulento que afoga*. A polissemia do significante *toco* guarda importância. Pode ganhar o sentido de apoio, como um conjunto de tocos de árvores que flutua na água do mar e servem de suporte para um caminhar sem se afogar. Pode ganhar uma outra conotação na expressão “levar um toco”, que significa levar um fora ou ser dispensada na relação erótica. Essa multiplicidade de sentidos mostra a potência do significante de revelar um saber não sabido. O fracasso nas relações (levar tocos) é o que a faz se equilibrar (em tocos). Assim, é no malogro do amor que Débora encontra o seu lugar. Um sujeito surge representado pelos significantes: ela é aquela que se sustenta no fracasso.

Ser namorada de alguém é algo que a afoga, então a questão dela não é que o encontro com o outro é faltoso, mas que ele é devastador. Isso nos dá o indício de que o amor é, em verdade, uma experiência próxima ao gozo para ela, pois o que está em jogo é a sensação de aniquilamento como sujeito, afogada no mar do amor. Ser objeto

degradado, ou seja, uma *puta*, é uma forma de garantir que a destruição do namoro não chegue.

A contradição do *sempre inesperado* e a polissemia do *toco* apontam que o saber sobre si mesmo é inconsciente em si, ou seja, apresentar-se em um discurso ordenado é apenas uma dimensão. O psicanalista está avisado que a fala porta o saber-não-sabido, ou seja, há algo que o sujeito diz, mas desconhece. É nesses furos que o sujeito se encontra representado e se constitui como singular.

8.1 Eu e minha mãe queremos me matar

A sobreposição da experiência de gozo sobre o amor remete à relação primordial com o Outro. O corpo e a relação da adolescente com a mãe é o que vai nortear, por ora, as discussões clínicas sobre esse tema. O corpo infantil de Débora ganha novos contornos da adolescência em meio a uma experiência atribulada com a mãe. Aos 10 anos ela apresenta sinais de puberdade precoce e, por isso, a mãe autoriza o uso de injeções no braço para retardar a menstruação. Eu não tive acesso ao histórico médico da paciente e esta não me relatou de modo formal os acontecimentos, de sorte que os trechos médicos relatados tomam unicamente por base o discurso da paciente. As injeções criaram em seus braços *placas de gordura* tão severas que, independentemente do quanto Débora emagrecesse, a gordura *jamais desapareceria*. Assim, seu corpo estaria *permanentemente deformado e gordo por causa de uma queixa ridícula* de sua mãe.

Oito meses antes do início do tratamento Débora descobre que está diabética e por isso precisa eliminar a ingestão de açúcar e de carboidrato simples. Essa restrição também é atravessada pela posição materna. Fabiana é uma mulher muito bonita que se

preocupa bastante com sua alimentação e faz constantes exercícios físicos, encaixando-se perfeitamente nos padrões de beleza atuais. De acordo com os relatos de Débora, antes e depois da descoberta da diabetes da filha, Fabiana costumava trazer muitos doces para a casa que ela própria não comia. A adolescente interpreta esses fatos como um desejo materno de deixá-la feia e gorda: *é como se minha mãe e eu quiséssemos me matar, mas de modos diferentes*. O como se que aparece no discurso da jovem será elevado a um conceito na escrita desta tese que será utilizado diversas vezes. Vamos enquadrá-lo como uma construção que indica que parte de seu discurso e de seus devaneios exprime uma experiência subjetiva e revela uma sensação diante os acontecimentos. Então, quando a mãe traz os doces, Débora tem a sensação de que é como se ela quisesse matá-la.

Débora e seus pais nunca relataram intenções ou comportamento suicidas. *Matar* nessa frase ganha um sentido de destruição corporal: a mãe incrementando com gordura e a filha retalhando com as escarificações. Depois de dez meses de análise essa é a primeira vez que Débora fala sobre as escarificações e, a partir dessa sessão, isso torna-se tema recorrente – o ato de se cortar será retomado ao longo do texto. O corpo de Débora não é tomado simplesmente como objeto de destruição ou de morte, mas trata-se de torturá-lo ou deformá-lo. Como se houvesse uma mãe que desejasse ver esse corpo sofrendo.

Outra questão também se coloca: Débora, que é a adolescente e deveria estar em um corpo erotizado e desejado, está, em sua atual forma, muito aquém do corpo sexual de sua mãe. Esta, sim, *é gostosa e atraente, por isso, qualquer roupa fica boa*. Fabiana se sustenta como um ideal erótico impossível de ser ocupado pela filha, assim, a ela só resta um corpo amargo. A mãe entra na adolescência de Débora como um ideal de beleza assustador que está assentado em uma *crueldade*: a mãe, que tem *um corpo de*

adolescente popular, não satisfeita, quer destruir o meu, quer me deixar gorda. O saber materno, que deveria ser furado na adolescência (Costa, 2015) por não saber do corpo pubertário, parece estar longe da experiência de Débora com sua mãe. Manter a filha gordinha também remete a uma tentativa de fazer retorno a um corpo infantil, como uma bonita criança rechonchuda, que não possui um formato sexualizado. O contorno corporal adolescente não é aceito pela mãe, que insiste em fazer um retorno.

Em uma sessão a paciente me conta a seguinte situação: como queriam fazê-la emagrecer, ela finalmente iria entrar em uma academia, mas precisava das roupas corretas. Mãe e filha vão ao shopping e escolhem muitas e caras blusas. Ao retornar para casa a filha as experimenta novamente e percebe que não ficaram boas, aquelas que já estavam no armário da mãe é que funcionariam. Porém, a mãe não permite que sejam usadas, afinal já foi muito dinheiro gasto com roupas que a filha mesma escolheu. Então, Débora conclui: *mãe egoísta, que não sabe como é difícil ter um corpo como o meu!* Toda uma situação forjada para declarar a indisposição e desconhecimento materno. Assim, um desencontro está marcado: tudo que Fabiana dá é errado, é pouco ou é cruel; tudo o que Débora solicita é excesso. Ambas constroem uma relação em que nada do que Fabiana quer se encaixa em sua filha, e os desejos de Débora não encontram corroboração no campo materno.

Débora também faz questão de apontar o atraso materno no cuidado quando ela grita por socorro, nas cenas da fobia da aranha e do corde no dedo, que serão relatadas detalhadamente a seguir. A cena da fobia da aranha engloba um acontecimento de sua infância, quando contava com seis ou sete anos, em que Débora brincava de se esconder com os primos na casa da avó materna. Ela se agacha dentro de um antigo armário e fecha suas portas. No escuro em que se encontrava, percebe um brilho no alto e se aproxima com as mãos e com o olhar. Com espanto, percebe: uma aranha! Débora tinha

fobia de aranha, tinha nojo de seus olhos múltiplos e da rapidez com que se aproximavam. Quando forçou a saída do armário, percebeu que estava trancado ou emperrado. *Eu não consegui sair do armário.* Então gritou desesperadamente, até que sua avó apareceu e abriu o armário. A mãe, que demora em socorrer a filha, gera algumas interpretações nos relatos em análise. Essa cena é recontada várias vezes e em suas primeiras versões a mãe é tida como devagar ou lerda. Posteriormente, o cinismo da mãe começa a se evidenciar, no seu atraso existia um desprezo pelo sofrimento da filha. Finalmente, o atraso materno é compreendido como proposital e está sedimentado em uma camada de crueldade, pois *lá na sala minha mãe devia estar rindo dos meus gritos.*

Sobre essa cena dois pontos merecem realce, por enquanto: os motivos da fobia e a expressão “sair do armário”. O uso do termo fobia ocorre por ser essa a palavra falada pela Débora. Não faz parte do nosso objetivo abordá-la como uma saída subjetiva ao conflito tal qual propõe a Psicanálise, mas sim manter o discurso da jovem. A aranha se enquadra como objeto de medo, dada a sua capacidade de olhar em diversas direções, ou seja, em não perder seu objeto de vista e correr rapidamente para atacá-lo. Como se Débora fosse uma frágil presa que não tem um lugar oculto ao olhar. A aranha olha por um único motivo: atacar. Essa construção simbólica faz enredo à dualidade e à rivalidade típica do Estádio do Espelho, em que a relação do sujeito com o Outro possui a marca da agressividade, dado o temor do despedaçamento e da anulação da identidade subjetiva. É necessário encontrar um buraco nesse olhar para sentir um desafogo, é como se o Outro fosse grande demais. Débora não possui forças para sair do armário sozinha, precisa que sua avó a socorra. É interessante a terminologia *sair do armário* por possuir uma conotação de se assumir. Assim, no não sabido, Débora diz que só se assume como sujeito no apontamento de insuficiência ou crueldade materna.

A cena do corte no dedo ocorre quando ela tinha sete anos e estava brincando num parque quando seu amigo imaginário ordenou que ela descesse em um escorregador que estava quebrado. Débora sabia que não deveria e que era perigoso, mas esse amigo imaginário era um cruel parceiro que sempre a colocava em situações de risco. Mal podia chamá-lo de amigo, tendo em vista que a obrigava a se comportar de forma perigosa. Nesse dia, ela foi ao escorregador e cortou o dedo tão profundamente que exigiu uma sutura. Novamente ela grita pela mãe, mas a avó aparece primeiro e a mãe chega atrasada. A crueldade do amigo imaginário é evidente. O aparecimento de uma voz supereuica que a obriga a se colocar em risco encontra um enredo nessa história infantil. Ele a empurra para a destruição. A construção dessa cena coloca uma voz que vem de fora como uma domesticação de um comando.

O atraso da mãe é compreendido como *falsidade e cinismo*, pois há uma crueldade em seu ato e um prazer em ver a filha se dar mal. Esse vetor de crueldade lançado pela mãe ganha luz para Débora na puberdade, mas já está na organização dos comportamentos de Fabiana (de acordo com a interpretação da filha) desde a infância. Porém, quando criança isso era escamoteado porque as atividades de Débora eram idênticas às vontades maternas, como podemos ver no relato da paciente: *quando eu era criança, era uma princesa, só me vestia de rosa, fazia jazz, gostava de rosa e era gordinha*. Enquanto a filha supria um lugar ideal de menina projetado pela mãe, ou seja, um lugar de objeto desejado pela mãe, não havia problemas. Porém, o corpo pubertário que faz empuxo ao desejo adolescente faz transbordar a crueldade materna, que não abre espaço para que esse sujeito-objeto desejado pela mãe se transforme em sujeito de desejo.

Em sua experiência, Débora alerta que para ela não há espaço que não se constitua no campo materno. É possível localizar isso quando a paciente relata que, em

termos de determinantes sociais para as escolhas e ações humanas, não há o que não seja sabido. Se ela escolhe um tênis, uma dança, uma faculdade, não importa do que se trate, sempre *há uma ideologia por trás que determina*. Débora compara os seres humanos com marionetes cujas cordas estão presas em sistemas de ideias e poderes dominantes, de forma que não há escapatória. É impossível ser genuíno, assim o furo no saber para que ela construa sua autenticidade é impossível. O discurso de Débora, nesse ponto, possui uma lógica de metáfora em uma construção fantasmática que enquadra a angústia de se sentir no beco sem saída do olhar materno. A teoria sobre as ideologias permite uma abordagem ao real e orientam Débora no mundo.

O corpo sexual muda de valor na adolescência, torna-se genitalmente maduro e coloca outros olhares em questão. A construção de uma posição sexual exige que escolhas sejam realizadas e decisivamente o sujeito se depara com a impossibilidade de harmonia sexual e com a permutação dos objetos. O tempo adolescente para Débora faz surgir uma crise da (im)possibilidade de sustentar o próprio desejo. Ela adianta-se a essa crise e é como se dissesse: desejo não se sustenta, desejo se reproduz baseado em forças de subjugação.

A falta no Outro, que autoriza o processo de separação na adolescência e entra em causa na constituição do desejo, sofre um efeito rebote em Débora, pois as ideologias e o poder, melhor dizendo, o Outro, tomam conta de tudo. Para escolher, não resta a ela saída que não seja se colar aos significantes, imagem ou sentidos vindos de fora, ao passo que essa única saída é também a causa de sua anulação subjetiva. O movimento de separação que a adolescência força (Kosovski, 2014) coloca Débora em um paradoxo: ser alguém é ser anulada e não ser ninguém.

Descrevemos no Capítulo I a relação de devastação entre mãe e filha (Lacan 1972) que parece servir nesse ponto da discussão clínica. De acordo com Brousse

(2002) esse campo da devastação materna é a descoberta de uma experiência de gozo. O que está em jogo é um rapto do corpo próprio e uma ausência de limite no encontro entre o corpo da menina e o da mãe. O corpo de Débora pode ser facilmente invadido pela crueldade materna que o enche de gordura e de feiúra. É um corpo arrebatado pelo gozo materno que só serve se realizar seus desejos. Em sua experiência adolescente, é como se não houvesse escapatória do gozo do Outro, não importando o que ela faça, pois há sempre uma ideologia que organiza suas posições e suas decisões. Há uma falta de limite nesse encontro com o Outro que será produzido pelas escarificações, como trataremos posteriormente.

O Outro primordial materno erogeiniza o corpo do bebê e erotiza a relação, para em seguida dizer que é preciso buscar outros objetos. Débora parece não estar pronta para alcançar os recursos disponíveis para se questionar sobre o desejo materno nessa opacidade do gozo. Por isso, tudo o que ela consegue é reclamar da devastação, denunciar a destrutividade do mundo externo e a sua incapacidade de dominar o corpo próprio. A passagem que acarreta a busca por outros objetos é realizada pela função paterna por meio do Nome-do-Pai para que a criança saia do gozo fechado da maternagem. Apostamos, então, como propõe Cedaro e Nascimento (2013), que algo aí ficou capenga, pois na ineficácia do corte paterno, Débora realiza o corte na própria pele, sentindo o prazer na dor e no escorrer do sangue.

8.2 A construção do ponto cego

Duas cenas são essenciais para abordamos o ato de se cortar como a construção do ponto cego: da sutura realizada pelo pai e da carne mal passada. A primeira se refere a uma situação com o pai aos oito anos. Ele costumava pescar quando iam à praia, e em

um dia cortou o dedo de modo a precisar de sutura. O pai chama Débora e pega os materiais de primeiros socorros e, sem qualquer tipo de anestesia, costura a pele sob o olhar atento, excitado e assustado da filha, que vê o prazer no olhar do pai.

Relembremos que Heraldo também se escarificava e acreditava que este era tão somente um ato de expressão e não um motivo de preocupação.

Esta cena e a anteriormente relatada com o amigo imaginário possuem um elemento em comum: alguém corta o dedo, que carece de sutura. Porém, a experiência da Débora e do pai com o corte são diferentes. Débora o vive como a consequência de uma voz cruel que provoca um corte doloroso e desprazeroso que precisa de cuidados. O pai, de forma diversa, vive o corte como um momento de prazer e, ao se suturar sem anestesia, desvela uma outra camada dos cortes.

Essa cena promove um rearranjo em Débora. Já abordamos o termo rearranjo ou retranscrição no Capítulo V, quando tratamos da incidência do traço unário sobre a imagem e a construção do Ideal do eu. Trata-se de uma reorganização que o aparelho psíquico realiza dos traços de memória a depender das experiências e circunstâncias vividas pelo sujeito, como ocorre com Débora na cena de sutura realizada pelo pai, que eleva a sensorialidade da dor a uma sensação agradável e buscada.

A segunda cena relatada ocorre quando Débora estava na casa de um primo, em um jantar no qual havia carne mal passada que escorria sangue. Ela tinha doze anos. O primo, que tinha dezesseis, usava uma blusa de manga longa e, ao cortar a carne, de seu braço, pela mão, escorre sangue oriundo das escarificações, que se junta ao da carne à mesa. Débora comenta em sessão: *aquilo me fascinou, não dava para saber qual era o sangue dele e qual era o sangue da carne, os dois se misturavam. As pessoas bebiam o sangue dele sem saber.* Sangue que está dentro do corpo e que, por meio dos cortes,

escapa. E não se sabe mais de quem é o sangue, se é do primo ou se é da carne. Dois anos depois o primo comete suicídio.

Nessa cena, vemos algo que sai do corpo, o sangue, que revela sua morbidez ao servir de alimento para os convidados. Anteriormente tratamos das injeções sofridas por Débora, que invadiram seu corpo e o enchem de gordura. Fluidos que entram e saem dos limites da pele e guardam sua importância por passar pelo corpo.

Ao ver o primo, ela o entende – em verdade, é a única da família que consegue captar seu sofrimento. Existe, então, uma primeira cena com o pai em que é ela quem olha com espanto; em uma segunda cena, ela olha com fascinação os cortes do primo e sabe que os outros na mesa bebem o sangue dele sem saber. Em ambas, Débora está paralisada, passiva e fora da autoria da cena. É depois da cena com o primo que ela passa a usar os cortes como um recurso frente à angústia, assim, as posições nessa ficção dependem de uma grande virada: Débora é ativa e a autora dos cortes, logo, é quem produz algo que o Outro desconhece (como o sangue que todos bebem do primo).

Em um tempo de angústias adolescentes, com as transformações corporais e busca expressão de quem se é, a experiência com o primo oferta um enquadramento à angústia. Configura a montagem imaginária da fantasia que está estruturada dentro de uma lógica da identificação histórica (Freud, 1900; 1921), em que o sujeito se apropria de um traço do objeto devido à inferência sobre o que causa esse traço. Débora supõe que o primo sofre por não se encaixar na família, por não saber como se posicionar no mundo, e as escarificações se colocam como uma forma de apaziguar seu sofrimento. A angústia de Débora encontra um escoadouro, a escarificação, que faz encaixe com sua história, baixa a tensão e gera prazer. O traço da escarificação capturado da cena com o primo só ganha sua importância dada a história de Débora. Heraldo, seu pai, que era taxado na família como um sujeito incompreendido, estranho e antissocial, também

deixa o ato de se cortar como uma insígnia. Ato que, até então, Débora não entendia, só sabia que era uma prática privada muito prazerosa.

As mudanças corporais adolescentes provocam uma sensação de perda de controle. Ao fazer as marcas na pele, Débora, tenta se apropriar do corpo próprio em uma tomada de controle sobre o que se passa com ele. A reedição do Estádio do espelho com a reapropriação do corpo próprio é um trabalho do tempo da adolescência (Rassial, 1999). O real pubertário e suas implicações causam uma elevação da angústia em Débora que a leva a querer acelerar esse processo por meio da sensação de cada corte, sensação que noticia que ela é a dona de seu corpo. O foco dado às injeções e ao sangue coloca a pele como um importante lugar de expressão, pois é nela que se centra o limite entre o eu e o mundo, limite já fragilizado pelo real pubertário.

Parece que algo é fundamental nas escarificações para ela, a saber, produzir algo que está na cara de todos, mas que está velado e, por isso, ninguém vê; todavia, se vissem iriam se assustar – como ela se assustara ao ver o pai fazer a própria sutura. Há uma graça em se sentir sustentando um segredo horripilante e que, em certa medida, está evidente, como se houvesse uma busca em perceber que o olhar do Outro não atinge tudo. Por isso é preciso um certo estado de meia luz, ou seja, a escarificação está lá, mas está coberta.

A tentativa de produzir um segredo a ser questionado ocorria com frequência nas sessões. A primeira delas foram os relatos iniciais sobre os garotos, já descritos acima. Quando, a partir de suas elaborações, apontei sua tentativa de se garantir como um objeto degradado para eles, ela diz: *você descobriu um segredo em mim que eu nem sabia, não sabia que fazia por conta disso*. Repetidamente em várias sessões ela falava: *eu tenho uma coisa que eu guardo, que nunca contei a ninguém. Mas eu não posso*

falar e duvido que você vá descobrir. Era importante para ela produzir algo que se escondesse do meu olhar.

Costa (2015) propõe a ideia de que os adolescentes constroem pontos cegos em suas formas de viver na busca de encontrar esse não saber no campo materno. O termo “ponto cego” se refere a um obscurecimento no campo da visão. Subentende-se que um olhar que tudo vê é insuportável, ou seja, um olhar materno que enxerga tudo da criança/adolescente é intolerável. As marcas da escarificação montam um enigma para o olhar materno, ela vê a cicatriz, mas não compreende como um sujeito pode realizar isso.

A construção desse ponto cego é encenada pelo primo e, dada uma cena anterior com o pai, Débora sabe o quanto é assustador, para quem olha, ver que um sujeito sente prazer na dor. Assim, ela constrói suas escarificações, que existem e deixam cicatrizes, mas não podem ser vistas pelo Outro. O mesmo ocorre com a produção de segredos na sessão. Está no horizonte uma relação com o Outro permeada por excessos, como se não houvesse falta, e o ato de se cortar é correlato à retirada desse excesso (Costa, 2013), em uma busca de avalizar uma regra que não seja a do Outro maternal (Pollo & Silva, 2015).

Capítulo IX: Dor e fantasia: da ineficácia da imagem à função suplementar

A análise de Débora é perpassada por um discurso cheio de teatralidades. As situações são faladas de forma dramática e cenas pungentes são relatadas com uma tonalidade sofrida e vivaz. O objetivo desse capítulo é fazer uso das situações e cenas reveladas por Débora como um caminho para a análise do ato de se cortar, mais especificamente são elas que vão tornar visível e possível a função suplementar da escarificação e sua força de construção.

O momento de se escarificar para Débora não era qualquer um, em geral girava em torno da seguinte situação em frente ao espelho: *eu me olho no espelho e começo a pensar se atrás daquela imagem está a morte. O que tem atrás da imagem? Será que é só um espelho mesmo? Aí vem a paranoia, um pensamento em cima do outro. Não sei mais quem sou eu, não sei onde estou eu. Eu não sinto mais meu braço, meu rosto. Eu penso, será que alguém sabe que eu estou aqui? Será que alguém sabe da minha importância? Se eu tiver netas tudo que eu vou ser em alguns anos é uma foto em um porta-retrato. E depois que elas morrerem, eu não existo mais. Aí eu me corto.*

O ato de se cortar, que se inicia aos doze anos, ocorre em um momento que Débora chama de paranoia, caracterizado pela porosidade dos limites corporais, espaciais e temporais. Não sabe onde está, quem é e, até mesmo, se é. Então, só a resta uma saída: clamar pelo extremo da sensação, ou seja, pela dor, a posse de seu corpo. Ao sentir na carne ela sabe onde está entre os lados do espelho. A escarificação acalma e apazigua sua angústia, pois, mesmo que de forma precária, oferece-lhe uma resposta.

Como abordamos no Capítulo VIII, a escarificação é um recurso que cria um ponto cego na tentativa de fazer o olhar do Outro cair como um objeto-excesso (Costa, 2013). Com a situação em frente ao espelho queremos apontar que a escarificação cumpre também a função de construir uma borda, expressando a necessidade de

produzir um limite (Costa, 2013). Por bordas compreendemos os limites que separam o eu e/ou o corpo do mundo, ofertando o mínimo de individuação, pois só existe corpo do bebê quando ele se separa do mundo externo e do Outro materno. A escarificação aparece como uma maneira de construir um limite corporal, pois um sujeito só existe quando há uma fronteira. O ato de se cortar surge, então, como um sinal de autonomia que serve para a tomada de posse do corpo próprio e para alcançar uma individuação.

A necessidade de remarcar as bordas corporais nos oferta um indício de que a separação da imagem e a construção das fronteiras corporais ficaram frágeis ou não foram eficazes. Relembramos Costa (2015) ao afirmar que as marcações de bordas que traçam um limite no corpo próprio são correlatas a uma tentativa de construir litorais de separação na relação com o Outro. Em seu ato de se cortar, a pele é reconstruída, deflagrando a dificuldade da separação.

Além disso, a própria escarificação não é suficiente, pois ela entra em um ciclo de repetições em que é preciso se cortar novamente. Assim, ela contorna o afeto da angústia e prepara o terreno para a inscrição de um limite, mas se mostra ineficaz para abordar o real. Em Débora as escarificações engendram uma compulsão, uma experiência de gozo que não precisa mais ter uma relação com a angústia para ser realizada e que a deixa aprisionada na produção das bordas, pois é uma forma de fazer frente ao real, mas não é suficiente para simbolizar a separação.

Essa falta de borda denuncia o olhar excessivo do Outro, que aparece sem faltas e sem buracos, fazendo com que a compulsão da escarificação ganhe uma potência gozosa que busca queda do olhar do Outro. Como se Débora estivesse sendo levada pelos ventos do capricho materno e o que ela tem para fazer frente a isso é eleger uma parte do corpo que não irá se inscrever pela via do gozo materno.

A imagem no espelho e a escarificação não possuem a eficácia esperada por Débora. Por eficácia compreendemos um efeito de separação do Outro e da imagem que é sincrônica à apropriação do corpo próprio. Buscaremos agora explorar o que estaria deficitário para que essa ineficácia ocorra. Para isso, iremos abordar a identificação imaginária por meio do Estádio do Espelho (Lacan, 1949). Esta mostra que a imagem que contém uma antecipação de controle corporal e revela a unidade é a causa psíquica da identificação (Julien, 1993). Há uma disjunção entre eu e sujeito, sendo o primeiro constituído pela imagem e instituído pela confirmação do Outro, e o segundo como algo a ser construído. Esta é uma etapa essencial para a apropriação do corpo próprio, da qual podemos pinçar três dimensões: a imagem sancionada pelo Outro, as sensações corporais e o furo na imagem. Vamos discutir esses elementos a seguir a partir da situação em frente ao espelho.

9.1 A ineficácia da imagem e a cartografia da dor

A imagem no espelho para o sujeito adolescente também está na causa psíquica de sua identificação e assunção corporal, promovendo angústia e transformação. A imagem tem para Débora quase um efeito hipnótico. Até mesmo sua marca no mundo, a foto, é uma representação imagética. Na situação em frente ao espelho, Débora, intui corretamente: só como imagem não há existência, é preciso uma separação. A representação de seu corpo passa a ter uma vida própria e abrir um mundo paralelo em que a libido não faz retorno a ela mesma, mas fica presa na imagem. Esse retorno ao sujeito, como vimos, depende do furo (Amigo, 2007; Julien, 1993; Lacan 1974-1975), mas Débora realiza por meio da sensação corporal.

A *paranoia* era uma espécie de pensamento que tinha um fluxo próprio e que girava em torno das dúvidas sobre onde ela estaria e se existiria. Então, o corte surge

como uma forma de saber de qual lado do espelho ela se encontrava e como um caminho para aliviar sua angústia. Nesse sentido, a dor mostra sua importância, pois quando ela está se perdendo em sua paranoia é preciso um “beliscão” ou um “tapa no rosto” para que ela recobre a consciência. Retomemos o que Freud propõe sobre a dor no *Projeto* (1895). A dor é um processo excitatório que invade o sistema *psi* e ocasiona uma elevação brusca de tensão e, por conseguinte, uma descarga endógena, produzindo facilitações permanentes. Assim, a dor não é qualquer tensão, ela passa deixando sua marca e sendo impossível a criação de um dique.

A escarificação faz uso dessa função da dor, pois não importa o afeto intolerável que se instale no sujeito, a consciência é retomada. A escrita do Capítulo III foi norteadada pela frase *eu me corto para aliviar uma dor interna*, dita por Débora. Ela retrata esse momento em que a dor na pele provocada pelo corte aparece como recurso quando, imersa na dor psíquica da paranoia, duvida de sua própria existência, a quem pertence seu corpo e se está viva. Isso funciona na ordem da pressa, como um chamamento.

A paranoia remete ao afeto intolerável descrito por Le Breton (2010), relativo à sensação de perda de si mesmo, que encontra na escarificação a materialização da dor, um limite corporal e a certeza da própria existência. A noção de afeto intolerável pode ser comparada à noção de dor psíquica que depreendemos dos textos de Freud. Refere-se ao afeto que imerge um sujeito no perigo que é a ausência do Outro que cumpre o papel de cuidador sem o qual é impossível o *infans* viver (Freud, 1926) e que também aparece na lógica do luto (Freud, 1915) na dor do redirecionamento pulsional.

A paranoia, ou o afeto intolerável, ou a dor psíquica, circunscreve a necessidade de redirecionar a pulsão, mas não de encontrar o objeto de investimento. No caso de Débora, podemos pensar inicialmente que se trata do corpo próprio como objeto de investimento embaçado, pois nada garante a ela que o corpo no espelho lhe pertença.

Essa desordem pulsional prepara o terreno para que a dor física cumpra sua função indicada por Freud (1923a): a de noticiar de forma imponente a existência do corpo.

A paranoia faz pressão de tal modo que Débora se sente incompetente para metabolizá-la. Então, surge o corte para cumprir a função de uma “ação específica” (Freud, 1895) precária. O corte com a dor tem uma função de cartografia na medida em que funciona como uma inscrição que coloca limite ao mesmo tempo em que informa a vivacidade do eu. Débora privilegia a dimensão sensorial do afeto, buscando na sensação corporal uma resposta a suas questões. A potência de apaziguamento por meio da escarificação é provisória, pois, ao buscar uma separação, acaba por instaurar uma compulsão. A separação forjada não encontra sua derivação no luto. A lógica do luto se refere ao remanejamento libidinal frente à perda, que aparece com o afeto da dor e obriga o redirecionamento pulsional, ou seja, encontrar outros objetos a serem investidos. O corte na pele realizado de forma compulsiva diz de um objeto que não cai, que não é capaz de se separar. A escarificação não encontra sua eficácia na separação entre sujeito e imagem e entre sujeito e Outro, de modo que forjar bordar não leva à separação, e da lógica do luto só resta a dor.

Débora se sente como imersa na experiência gozosa com o Outro materno sem a eficácia da função de corte. Cabe à função paterna cortar a relação mãe-bebê e revelar a experiência de metáfora. Esse Outro absoluto ganha seu representante no Supereu de Débora, que ordena seu imperativo: goza! Assim, como afirmam Cedaro e Nascimento (2013), a dor no ato de se cortar acontece em decorrência da incapacidade do sujeito de conseguir escapar de um Supereu severo, representante do Outro absoluto.

A saída da dualidade no Estádio do Espelho (Lacan, 1949) como abordado no Capítulo V, depende da eficácia da imagem e, para que isso ocorra, é fundamental o furo imaginário (Amigo, 2007; Julien, 1993). O Outro materno significa de forma fálica

a criança que recebe sua própria imagem como Eu ideal. A função paterna cumpre o papel de corte, inibindo o uso objetificado do corpo do bebê e abrindo o acesso para o furo na imagem. Sair desse tensionamento com a imagem é o que permite que a criança perceba que ela não está toda contida no Eu ideal. Assim, a imagem pode funcionar como um suporte imaginário.

A saída forçada da posição de Eu ideal ocorre, para Débora, quando ela contava com quatro anos, a partir da gravidez de sua mãe. Por algum motivo, nessa época, ela pede um gato de presente. A família, com a desculpa do temor à toxoplasmose, informa a impossibilidade de adquirir o animal. Débora começa a imitar o gato e quer beber água e leite em potes no chão, andar de quatro pés e miar. Já no terceiro trimestre de gestação, Fabiana, sofre um aborto espontâneo. Então, Débora passa a imitar um bebê, *minha mãe dizia: para de imitar o morto!* Com o fim da gestação, tornou-se possível comprar um gato e assim a família o fez. Um dia, sem querer, a mãe mata o gatinho da jovem em um acidente de carro. O animal dormia atrás da roda, e a mãe atropela-o sem perceber ao sair de casa para trabalhar. Após essa situação Débora volta a imitar o gato pela casa.

A gravidez de Fabiana é um evento privilegiado na indicação de que Débora não está contida na imagem de Eu ideal. Resume bem que a mãe demanda algo que está fora dela. Assim, Débora começa uma brincadeira de assumir papéis que se deslocam entre gatos – um excluído, dado seu potencial de doença, e um que foi assassinado – e um bebê morto. Todos expulsos da relação com a mãe de forma violenta ou degradante. Débora “se faz de” para controlar sua angústia, pois se defronta de forma privilegiada com a possibilidade de se inscrever ou não no reduto do Eu ideal. Porém, ocupar o espaço fora do Eu ideal só pode ocorrer através de papéis degradados.

O Ideal do eu, como efeito da função de corte da imagem, promove uma maior integridade do eu, bem como permite um maior jogo de cintura no laço social, pois é um suporte às identificações. Débora não consegue lançar mão da característica de equação do Ideal do eu. Para se ver como Eu ideal, o sujeito precisa estar parado em um local específico, com pouca liberdade de movimentação. A liberdade é alcançada, como vimos, por meio da retranscrição através do traço unário que dá suporte à função de Ideal do eu (Amigo, 2007). Assim, a libido retorna ao Eu e o sujeito consegue ter mobilidade para sair do lugar de objeto de gozo.

O tempo da adolescência é essencial para uma equação dos ideais ao fazer empuxo para que a separação percorra os caminhos do sujeito de desejo. Débora já está avisada de que ela não ocupa o lugar de objeto desejado pelo Outro materno. Porém, parece que a ela falta fôlego para sair disso e construir seu caminho pelo Ideal do eu. É após o atravessamento pubertário que Débora consegue encontrar saída, marcada pela ocupação de um lugar de oposição ao Eu ideal. Para se segurar em uma posição que não seja contemplada pelo atento e sedento olhar materno, Débora fica à sua sombra. A eficácia da imagem depende da inscrição da borda com as diretrizes do traço unário, só assim o sujeito não precisa se sustentar em *tocos*, mas em sua unicidade.

Podemos retomar um ponto tratado anteriormente neste capítulo, a causa da desordem pulsional que está na base de sua dor psíquica. A própria adolescência possui, então, remanejamentos típicos, como o desligamento da autoridade parental (Freud, 1908a), do corpo infantil ao corpo sexuado (Rassial, 1997), e da escolha sexual (Gutton, 1990). Além disso, há a necessidade de retirar tanto investimento do Eu ideal, dado que sua problemática paralisante e devoradora é escancarada na adolescência, para o redirecionamento para o Ideal do eu. Débora se depara com dificuldades em utilizar essa função de equação dos ideais, o que eleva a desorganização pulsional, pois no Eu ideal

não pode mais investir, mas não encontra outros objetos. Assim, encontramos nesse ponto outra dimensão de sua dor psíquica.

A dor corporal revela sua capacidade de apaziguamento da dor psíquica por um caminho muito específico: o ato de se cortar. Para Débora é preciso uma experiência na pele, sublinhando a importância da fronteira corporal. O corte da pele faz uma recriação de um corte no campo do corpo a corpo, arrancando o sujeito, mesmo que precariamente, de uma relação gozosa. Assim, a dor cumpre uma função cartográfica ao desenhar na pele os limites e afirmar ao sujeito: aqui é meu corpo.

Discutimos no Capítulo V duas frases retiradas do discurso dessa jovem: “como ser genuína no mundo?” e “como saber que esse corpo é meu?”. Essas dúvidas são permeadas por uma angústia tão pungente que nos levou aos questionamentos sobre como um sujeito alcança unidade corporal e unicidade em sua constituição. Para abordarmos a unidade percorremos os caminhos da identificação imaginária representada pelo Estádio do Espelho (Lacan, 1949;1960). No caso Débora, vimos que a imagem não possui a eficácia necessária para lhe ofertar a percepção de posse corporal, o que a leva a buscar isso na reativação da sensação dolorosa. A dor se constitui como um caminho para responder a pergunta sobre o pertencimento do corpo.

A unicidade foi estudada por uma dimensão da identificação simbólica (Lacan, 1961-1962; Amigo, 2007), que é da retranscrição realizada pelas coordenadas do traço unário sobre o Eu ideal, produzindo a função do Ideal do eu. A função de corte é responsável por esse rearranjo que abre o espaço para que o sujeito se constitua como desejante e único.

Sair do tensiamento do Eu ideal permite uma maior integridade do Eu e um distanciamento da exigência de gozo. Débora está avisada que não está circunscrita no Eu ideal. Essa saída tem como suporte o Ideal do eu, que permite um movimento

oscilante entre sujeito e Outro, para que ele próprio se constitua como desejante. Fazer com que o objeto consiga entrar nas identificações pela lógica do Ideal do eu é colocar o objeto na função de significante, em que ambos, sujeito e outro, tornam-se objetos de contagem, substituíveis. Essa função do Ideal do eu, que, ao laçar significante e ideal, oferta suporte para a construção do Eu norteado pela unicidade, parece estar embaçada para Débora. É como se a função do furo na imagem não estivesse disponível e o caminho para diferenciar real de imaginário⁵ fosse o atravessamento pelo corpo próprio. Assim, apostamos que o corte na pele vem fazer uma espécie de substituição do que deveria ter sido realizado pela função paterna de corte.

9.2 Uma função suplementar é necessária: da identificação imaginária à simbólica

A fantasia emerge no caso clínico especialmente em sua vertente imaginária. Sabemos que a fantasia se sustenta nos três registros (real, simbólico e imaginário), sendo impossível pinçar um e acreditar que os outros estão de fora. Abordar pelo viés de suas construções imaginárias é um caminho para nos aproximarmos do que ocorreu no caso clínico, dado que a paciente revela uma grande produção de ficções que colocavam guião e imagem em sua fantasia e faziam frente ao real.

A concepção de devaneio apresentada por Freud (1907[1906]; 1908[1907]) se encaixa no que propomos. Trata-se da construção de histórias permeada por uma produção imagética como consequência de um pensamento criativo frente à realidade psíquica e sustentado pela fantasia inconsciente. Para a análise do caso, vamos trazer três cenas apresentadas, revisitadas e reescritas em contexto de tratamento. Essas cenas cumprem um duplo objetivo nesse trabalho: (1) as sequências de produções revelam a

⁵ Nessa sentença compreendemos por real aquilo que escapa a alienação à imagem sancionada pelo Outro e por imaginário a sua vertente especular que localiza o Eu ideal.

sustentação que o ato de se cortar oferta para o tempo adolescente; (2) mostram uma direção do tratamento para que a adolescente entre em análise.

A primeira cena, a de frente com o felino, ocorre em uma visita da escola a um zoológico. Débora, que estava com nove anos, andava distraída perto da jaula dos leões e em um segundo ela escorrega na areia e é impedida de avançar por uma grade. Acocorada no chão, ela agarra as barras de ferro e, quando olha para frente, está de cara com um leão que possui um olhar penetrante e garras afiadas. O medo toma conta dela, pois o leão pode atravessar a pata através da grade e matá-la.

A segunda cena não possui uma referência à construção de uma situação infantil. Em sessão ela relata que não sabe se foi um sonho ou somente uma sensação, um como se, de que estaria jogada em uma floresta, na qual um *felino não a perdia de vista* e iria matá-la inevitavelmente. Uma sensação que *parecia um solavanco e enchia seu sangue de medo*.

A terceira cena se divide em dois enredos e ocorre na infância em dias de brincar na piscina com o pai. O primeiro enredo se refere à certeza que ela possuía agora na adolescência de que quando o pai brincava de dar caldos nela na piscina em verdade ele tentava matar ela. Pequena como era, seria facilmente afogada pelas mãos do pai. O que ela não entendia era porque a mãe, que rondava a piscina, nada fazia. A figura imagética da mãe não aparece, mas Débora sabia que *ela estava sempre olhando. Então, porque minha mãe me deixava ali para ser morta?* É em relação ao papel da mãe que o enredo surge modificado em sua segunda versão: *minha mãe não fazia nada porque ela era a mandante do crime, ela estava lá para olhar se meu pai fazia o que ela mandava. Me matar de um jeito que não deixasse rastros*. Na primeira versão aparece um enigma sobre a distração materna que não age ou não percebe seu assassinato. Na segunda versão a posição da mãe é desvelada como mandante do crime.

Em todas as cenas Débora está no lugar de objeto que está em iminência de morte. As cenas em que está de frente com o leão e em que o felino vai matá-la mostram um olhar que não vai perdê-la de vista, como um felino prestes ao ataque que corre atrás de sua presa, avançando os obstáculos, mas sem nunca desprender o olhar. Não importa para onde ela vai correr, pois há um felino sedento pela morte à sua espreita.

A terceira cena guarda sua importância devido a duas retranscrições: uma ocorrida pela puberdade e outra em análise. Na infância, a cena na piscina era experienciada como qualquer outro dia de lazer – é a passagem pela adolescência que leva à primeira versão da cena explorada. Quando ocupava o lugar desejado pelo Outro – fazer jazz, usar rosa e ser magra – Débora tinha a percepção de que tudo ia bem, bastava se esforçar que ela se encaixaria mais ou menos no Eu ideal.

Freud (1896a) aponta que as retraduições “representam a realização psíquica de épocas sucessivas da vida” (p.283). A puberdade é um tempo privilegiado para os rearranjos por fazer um empuxo ao sujeito de desejo e modificar a posição parental. A adolescência força uma ruptura que a afasta da posição anterior e Débora se vê como objeto de gozo, em que a carga mortífera e excessiva do encontro com o Outro é percebida quando ela diz *é como se meu pai tentasse me afogar*. A transcrição atual inibe o arranjo infantil e organiza a vida psíquica de Débora. O que na infância era uma brincadeira perigosa ou radical na piscina é transformado na adolescência em uma cena criminosa. Assim, não resta como impressão de sua história de vida, mas insiste, faz pressão e auxilia no aparelhamento de sua realidade psíquica.

A segunda retranscrição, da primeira para a segunda versão da cena na piscina, ocorre em análise separada por um tempo em que a crueldade materna ganha um contorno no discurso de Débora. Então, ela pode dizer: *agora eu entendo o que o olhar*

da minha mãe fazia lá, ele comandava e fiscalizava. Nesse tempo que separa as duas versões a jovem passa a escrever em um caderno que o chamava de *paranoia*. Antes esta era representada pelo alto fluxo de pensamento em frente ao espelho. Porém, agora aparece em suas escritas frequentes, usualmente em inglês, como se fosse uma segunda personalidade a escrever. Poucas vezes ela levou o caderno e o leu, mas quando o fez, mostrou que a *paranoia* retratava uma pessoa que não sabia como ser no mundo: não tinha pernas para dançar, não tinha braços para escrever e não tinha cérebro para pensar. Todo o movimento é desprovido de autenticidade, tanto que a *paranoia escolhe* ficar parada para não saber de suas limitações.

Débora intui que para ver o brilho no olhar do Outro que ilumina o Eu ideal é preciso estar parada em um lugar muito específico. Como articulamos no Capítulo V, para o sujeito não se ver despedaçado no campo imaginário especular é preciso articular vaso e flor de um modo característico para fazer surgir i'(a). A paranoia escrita retrata isso: para ocupar um lugar no mundo é preciso estar paralisada ou o sujeito perde de vista o vaso e a flor alinhados. Na medida em que se movimenta reconhece sua não inscrição no Eu ideal.

Percebemos um descolamento importante da paranoia que dá indícios de um trabalho psíquico realizado por Débora. Inicialmente a paranoia aparece como um alto fluxo de pensamento em frente ao espelho, que questiona sua existência e sua apropriação corporal. Em sua versão escrita, a paranoia não eleva tanto a angústia e também não acarreta os episódios de escarificação. O pensamento que era invasivo passa a ser trabalhado pela palavra e faz surgir uma outra dimensão: a imagem no espelho pode ser paralisante.

Vamos tomar de empréstimo a proposta de Freud (1919), que, ao se deparar com três etapas de uma fantasia, propõe uma estrutura básica de *Batem numa criança*.

Podemos dizer que essas três cenas de Débora levam a uma estrutura básica de “mira-se uma criança”, com o amplo sentido que a palavra mirar comporta, mirar como fitar um alvo e como mirar um alvo a ser acertado. Esse esqueleto aparece nas três cenas, e a vítima nunca muda, é a própria jovem. Porém, a passagem de uma para a outra modifica os autores: de gatos e felinos aos pais; da mãe distraída à mandante do crime.

A face devastadora do Supereu está em evidência na sua experiência - é uma lógica de funcionamento das cenas - em que a destruição de Débora é o objetivo. Com a segunda versão da cena na piscina, o felino com olhar totalizante tem um nome: a mãe. O pai no lugar de proteger a filha do gozo, encoraja-o, pois na cena é ele quem executa o assassinato. Para Débora é como se ela fosse objeto a ser gozado pelo Outro materno e que falta ser defendido pela função de corte. Ser gozado implica numa dificuldade de conexão com o real que só apresenta sua faceta mortífera. A única saída fora ser gozado é a morte. A adolescência, que faz empuxo para o sujeito se posicionar como desejante e diversificar suas formas de gozar, parece colocar para Débora um acento na experiência de ser gozada pelo Outro.

A abertura à significância fálica, que apazigua o aprisionamento no gozo, depende de que a função do pai real se exerça, a partir de alguém ou algo que seja o representante da castração e dê provas de ser detentor do falo. Na cena da piscina de Débora, aquele que deveria protegê-la do olhar totalizante e voraz, na verdade ajuda a construir uma cena de assassinato. Relembramos que é a função de corte que retira o bebê de uma dimensão de gozo está também na base da constituição do Ideal do eu. Já apontamos que Débora tem dificuldade de lançar mão disso.

Na vivência de devastação é preciso encontrar uma âncora. Na adolescência, Débora realiza que não quer ser o objeto desejado pela mãe e isso faz surgir a crueldade materna que colore suas experiências infantis. Essa mãe insaciável precisa de um limite.

A escarificação vem para cumprir essa função, ou seja, vem em socorro, mas sozinha não a permite passar pela adolescência. Assim, apostamos que o ato de se cortar cumpre uma função suplementar que auxilia Débora a superar a situação dominada pela ameaça de devoração.

No Capítulo VI propusemos a função suplementar, a partir das articulações de Lacan sobre a fobia no Hans (1956-1957), como uma solução subjetiva sustentada em uma metáfora, ou seja, algo que fica no lugar do que é tomado como deficitário. Tomamos como déficit no caso de Débora o corte realizado pela função paterna. Isso que está manco dificulta o uso do Ideal do eu em sua função, o retorno da libido da imagem para o sujeito e a construção de uma proteção ao gozo. A necessidade dessa função suplementar é correlata a uma inconsistência na fantasia. A partir da abertura à significação fálica, a fantasia se constitui como uma forma de modulação de gozo, e o sujeito pode fazer uma permutação de objetos. A fantasia permite, assim, que o acesso ao jogo fálico não seja circular e unívoco ao proteger o sujeito da devoração.

Débora recorre à escarificação para se separar da imagem e do Outro, tomando de empréstimo a potência do corte. É o modo que ela encontra de se fazer sujeito no mundo, dada a estrutura de devoração materna, o enigma da adolescência e o déficit na função de corte. A jovem se sente inábil para viver o tempo da adolescência, e a escarificação propõe uma ordem ao convocar o estabelecimento de limites. Assim, o ato ajuda Débora a reestruturar seu mundo, atuando como uma âncora para o estado de angústia. Assim, a fantasia não consegue mostrar sua eficácia na operação de separação e na articulação do sujeito de desejo.

A análise de Débora foi interrompida quando ela e sua família se mudaram para o exterior. Na suposta última sessão, ela levou um livro sobre *serial killers* de todo o mundo, com suas histórias de assassinato e de vida, e seu novo par de óculos. Nas

últimas semanas ela havia desenvolvido um forte interesse por assassinos em série, estava curiosa sobre o que levava eles a matarem. Acreditava que para eles se tratava do simples prazer em ver o outro sofrer, e essa objetificação do ser humano a causava curiosidade. Ao ir embora, um dia antes de sua viagem, ela esqueceu os livros e os óculos. Ligou-me pedindo para recuperá-los e eu disse que os deixaria na portaria. Ela me diz: *não, eu quero ir aí, eu sei que não deixei eles aí por nada, eu preciso falar*. Então, na última sessão ela recupera seus objetos e diz que o livro representa o pai dela, que busca executar sua morte ordenada pelos óculos, que representa sua mãe. *Aliás, todo meu interesse em serial killers é para entender minha mãe, por que ela é tão cruel comigo e por que meu pai não se coloca contra. Mas se eles queriam me matar, não conseguiram, não foi? Deve ser muito fácil matar um bebê*. Ela acredita que deixou os objetos no consultório como uma maneira de deixar eles dois, em suas versões assassinas, para trás. A partir desse momento, a análise estaria começando, se tivesse continuidade, pois Débora se descola sua posição, percebendo-se como alguém que precisa construir o próprio caminho.

9.3 A força de construção da fantasia

A situação em frente ao espelho relatada no início do Capítulo VIII lança Débora em sua *paranoia* que a coloca em estado de angústia: *aí eu me corto*, indicando que ela só encontra seu apaziguamento por meio da escarificação. A função de corte, como já ressaltamos, é essencial para a constituição psíquica, mas não podemos perder de vista que o cortar-se faz um centro enigmático que se inclui como significante na escarificação.

Existe uma série de situações na infância de Débora que remetem a arranhões (do gato) e a cortes (no dedo dela e no do pai). Porém, é na cena da carne mal passada,

com a escarificação do primo, que a angústia da jovem é enquadrada e o cortar-se assume uma função significativa e um papel organizador. O corta-se gira em torno de uma diversidade de significações: dor, borda, separação e posse do corpo. Assim, mantém uma função de coordenar um agrupamento de significações e de fazer ficção na história de vida de Débora.

Débora está representada entre os significantes que giram em torno do cortar-se. Ao mesmo tempo em que a função significativa é constituinte, é também recristalizadora, pois permite que ela alcance de um modo precário essa função de corte que marca os limites e os reestrutura, ao passo que é patologizante, por deixá-la presa em um único modo de resposta que causa sofrimento.

A escarificação modula a angústia e, dadas as condições dos devaneios, possui uma força de construção própria, pois os devaneios revelam ressonâncias imaginárias, com uma estrutura que acaba por ampliar e reorganizar o campo significativo. No transcorrer do tratamento as fantasias imaginárias se apresentam e se transformam, revelando o desenvolvimento das interpretações de Débora sobre quem ela é no mundo e sobre a posição de seus pais.

A escarificação e suas produções permitem que algo se realize, dado que os devaneios possuem uma estrutura de narrativa com uma potência de significação que desponta o instrumento significativo. Em caráter ensaístico, podemos tratar da construção imaginária da fantasia tomando de empréstimo o trabalho de figurabilidade, descrito por Freud (1900). Trata-se da transformação de representações latentes em imagem sensoriais que acarretam uma atribuição de realidade e eleva representações não pensadas às experiências sensoriais.

A figurabilidade está longe de ser um trabalho de mera projeção imagética. É um trabalho de elaboração psíquica nas retranscrições das experiências, ao passo que auxilia

o sujeito na construção de uma resposta frente à sua problemática. Essa produção deve ser vista também como uma forma de construção, por isso pode ser percorrida no processo de análise como um caminho para o tratamento.

Na adolescência, as fantasias imaginárias criam uma estrutura simbólica de realidade que tenta articular a solução dos problemas com os quais Débora se defronta: *o que eu sou para o outro? De quem é o meu corpo?* Agrupamentos de significantes que se transpõem de um a outro ofertam à jovem uma resposta. O problema é que há um caráter circular e único, que foi quebrado em sua lógica somente na última sessão. Quando Débora interpreta seu ato falho de esquecimento do livro e dos óculos, percebe a circularidade de suas respostas e afirma que precisa entrar em uma outra lógica: a de construção de si mesma. Os devaneios possuem uma força de construção e o ato de se cortar funciona como um calço para a passagem adolescente. Passagem marcada pela separação, posse do corpo próprio e construção de uma posição no mundo.

Conclusões

A construção do caso clínico é sempre uma dimensão rica e complexa na Psicanálise. Por vezes, a estrutura acadêmica oferta uma organização que não é fidedigna aos acontecimentos clínicos – que são da ordem de uma constante reconstrução sem uma posição final fechada. Em um primeiro plano, gostaríamos de ressaltar que o ato de se cortar possui uma pluralidade de enquadres nos diversos funcionamentos psíquicos, de modo que a escrita desta tese vem a ofertar um arranjo teórico clínico de alguns aspectos do tratamento com uma adolescente que se escarifica.

Começamos nossos questionamentos pela função da dor e do corte no funcionamento psíquico adolescente que faz da escarificação um recurso. Alcançamos, assim, que a dor física vem em socorro de uma dor psíquica, essa é caracterizada pelas dúvidas relativas a própria existência e pelas confusões sobre a posse do corpo. Esses temas remeteram nossos estudos teóricos para as identificações e para a fantasia. As primeiras são um eixo importante dos fenômenos de unidade corporal (identificação imaginária) e da construção de uma autenticidade no mundo (identificação simbólica).

A fantasia, essencial para a construção do sujeito como genuíno no mundo por ser uma estrutura de articulação do desejo, é um caminho privilegiado para que o sujeito se separe do Outro e construa sua posição no mundo como desejante, mesmo que portando as saídas do gozo fálico. A articulação entre a prática clínica e a teoria nos levou a seguinte hipótese: no tempo da adolescência, a escarificação é estruturada como uma função suplementar, dada a precariedade da função de corte. Desse modo, vem a socorrer um sujeito imerso em uma devastação com o Outro maternal. Supomos, que a escarificação possui uma função cartográfica, ou seja, de construção de fronteiras corporais por meio da dor e do corte. Assim, o ato de se cortar pode ser um organizador da dispersão corporal adolescente. A necessidade de riscar litorais na pele nos indica

uma precariedade em enfrentar a operação de separação. A escarificação aparece sustentada por devaneios que supomos possuir uma potência de construção da posição do sujeito no mundo.

A adolescência para Débora é inundada por uma experiência de extrema porosidade, em que os limites e a posse corporal não estão claros. Não se trata somente do corpo, a sua posição no mundo é constantemente invadida por um saber maior, um poder ou uma ordem que a definem como sujeito, melhor dizendo, marionete no mundo. A essa sensação de raptamento do corpo próprio e de dificuldade de separação chamamos de devastação.

Percebemos que a adolescência é um tempo de ação retroativa, em que as experiências infantis ganham uma nova coloração. A mudança no estatuto do corpo, o imperativo em se posicionar como sujeito desejante e a radicalidade da operação de separação determinam a presença estruturante de algumas vivências do infantil de Débora. O corpo genitalizado modifica o olhar do Outro e impõe um trabalho. É na adolescência que Débora pode interpretar as experiências infantis com uma conotação devastadora, pois o olhar cruel materno que deseja humilhar é desvelado. Assim, é a retranscrição adolescente que faz aparecer a devastação. A condução do caso clínico nos levou a colocar um acento sobre o posicionamento da adolescente frente ao cuidador onipotente.

A adolescência força um movimento de separação para o qual Débora parece não estar preparada, o que a joga em uma experiência de devastação que organiza suas experiências infantis de modo a comprovar sua anulação subjetiva atual. O Outro materno aparece sem furos e com um olhar totalizante. Assim, a escarificação surge como um recurso para cortar esse olhar, fazendo um enigma, que chamamos de ponto cego (Costa, 2015). Ao marcar a pele o sujeito gera um centro enigmático reforçado

pela criação de cicatrizes, cujo sentido é incompreensível ao olhar do Outro. Assim, mesmo que em um breve momento, o sujeito materializa seu sofrimento no corpo e domina sua dor. O que queremos ressaltar com a noção de ponto cego é que a criação de suas próprias regras depende de uma ocultação do olhar do Outro. Temos, desse modo, um importante indício de que algo da ordem da separação está fragilizado.

Circunscrevemos a função da dor e do corte no momento na escarificação por meio da frase, dita pela paciente: “eu me corto para aliviar uma dor interna”. Por isso, buscamos uma separação conceitual entre dor psíquica e dor da carne. Realizamos um cotejo da primeira com a lógica do luto, em que a dor é o afeto do remanejamento pulsional, ou seja, da separação de um objeto altamente investido. Já a segunda se refere ao que noticia o Eu da existência do corpo próprio, ao romper as barreiras do aparelho psíquico.

Na escarificação vemos a dor física sendo alcançada por meio de cortes, ou seja, a tomada de posse do corpo é correlata à construção de bordas. Por isso, propomos que o ato de se cortar possui uma função cartográfica, promovendo uma separação e uma posse, tal qual um mapa, que não é somente um traçado em uma folha, mas sim um traço que faz fronteira e afirma detenção: isso é um país e isso é mar; isso é meu corpo e o resto é o mundo externo.

A dor psíquica foi circunscrita no campo das dúvidas sobre a própria existência, a posse do corpo próprio e de sua importância no mundo. O investimento que deveria ser direcionado ao corpo próprio não encontra o objeto, Débora sabe que não há mais um corpo infantil a ser investido, corpo tão amado pela mãe. Porém, não encontra no espelho um corpo alvo desse investimento. Essa necessidade de redirecionamento foi trabalhada na saída de investimento do Eu ideal, forçada na adolescência, para as equações realizadas pelo Ideal do eu. Apesar de a dor ser um afeto retirado da lógica do

luto, por exigir um redirecionamento pulsional, a escarificação não encontra sua derivação de separação. Em certa medida, é ineficaz e provoca compulsão. A necessidade de construir uma cartografia por intermédio da dor e do corte é um indicativo de que a separação com o Outro se encontra problemática

A dor psíquica, imersa na dificuldade de separação, é bem representada por outras duas frases da paciente: “como ser genuína nesse mundo?” e “como saber que esse corpo é meu?”. A jovem vive esses questionamentos como quem se pergunta onde ela pode investir para que a separação ocorra e para que ela seja um sujeito no mundo. Decidimos percorrer teoricamente a resposta a essas perguntas da jovem por meio das identificações e da fantasia, por se constituírem como caminhos privilegiados para a separação, bem como da posse do corpo e de alguma possibilidade de autenticidade no mundo.

A noção de unidade e posse corporal foi analisada pela identificação imaginária e simbólica. Assim, supomos que Débora está suspensa em um tempo em que a libido dirigida à imagem não consegue fazer retorno ao sujeito. Por isso, é preciso fazer da sensação dolorosa um recurso para enfrentar a angústia sem se sentir jogada no campo do gozo do Outro. Isso a aprisiona de tal modo que acredita que a única forma de estar no mundo é por meio do Eu ideal, caminho que ela não quer mais percorrer na adolescência.

A integridade do corpo é ofertada pela saída do tensionamento do Estádio do Espelho frente ao uso de outras posições que não estão localizadas no reduto do Eu ideal. Promove também um afastamento da exigência de gozo do Outro e da devastação. Percebemos que a jovem está avisada de que não está circunscrita no Eu ideal. Em termos de constituição subjetiva, o recurso a essa saída possui como suporte o Ideal do eu, função que permite uma circulação oscilante entre sujeito e desejo do Outro, para

que ele próprio se constitua como desejante. Assim, é preciso um furo na imagem, ou seja, a retranscrição dos ideais e da imagem por intermédio das coordenadas do traço unário, que é possibilitado pela função de corte, abre os caminhos para a construção do Ideal do eu e oferta um suporte para a constrição de si mesmo coordenado pela unicidade. Essa função do Ideal do eu parece não funcionar como um recurso para Débora. Assim, sua possibilidade de se reconhecer como autêntica no mundo fica impossibilitada.

Supomos, então, que os cortes na pele exercem uma função suplementar, ou seja, vêm fazer uma espécie de substituição ao que deveria ter sido realizado pela função paterna de corte. Assim, a jovem refaz as bordas na pele como um caminho para estabelecer uma fronteira e se proteger do gozo do Outro. Essa função suplementar funciona como um calço, ou seja, faz as vezes de, mas não é a mesma coisa. Se ponho um calço em uma mesa, naquele momento serve, mas se a mudo de lugar é necessário reposicionar o calço.

Essa função suplementar trabalha para a passagem adolescente, ou seja, auxilia Débora nesse tempo, mas não sabemos como ela vai responder em outros momentos da vida quando essa angústia reaparecer. Porém, no decorrer da análise algumas fantasias imaginárias foram faladas e retranscritas, indicando uma potência de construção nesse funcionamento. As produções imaginárias revelam uma série de mudanças em que sua posição na organização familiar e no mundo executa uma organização simbólica em construção. Permitem que a dor psíquica que acarreta as escarificações ganhe um sentido de recurso frente à devoração materna e à ineficácia do corte paterno.

Portanto, o ato de se cortar possui uma função suplementar. As fantasias que o sustentam possuem uma força de construção que fornece uma ajuda para a passagem adolescente. Propomos uma estrutura básica, circunscrita na frase “mira-se uma

criança”, que revelam uma sustentação básica para seus devaneios: objeto que o Outro nunca perde de vista com o objetivo de degradá-la. A escarificação e suas ressonâncias imaginárias permitem a organização da posição de Débora no mundo e sua posição fantasmática frente aos pais. Assim, propomos que os devaneios possuem uma estrutura de narrativa com uma potência de construção simbólica que ampliam e reorganizam o campo significativo.

O trabalho psíquico da adolescência é marcado pela necessidade de o sujeito escolher como vai se colocar no mundo, quem ele é e o que deseja ser para o Outro. A escarificação, que toma por empréstimo a potência do corte, é sustentada pelas fantasias imaginárias que produzem uma estrutura de realidade. Portanto, essa articulação oferta uma resposta aos problemas adolescentes, funcionando como um calço para a passagem adolescente.

Referências

- Alberti, S. (2004). *O adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (2009). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Ambertín, M.G. (2009). *As vozes do supereu: na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Amigo, S. (2007). *A clínica dos fracassos da fantasia*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Balbi, A.C.B.(1998). *A presença do objeto no supereu e no campo do desejo*.
Dissertação de Mestrado, Programa Pós Graduação em Teoria Psicanalítica,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Benvenuto, B. (2001). Era uma vez: o bebê na teoria lacaniana. In: *Diálogos Klein-Lacan*. São Paulo: Vie lettera Editora e livraria.
- Berlinck, M. (2000). *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.
- Birman, J.(2005). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 5ª. Edição. RJ. Civilização Brasileira.
- Bruna, D. (2001). *Piercing: sur le traces d'une infamie médiévale*. Paris: Textuel.
- Brousse, M-H. (2002). Une difficulté dans l'analyse des femmes: le ravage du rapport à la mère. *Ornicar? Revue du Champ freudien*, 50 ,93-105.
- Caon, J.L. (1994) O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7 (2).
- Cardoso, M.R. (2002). *Superego*. São Paulo: Escuta.
- Cedaro, J.J & Nascimento, J.P.G. (2013). Dor e Gozo: relatos de mulheres jovens sobre automutilações. *Psicologia USP*, 24 (2), p.203-223.
- Celes, L. A. M. (1999). Temporalidade do trauma: gênese mais estrutura no pensamento freudiano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3), 647-660.
- Celes, L. A. M. (2008). Crise terapêutica da psicanálise e presença do analista. *Percurso - Revista de Psicanálise*, XXI(41), 47-54.

- Costa, A. (2002). "Se fazer" tatuar: traço e escrita das bordas corporais. *Estilos na clínica*, 7 (12), p. 56-63.
- _____. (2003). *Tatuagem e Marcas Corporais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2013). As práticas de furar o corpo e a mácula pubertária. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1 (43-44), p.97-104.
- _____. (2015). *Litorais da psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2015a). O corpo: traço, imagem e afeto. *Revista Affectio Societatis*, 12 (22), p. 81-91.
- Coutinho, L.C. (2009). *Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nau.
- Cunha, E. L. (2004). Para sempre diante do seu olhar: sobre os sentidos da modificação corporal. In C. S. Katz, D. Kupermann & V. Mosé (Orgs.), *Beleza, feiúra e psicanálise* (pp. 65-72). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Coutinho, L.C.(2009). *Adolescência e Errância*. Rio de Janeiro: Nau.
- Cukiert, M; Prizskulnik, L. (2002) Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. *Estudos de Psicologia*, 7(1), p. 143-149.
- Daibert, D.O.M.M. (2015). O supereu no discurso politicamente correto. *Opção Lacaniana online nova série*, 6 (16), p.1-9.
- Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Estellon, V. (2012). Avant-propos. In V. Estellon & F. Marty (Org.). *Clinique de l'extrême* (pp. 17-24). Paris: Armand Colin Éditeur.
- Fédida, P. (1977). *Corps du vide et espace de la séance*. Paris: Jean-Pierre Delarge.
- _____. (1989). Modalidades da comunicação na transferência e momentos críticos da contratransferência. In: P. Fédida (Org.), *Comunicação e representação*. (pp. 91-123). São Paulo: Escuta.
- _____. (1991). A construção. Introdução a uma questão da memória na supervisão. In: *Nome, Figura e Memória. A linguagem na situação psicanalítica*. (pp. 171-181). São Paulo: Escuta.

- _____ (1991a). A construção do caso. In: *Nome, Figura e Memória. A linguagem na situação psicanalítica*. (pp. 215-236). São Paulo: Escuta
- Fernandes, M.H. (2011). *Corpo*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Ferreira, J.C. (2014). *Mensagens sobre escarificação na internet: Um estudo psicanalítico*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Maringá, Brasil.
- Favazza, A. (2011). Bodies under Siege: Self-mutilation, Nonsuicidal Self-injury, and Body Modification. In: *Culture and Psychiatry* (3 ed.). Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.
- Favazza, A., & Rosenthal, R. J. (1990). Varieties of pathological self-mutilation. *Clinical Behavioural Neurology*, 3, pp. 77–85.
- Fortune, S. A. (2006). An examination of cutting and other methods of dsh among children and adolescents presenting to an outpatient psychiatric clinic in new zealand [Versão eletrônica]. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 11(3), 407-416.
- Freud S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria, 1893-1895. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. II.
- _____. (1895). Projeto para uma Psicologia Científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. I, p. 335-454.
- _____. (1895a). Rascunho G. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. I.
- _____. (1896). A Etiologia da Histeria. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. III, p.187-215.
- _____. (1896a). Carta 52. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. I.

- _____. (1897). Manuscrito M. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. I.
- _____. (1900). A Interpretação dos Sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IV.
- _____. (1901). Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VI.
- _____. (1905). Chistes e sua relação com o inconsciente. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VIII.
- _____. (1905a). Fragmento da Análise de um Caso de Histeria In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VII, p. 15-116.
- _____. (1905b). Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VII, p. 1119-217.
- _____. (1907 [1906]). “Gradiva” de Jensen. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IX.
- _____. (1908 [1907]). Escritores criativos e devaneios. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IX.
- _____. (1908). Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IX.
- _____. (1908a). Romances Familiares. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IX, p. 217-222.

- _____.(1908b). Sobre as teorias sexuais infantis. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. IX.
- _____.(1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VI.
- _____. (1912). Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor. (Contribuições à Psicologia do Amor II). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XI.
- _____. (1912a). Uma Nota Sobre o Inconsciente na Psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XII, p. 275-285.
- _____.(1913). Totem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIII, p. 13-163.
- _____. (1914). Algumas Reflexões Sobre a Psicologia do Escolar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIII, p. 243-250.
- _____.(1914a). Introdução ao Narcisismo. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros textos (1914-1916). Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.12, p.13-50.
- _____. (1915). Luto e Melancolia. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros textos (1914-1916). Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.12, p.170-194.
- _____. (1915a). Os instintos e seus destinos. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros textos (1914-1916). Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.12, p.51-81.

- _____. (1915b). Recalque. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e Outros textos (1914-1916)*. *Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.12.
- _____. (1919). “Batem numa criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In: *História de uma Neurose infantil (“O homem dos lobos”)*, *Além do Princípio do Prazer e outros textos (1917-1920)*. *Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.14.
- _____. (1920). Além do Princípio do Prazer. In: *História de uma Neurose infantil (“O homem dos lobos”)*, *Além do Princípio do Prazer e outros textos (1917-1920)*. *Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.14.
- _____. (1920a). A Psicogênese de um Caso de Homossexualismo numa Mulher. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVIII, p. 157-184.
- _____. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Psicologia das massas e análise do eu e Outros Textos (1920-1923)*. *Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.15, p.13-113.
- _____. (1923 [1922]). Dois verbetes de enciclopédia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XVIII, p. 251-274.
- _____. (1923). A Organização Genital Infantil: Uma Interpolação na Teoria da Sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XIX, p. 155-161.
- _____. (1923a). O eu e o id. In: *O eu e o id, “autobiografia” e Outros Textos (1923-1925)*. *Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.16, p.13-122.
- _____. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: *O eu e o id, “autobiografia” e Outros Textos (1923-1925)*. *Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.16.

- _____. (1924a). O Problema Econômico do Masoquismo. In: *O eu e o id, "autobiografia" e Outros Textos (1923-1925). Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.16.
- _____. (1925 [1924]). Um estudo autobiográfico. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XX.
- _____. (1925). A negação. In: *O eu e o id, "autobiografia" e Outros Textos (1923-1925). Obras Completas*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.16, p.275-282.
- _____. (1926). Inibições, Sintomas e Ansiedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XX, p. 81-171.
- _____. (1930). O Mal-Estar na civilização. In: *O Mal-Estar na civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936)*. Obras Completas. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.18, p.13-122.
- _____. (1931). Sexualidade Feminina. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XXI, p. 231-251.
- _____. (1933). A dissecção da personalidade psíquica. In: *O Mal-Estar na civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936)*. Obras Completas. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, vol.18.
- Fuks, M. P. (2011) Questões Teóricas na Psicopatologia Contemporânea. In: Fuks, L. B.; Ferraz, F. C. (Org.). *A Clínica Conta Histórias*. São Paulo: Escuta.
- Gabbi, O.F. (2003). *Notas a projeto de uma psicologia - As origens utilitaristas da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A (2009). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Guimarães, R. M.; Bento, V. E. S. (2008) O método do "estudo de caso" em psicanálise. *Psico*, 39 (1), p. 91-99.

- Gutton, P. (1990). *Le pubertaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- _____ (2002). *Violence et adolescence*. Paris: In Press Éditeurs.
- Harari, R. (2001). *O que acontece no ato analítico? A experiência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora* 6, (1), 115-138.
- Jatobá, M.M.V. (2010). *O ato de escarificar o corpo na adolescência: uma abordagem psicanalítica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Jorge, M.A.C.(2010). Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan. Volume 2: A clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Julien, P. (1993). *O Retorno a Freud de Jacques Lacan: A Aplicação ao espelho*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kehl, M.R. (2000). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Kosovski, G.F. (2014). Construção da imagem de si, desestabilização e adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66 (1): 61-71.
- Kuznetzoff, J.C. (1988). *Introdução à Psicopatologia Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lacadée, P.(2011) *O despertar e o exílio, ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacan, J. (1948). A agressividade em Psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1949). O estágio do espelho como fundador do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 96-103.
- _____. (1953-54). *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (1956-57). *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (1957-58). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- _____.(1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 496-536.
- _____.(1958). A Direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.(1958-1959). *O seminário. Livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1959-60). *O seminário. Livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1960). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: ‘psicanálise e estrutura da personalidade. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.(1960a). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.(1961-62). *A Identificação*. Recife: Centro de estudos Freudianos do Recife. (Publicação para circulação interna).
- _____. (1962-63) *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Ed. J.Zahar.
- _____. (1963). Kant com Sade. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.(1964). *O Seminário, livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (1966). O lugar da psicanálise na medicina. *Opção Lacaniana*, (32), 814.
- _____.(1971). Litteraterra. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.(1972). O aturdido. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____.(1972-73). *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1974). Prefácio a *O despertar da primavera*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 557-559.
- _____. (1974-1975). *Le séminaire, livre XXII: RSI*. Seminário inédito, transcrição em francês disponível na internet na página do psicanalista Patrick Valas: <http://www.valas.fr/Jacques-Lacan-RSI-1974-1975,288>.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e Morte em Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lesourd, S. (2004). *A construção adolescente do laço social*. Petrópolis: Vozes.

- Le Breton, D.(2003). *La Peau et la Trace: Sur les blessures de soi*. Paris: Métailié.
- _____. (2004). *Sinais de Identidade*. Lisboa: Miosótis.
- _____. (2007). *En souffrance. Adolescent et entrée dans la vie*. Paris: Métailié.
- _____. (2010). Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, 16(33) 25-40.
- _____. (2012). O Risco Deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes. *Política & Trabalho*, (37), 33-44.
- Lima, C.M. (2013). Corpo e Sinthoma: tratamento do gozo em Freud e Lacan. *Estilos da Clínica*, 18 (1) p. 180-198.
- Luca, M. (2006). Les scarifications: le regard de la métamorphose. *L'Évolution Psychiatrique*, 71(2), 285-297.
- Matheus, T.C. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Melman, C. (1999). Os adolescentes estão sempre confrontados ao Minotauro. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Adolescência entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 29-44.
- Metzger, C. (2014). *O estatuto teórico-clínico da sublimação no ensino de Jacques Lacan: A sublimação como tratamento de gozo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Milidoni, C.B. (1993). *Heurística freudiana no projeto para uma psicologia científica*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
- Moreira, J.O.; Teixeira, L.C. & Nicolau, R.F. (2010). Inscrições corporais: tatuagens, piercings e escarificação à luz da psicanálise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 13 (4) 585-598.
- Moura, A.; Nikos, I. (2000). Estudo de caso, construção do caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 13 (140), 69-77.

- Oliveira, M.X. (2014). *Uma erótica mortífera: ruídos do supereu na clínica psicanalítica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
- Pierrat, J. & Guillon, E. (2000). *Les homes illustrés: le tatouage des origins a nos jours*. Tours: Larivière.
- Poli, M.A. & Becker, A.L. (2010). Adolescência: uma abordagem na psicanálise lacaniana. Org Mônica Medeiros Kother Macedo. Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis. EdIPUCRS, Porto Alegre.
- Pollo, V. & Silva, H.F. (2015). “Quem sabe eu ainda sou uma garotinha?!” Notas sobre a adolescência das meninas, seus sintomas e a relação mãe/filha. *Revista Affectio Societatis*, 12 (23), p 101-115.
- Quilichini, J. T. (2004). O conceito de representação. In *Dicionário de psicanálise: Freud e Lacan* (D. A. L. Araújo et. al., trans., Vol. 2, pp. 66-84). Salvador: Ágalma.
- Quinet, A. (2000). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rassial, J. J. (1997). *A passagem adolescente: Da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- _____ (1997a). A adolescência como conceito da teoria psicanalítica. *Revista da Associação psicanalítica de Porto Alegre*, p. 45-72.
- _____ (1999). *O adolescente e o analista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Roudinesco, E; Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roussillon, R. (2012). Les logiques de survie et la reencontre clinique. In V. Estellon & F. Marty (Org.). *Clinique de l'extrême* (pp. 289-306). Paris: Armand Colin Éditeur.
- Ruffino, R. (1993). *Adolescência – Abordagem Psicanalítica*. São Paulo: EPU.
- Savietto, B.B.; Cardoso, M.R. (2006) Adolescência: ato e atualidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 6 (1), 15-43.

- Seganfredo, M. (2007). *A fantasia na clínica psicanalítica: travessia e mais além*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, A.L.P.; Viana, T.C. (2015). A deficiência simbólica na subjetividade pós-moderna: bases para uma sociedade narcísica. *Barbarói (UNISC. Online)*, (2), p. 9-29.
- Soler, C. (2002). A hipótese lacaniana. *Revista Percurso* n° 29, 2/2002.
- _____. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Tubert, S. (1999). O enigma da adolescência: Enunciação e crise narcísica. In *A adolescência e a modernidade I*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Valas, P. (2001). *As Dimensões do Gozo: Do mito da pulsão à deriva do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Vieira, M.A. (2013). Silêncio (isso não é um silêncio). *Opção Lacaniana*, 4 (11).
- Yip, K. S. (2005). A multi-dimensional perspective of adolescents self-cutting [Versão eletrônica]. *Child and Adolescent Mental Health*, 10(2), 80-86.
- Zanetti, C.E. (2006). *Corpo, Representação e domínio do Real: a constituição do conceito de realidade psíquica em Freud*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Carlos, Universidade de São Carlos, São Paulo.

